

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

HÁ ESPERANÇA “NA RUA DA AMARGURA”?: população em situação
de rua na cidade de Manaus

CAMILA CECÍLIA MASCARENHAS GIBBS

**MANAUS
2016**

CAMILA CECÍLIA MASCARENHAS GIBBS

HÁ ESPERANÇA “NA RUA DA AMARGURA”?: população em situação de rua na cidade de Manaus

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade

MANAUS
2016

CAMILA CECÍLIA MASCARENHAS GIBBS

HÁ ESPERANÇA “NA RUA DA AMARGURA”?: população em situação de rua na cidade de Manaus

Dissertação aprovada em: 08/08/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª. Dr^ª. Marinez Gil Nogueira, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G442e Gibbs, Camila Cecília Mascarenhas
"Há esperança na rua da amargura?" : população em situação de rua na cidade de Manaus. / Camila Cecília Mascarenhas Gibbs .
2016
116 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. população em situação de rua. 2. questão social. 3. assistência social. 4. amargura. 5. esperança. I. Andrade, Roberta Ferreira Coelho de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

*Àquele que realiza muito mais do
que almejamos e sonhamos;
À minha família pelo apoio incomensurável;
À Prof^a Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade por me
acompanhar até aqui e aos participantes da pesquisa, por terem
aberto suas vidas para que esta pesquisa acontecesse.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das partes mais belas e simples da vida, porque somente um coração grato é capaz de reconhecer que apesar do caminho ser árduo, nunca se está sozinho. Há tantas mãos amigas que se estendem e se unem às nossas e é a elas que quero, de maneira mais do que direta, agradecer:

Àquele que, embora não se veja, sabe-se existir, como brisa suave que toca a face e faz muito mais do que podemos esperar.

À minha mamãe simplesmente por ser quem é: desdobramento e materialização do amor divino em minha vida. À minha vózinha que, pode até ser braba além da conta, mas foi quem me fez ter uma infância rica em peripécias e brincadeiras. Ao meu maninho, minha sobrevida, por apenas existir e me fazer tão feliz.

À minha orientadora, prof^a Dr^a Roberta Ferreira C. de Andrade, que apesar de minhas idiossincrasias, acompanhou-me até aqui. Com ela, tive momentos riquíssimos de orientação e pude aprender lições de extrema valia, dentre as quais: dar o melhor de mim mesmo quando penso o contrário e o segredo em se fazer bem as coisas consiste, simplesmente, no comprometimento para com aquilo que empreendemos. Foi para mim mais do que orientadora, mas exemplo de mulher, cristã, professora e mestra.

Aos amigos que, próximos ou distantes, de alguma forma me ajudaram.

À Anelise Rondon: esta conquista não seria possível sem a sua ajuda, pois num momento bem delicado, fez-se mais do que presente em minha vida. Ajudou-me incondicionalmente,

acreditou em mim quando eu não mais acreditava e me fez voltar a sonhar: “Tens o dom de ver estradas (...). Quando o meu sonho vi desmoronar me trouxeste outros pra recomeçar”, tal qual a letra desta canção, assim fizeste comigo!

A minha amiga de jornada neste mestrado: Leiliane Amazonas, tão querida e fiel nestes dois anos, foi, sem dúvida alguma, uma das melhores aquisições que Deus me concedeu assim que entrei no Programa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, que contribuíram tremendamente, cada qual à sua maneira, para minha formação.

Aos sujeitos da pesquisa, homens e mulheres em situação de rua, que se disponibilizaram em abrir suas vidas, compartilhando seu cotidiano, construído entre sonhos e dissabores. Por eles é que este trabalho não apenas se fez, mas, sobretudo, concretizou-se para dar vez e voz àqueles que todos veem e poucos enxergam.

As instituições, públicas e religiosas, que, mui gentilmente, abriram suas portas e às quais agradeço individualmente, pois sem eles, não nos seria permitido ir além, quando nossa pretensão ousou considerar não apenas os sujeitos da pesquisa, enquanto usuários da política de assistência, mas também a rede que os atende, acompanha e encaminha.

À secretária da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, por nos ter dado o aval de adentrar ao Centro POP e ao Serviço de Acolhimento (SAI) Amine Daou Lindoso e, aos

seus respectivos coordenadores, Sra. Bárbara Beatriz e Sr. Francisco Fernandes.

Aos coordenadores das instituições religiosas: Sra. Francilene de Souza da Silva, Coordenadora da Comunidade Nova e Eterna Aliança; Sr. Leandro Monte da Silva, Coordenador da Fraternidade Amigos e Irmãos da Caridade (FAIC) e ao Frei Isaac do Amor Eucarístico, coordenador da Fraternidade O Caminho.

À todos, meus sinceros agradecimentos!

*Exulta o meu coração no Senhor, n'Ele se eleva a minha
força. (I Sam 2,1)*

RESUMO

A presença cada vez mais notória de pessoas habitando as ruas das capitais brasileiras é uma realidade que vem chamando atenção e que não pode ser desassociada das mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. Neste cenário, estão as pessoas que vivem nas ruas e que, destituídas do que confere dignidade ao ser humano, como trabalho, casa, família, procuram no espaço público preencher as lacunas que lhes foram outorgadas, seja pelo sistema social excludente ou por uma trajetória existencial de vicissitudes. Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar a situação de rua como expressão da questão social na cidade de Manaus e as ações da política de assistência social desenvolvidas ao seu enfrentamento, buscando investigar a trajetória social das pessoas até a situação de rua e suas estratégias de sobrevivência, bem como conhecer as ações da política de assistência ofertadas pelas instituições públicas e religiosas, na perspectiva dos usuários e coordenadores. Os procedimentos metodológicos compreenderam três fases, interligadas entre si: primeiro, a revisão bibliográfica sobre as categorias centrais da pesquisa; segundo, a pesquisa de campo, que compreendeu a aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas às pessoas em situação de rua e roteiro de entrevista com os coordenadores das instituições e, terceiro, a sistematização e análise dos dados coletados à luz do paradigma dialético. Os resultados da pesquisa apontaram que Manaus não se diferencia de outras capitais, dado o número expressivo de pessoas habitando suas ruas. Nelas, desenvolvem novas relações sociais, estratégias de sobrevivência e permanecem por motivos que vão desde o desemprego, depressão, conflitos familiares, uso de álcool/drogas, sendo que este último se sobressai, e, apesar das respostas institucionais, evidenciou-se, a partir da perspectiva dos coordenadores, que há certas fraturas na articulação da rede que compõe as ações da política de assistência, o que se constitui como desafio no enfrentamento desta expressão da questão social.

Palavras chave: população em situação de rua, questão social e assistência social.

ABSTRACT

The large presence of people inhabiting the streets of Brazilian cities is a reality that has been drawing attention and can not be disassociated from the intense changes in the workplace and in the State. In this scenario, are people living on the streets and that, deprived of giving dignity to human beings, such as work, home, family, seeking the public space fill the gaps that were granted them, either by excluding social system or a path existential vicissitudes. Thus, this research aims to analyze the road situation as an expression of social issues in the city of Manaus and the actions of social assistance policy developed their face in order to investigate the social trajectory of people to the streets and their strategies survival and know the actions of assistance policy offered by public and religious institutions, from the perspective of users and engineers. The methodological procedures included three phases, interconnected: first, the literature review on the main categories of research; second, field research, which included the application forms with open and closed questions to people on the street and interview guide with the coordinators of the institutions and, third, the systematization and analysis of data collected in the light of dialectical paradigm. The survey results showed that Manaus is no different from other capitals, given the significant number of people inhabiting the streets. In them, develop new social relationships, survival strategies and remain for reasons ranging from unemployment, depression, family conflicts, alcohol / drugs, the latter stands out, and despite the institutional responses, it became clear, the from the perspective of engineers, that there are certain fractures in the joint network that makes up the shares of assistance policy, which is a challenge that confronts this expression of the social question.

Keywords: population homeless, social question and social assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Divisão por faixa etária	23
Gráfico 2 – Motivos de ida à rua	43
Gráfico 3 – Tempo de permanência na rua	44
Gráfico 4 – Alternativas de sobrevivência na rua	54
Gráfico 5 – Como gastam o dinheiro que conseguem	55
Gráfico 6 – O que esperam alcançar no futuro	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedência dos entrevistados: outros Estados	25
Quadro 2 – Divisão por profissão/fonte de renda antes de morar na rua	33
Quadro 3 – Tempo de contribuição à Previdência Social	34
Quadro 4 – Tempo que levou para se adaptar à rua	45
Quadro 5 – Situações de permanência na rua	46
Quadro 6 – Atividades que realizam durante a semana e finais de semana	51
Quadro 7 – Principais atividades que a população em situação de rua desenvolve para obter rendimentos na condição de rua	53
Quadro 8 – A rede na perspectiva dos usuários	85
Quadro 9 – Principais serviços ofertados por cada instituição	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Principais ruas que as pessoas em situação de rua costumam ficar, próximo ao Terminal 1. 57

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FAIC	Fraternidade Amigos e Irmãos da Caridade
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MNPSR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MPC	Modo de Produção Capitalista
NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNPSR	Política Nacional da População em Situação de Rua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MANAUS	18
1.1 Os sujeitos da pesquisa em foco: outorga do destino ou trajetórias evitáveis?	18
1.2 Trajetória social da população em situação de rua em Manaus	28
1.3 População em situação de rua como expressão da questão social	35
Capítulo II: NA RUA DA AMARGURA OU NA AMARGURA DA RUA?	41
2.1 A chegada à rua	41
2.2 A rua como lugar de moradia e sobrevivência	48
2.3 Para além do presente: há esperança na rua da amargura?	59
Capítulo III: HÁ CIDADANIA NA RUA DA AMARGURA?	65
3.1 Da “Ilusão do Fausto” ao “Direito à Cidade”	65
3.2 De moradores da rua a usuários da política de Assistência Social	76
3.3 A rede de atendimento aos moradores de rua em Manaus: na perspectiva dos usuários e coordenadores	83
Considerações Finais	93
Referências	96
Apêndices	101
Anexos	113

INTRODUÇÃO

O desejo em estudar sobre a realidade das pessoas que moram nas ruas surgiu da aproximação da pesquisadora com estes sujeitos, a partir da participação em trabalhos de cunho eclesialístico e de leituras sobre a temática, as quais suscitaram o despertar de uma demasiada inquietude diante desta expressão da questão social, com parca visibilidade social e política, e que, atualmente, faz-se notória no cenário urbano das grandes e médias capitais brasileiras.

A presença cada vez mais expressiva de pessoas que, sem trabalho e sem casa, utilizam os espaços públicos como lugar de moradia e sobrevivência não é algo que se analise isoladamente, pois está indissolivelmente ligada ao modo como a sociedade se organiza, num processo concentrador de renda, permeado por desigualdades sociais, conjunturas econômicas de recessão, desemprego e agravamento das más condições de reprodução da vida urbana, como moradia e saúde, por exemplo.

Assim, a população em situação de rua reflete uma das expressões mais extremas da questão social, a qual está atrelada ao modo de produção capitalista, tendo na relação capital versus trabalho o cerne de todas as contradições responsáveis pelos efeitos nefastos do antagonismo entre as classes, do arrefecimento das relações sociais, da promoção desenfreada de malefícios à vida em sociedade, onde a miséria cresce, obstinadamente, na mesma proporção que a acumulação do capital.

Vidas aviltadas que, nos sulcos do infortúnio, seguem silenciosamente alijadas do processo produtivo, político e da própria condição de ser cidadão, pois só são capazes de agir nos limites que a realidade impõe. Realidade esta marcada por estigmas, fracassos e, muitas vezes, o conformismo enraizado numa história de desventuras em série.

Aproveite, então, a esta pesquisa imergir nesta realidade, indo além do que se especula no senso comum, de que são pessoas marginalizadas, sem rumo e direção na vida, preguiçosos que não querem trabalhar e apenas pedir etc., infundáveis são os estigmas que prevalecem sobre tais sujeitos, mas, sendo ofício do pesquisador ir além do que a realidade mostra apenas em sua aparência, não poderíamos nos contentar com uma visão rasa e superficial.

Além disto, observamos que este é um tema pouquíssimo trabalhado, sobretudo ao considerarmos o contexto regional, o que reforça a importância desta pesquisa, que nos levou adiante no comprometimento de prosseguir, dada a importância de evidenciar esta questão à

universidade e à sociedade, mostrar como vivem e quem são estes sujeitos e como o Estado, nos tempos atuais, vem respondendo a esta face tão perversa da questão social.

Partimos, assim, de uma expressão usual e bem popular em nosso cotidiano, “Na rua da amargura”, para mostrar como está enraizada a visão negativa que se têm de quem mora nas ruas. Todavia, não paramos aí e fomos além, pois não podíamos simplesmente concordar com o imperativo “amargura” que esta expressão traz consigo, sem antes esquadrihar se é apenas amargura que há rua. E o avesso da amargura, a esperança, será que não existe?

Imbuídos, portanto, deste anseio, traçamos como objetivo geral deste estudo analisar a situação de rua como expressão da questão social na cidade de Manaus e as ações da política de assistência ao seu enfrentamento. Como objetivos específicos, delineamos: discutir como a situação de rua se configura enquanto expressão da questão social; investigar a trajetória social dos sujeitos até à situação de rua e as estratégias de sobrevivência que desenvolvem e conhecer as ações da política de assistência mediante os serviços ofertados pelas instituições públicas e religiosas, na perspectiva dos usuários e coordenadores.

Assim, no intuito de alcançá-los e sabendo que um estudo acerca da população em situação de rua¹ não pode se dar de maneira simplista e separada do movimento contraditório do capitalismo na história, pautamo-nos no paradigma dialético que, a partir das considerações de Triviños (2015), anseia compreender o sujeito como ser social e histórico e considera a atividade de pesquisa como um caminho que se constrói e se conforma de acordo com a dinâmica daquilo que se pesquisa.

Para a realização do levantamento de campo, adotamos como perspectiva metodológica a abordagem quantiquantitativa, a qual, a partir das considerações de Bourguignon (2008) nos permite entender que, numa pesquisa, os sujeitos se revelam não apenas pelas suas histórias, mas também pelos dados que expressam as barbáries do mundo contemporâneo.

¹ Sabemos que há uma série de expressões para designar aqueles que moram nas ruas. Optamos, neste trabalho, pelo termo população em situação de rua, por ser aquele adotado pelo Decreto N° 7053/2009, o qual institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e o que melhor define a forma pela qual enxergamos estes sujeitos sociais: como pessoas que não nasceram nas ruas, que tem uma história anterior e que podem dela sair, além do que “situação de rua” confere um ar de transitoriedade ao momento em que vivem.

Como lócus do levantamento de campo, tivemos o espaço institucional do Centro POP Presidente Vargas², porém, antes de emprendermos a coleta das informações, realizamos os seguintes procedimentos: mapeamento das instituições públicas e religiosas que desenvolvem atendimento à população em situação de rua; obtenção da assinatura dos Termos de Anuência³ das instituições partícipes; elaboração dos instrumentais da pesquisa, que foram: formulário com perguntas abertas e fechadas para as pessoas em situação de rua e roteiro de entrevista com os coordenadores das instituições; encaminhamento do projeto para aprovação no Comitê de Ética⁴ e realização do pré-teste.

Os sujeitos da pesquisa foram: as pessoas em situação de rua e os coordenadores das instituições, públicas e religiosas, voltadas para o atendimento do público em questão.

Faz-se necessário destacarmos que, no momento precedente à aplicação dos instrumentais para coleta de dados junto aos sujeitos da pesquisa, apresentamos a eles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e lhes explicamos detalhadamente os objetivos da pesquisa, sendo a assinatura do documento em duas vias, uma para o pesquisador e outra, para o pesquisado.

Os procedimentos finais executados para a concretização deste estudo foram a sistematização e análise dos dados sob a égide do referencial teórico construído. Tais atividades se referem à organização dos dados coletados; elaboração de quadros e gráficos; transcrição das entrevistas; sistematização das informações, a partir de uma abordagem analítica para consolidação de argumentos, explicação e interpretação das informações.

Para fins didáticos, organizamos o trabalho em três capítulos que estão, devidamente, articulados entre si. O capítulo 1 – *População em situação de rua na cidade de Manaus* traz a categoria questão social e objetiva evidenciar como a situação de rua se configura como uma de suas muitas expressões no bojo da sociedade capitalista, sobretudo no contexto contemporâneo, e que, tem como consequência outras expressões, como o desemprego e a dependência química, por exemplo.

² Chama-se, usualmente, Centro POP, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social destinado ao atendimento da população em situação de rua.

³ Em anexo, cópia dos documentos assinados pelas instituições participantes da pesquisa.

⁴ Ver cópia do documento de aprovação do CEP em anexo

O capítulo 2 – *Na rua da amargura ou na amargura da rua?* se volta para o desvelamento da vida nas ruas, compreendendo como se deu a chegada das pessoas à situação de rua, como ela, progressivamente, foi se constituindo como lugar de moradia e sobrevivência diária, além de também trazer o diferencial de saber se há esperança na dita rua da amargura, a partir do que os pesquisados mostrem como perspectivas ou não em referência ao porvir.

E, por fim, o capítulo 3 – *Há cidadania na rua da amargura?* apresenta ponderações acerca das categorias cidadania e proteção social, no intuito de desvelar, num primeiro momento, a partir da historiografia regional, como eram tratadas pela sociedade as pessoas que viviam nas ruas de nossa cidade. Evidencia, ainda, como os sujeitos que estão em situação de rua passam a ter direito à proteção social, dentro do que preconizam as primeiras políticas, após o advento da Constituição Federal, em 1988, passando pela Política Nacional de Assistência Social até chegar ao ponto alto, quando da promulgação da Política Nacional para População em Situação de Rua, no ano de 2009. Toda esta discussão gira em torno do objetivo central de saber se as ações desenvolvidas dentro do patamar da proteção social, mediante a política de assistência, conferem a estes sujeitos a dignidade que somente a cidadania pode dar.

Consideramos, portanto, este estudo em sua tripla relevância: social, política e acadêmica. Social, porque esta problemática, mais do que nunca, carece estar no palco dos principais debates emergentes na contemporaneidade, haja vista fazer parte dum processo contraditório de nossa sociedade, geradora de tantas desigualdades. Política, pois como a situação de rua se configura como expressão da questão social, urge por respostas do Estado, mediante a criação de políticas públicas que atendam às demandas e necessidades deste segmento social, enquanto cidadãos de direitos que são. E, acadêmica, por permitir o aprofundamento desta temática pouco trabalhada, sobretudo no contexto regional, além de servir como parâmetro para futuros estudos que versem sobre esta questão.

CAPÍTULO I

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MANAUS

1.1 Os sujeitos da pesquisa em foco: outorga do destino ou trajetórias evitáveis?

Para muitos, a rua é nada mais do que um simples lugar de passagem. Todos os dias transeuntes vão e vem no frenesi de uma vida que segue agitada para a grande maioria das pessoas. Saem de casa com destino ao trabalho, à escola, à universidade, à igreja ou a qualquer lugar que seja, mas todos tem um destino e, ao final do dia, sabem que podem regressar para o seu lugar de descanso, ao aconchego de seus lares, seja ele um luxuoso apartamento na zona mais nobre da cidade ou a casa mais humilde da periferia. Mas o simples fato de se ter um lugar de aconchego e descanso lhes confere certo grau de dignidade, que para alguns se faz completamente inexistente.

Mais do que um lugar de passagem, constitui-se também num lugar de sobrevivência, desde o grande comerciante que, todos os dias, abre as portas de sua loja lançando mão das mais variadas estratégias de marketing e liquidação para atrair as pessoas que por ali passam até o trabalhador no mais extremo da informalidade, aquele que vende bombons, lava e vigia carros, o catador de materiais recicláveis, vendedor ambulante etc.

Este, talvez, seja um dos grandes impasses de nosso tempo contemporâneo: ver as mazelas sociais que se descortinam ao céu aberto diante de nossos olhos, mas enxergar apenas o que nos convém, pois decerto, fomos, como autômatos, educados para questionar até o limite do politicamente aceitável. Há uma espécie de barreira invisível a ser ultrapassada se quisermos ver o mundo como de fato ele é, a começar pelas nuances da diversidade e adversidade presentes em nossas cidades.

Mas, então, quem são estes que habitam e moram nas ruas da cidade? Apregoa-se que o correto, o normal e o convencional é passar pela rua e não nela ficar, posto que é um espaço público de mera circulação de comércio, pessoas e veículos. O contrário a isto se considera como anomalia. Ficar na rua (entenda-se morar) pressupõe um extremo a que muitos julgam jamais chegar, haja vista ser um destino ignominioso de quem, por algum motivo, não soube dar a direção certa à vida. Indagamo-nos até que ponto tais juízos são produtores e desprovidos de conceitos pré-estabelecidos que maquinam o que seja certo e errado.

Morar na rua é um destino que não se escolhe ou é uma trajetória evitável?

Esta indagação está repleta de reflexões que esta pesquisa almeja realizar, ao permitir que, sem julgamentos ou quaisquer tipo de juízos, os sujeitos pesquisados falem, livre e espontaneamente, acerca do que os fez chegar a este destino, independentemente da resposta que se queira dar à indagação supracitada, pois acreditamos que mais vale acolher a história do outro, do que lhe dar, antecipadamente, a moral que se pretenda mais plausível, não seguindo a verdade que a própria realidade expõe, dita em sua forma nua, dura e crua, mas pelo que a sociedade impõe como correto.

No êxodo incessante, barulhento e cotidiano nas ruas das grandes cidades, em que a maioria vai e vem, tendo a possibilidade de voltar para algum lugar, há um contingente populacional que segue a vida de forma silenciosa, sem grandes alardes, e quase nunca se faz notar pelos que estão ao redor.

São homens e mulheres que, como dito acima, não passam pela rua, mas nela estão, permanecem, vivem e sobrevivem durante as 24 horas do dia, pois encontram neste espaço, dito público, a possibilidade de se sentirem livres, não sabemos até que ponto, das exigências outorgadas pela família e pela sociedade. Partindo da assertiva de Bauman (2009, p. 69):

Um espaço é "público" à medida que permite o acesso de homens e mulheres sem que precisem ser previamente selecionados. Nenhum passe é exigido, e não se registram entradas e saídas. Por isso, a presença num espaço público é anônima, e os que nele se encontram são estranhos uns aos outros.

Assim, o autor nos remete à realidade das ruas, enquanto espaço público, em que todos, embora estejam juntos, encontram-se categoricamente separados, posto que não há exigências em saber quem caminha lado a lado, quem são os pés que pisam o mesmo chão duro de asfalto cotidianamente, não há inquirição alguma.

Dessa forma, podemos fazer menção àqueles que, como dito acima, não passam pela rua, mas nela permanecem, a curto ou longo prazo, transformando-a na sua casa e destino, posto que nela simplesmente estão: ao nascer e ao ocaso do sol. Transeuntes anônimos que todos veem, mas poucos conseguem ou se esforçam por enxergar, tornando-se, assim, paradoxalmente, invisíveis que se veem. Mas, afinal de contas, quem são eles que habitam as ruas de nossa cidade?

Manaus, como toda metrópole que se preze, não passa incólume às desigualdades sociais e espaciais produzidas pelo modo de produção capitalista. Basta andarmos um pouco para enxergamos expressões da questão social espriadas na tessitura urbana de nossa cidade:

vendedores ambulantes nas ruas e nos ônibus tentando ganhar seu pão diário, crianças e adolescentes nos sinais de vias movimentadas pedindo ou fazendo alguma arte em troca de uns poucos trocados... Pessoas que, com trajes extremamente simples, alguns até rasgados, andam de um lado ao outro em busca de algo para fazer ou, única e simplesmente, pedem.

De acordo com Bulla, Mendes e Prates (2004, p. 114), não é muito difícil percebermos aqueles que moram nas ruas: são pessoas que se apresentam com vestimentas sujas e sapatos surrados, isso quando os têm, o que, na aparência, já expressa a pauperização da condição de rua, carregam em sacolas simples, até mesmo de plástico, os seus poucos pertences. Para as autoras, são histórias de rupturas sucessivas e que, com recorrente frequência, associam-se à perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores.

Muitas são as expressões que, cotidiana e corriqueiramente, usam-se para denotar tais pessoas: mendigos, maltrapilhos, marginais, vagabundos, desocupados, moradores de rua, excluídos, sem-teto, pedintes e tantos outros que, certamente, revelam o modo limitado, raso e preconceituoso de como a sociedade os vê, estigmatizando-os ainda mais, ao invés de primeiro conhecer sua realidade, pois são vidas que passam por nós, sem que ao menos as conheçamos.

Urge, pois, nadar contra a corrente numa sociedade que apregoa a primazia da aparência, sem levar em consideração que esta não revela quem a pessoa é, portanto, mais do que julgar os que estão nas ruas com vestes maltrapilhas e surradas e para os quais se impõem tantas expressões pejorativas⁵, como as supracitadas, convém ponderarmos se elas realmente nos dizem algo sobre a vida destas pessoas ou se, contrariamente, apenas lhes imputam preconceitos e julgamentos sem fim.

Em meio a tantas expressões e estereótipos, adotamos como conceito para nortear este trabalho a definição adotada pelo Decreto 7.053 de 23/12/2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua, a partir da qual:

⁵ Rosa (2005) traz em seu estudo acerca da realidade destes sujeitos na cidade de São Paulo as diversidades de expressões empregadas nas décadas de 70,80 e 90, a partir de matérias coletados em jornais, revistas, arquivos de algumas instituições e bibliografia disponível.

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 01).

Tal conceito traz consigo alguns elementos que nos ajudam a delinear as características que conformam tais sujeitos, sendo o mais marcante deles o fato de, literalmente, morarem nas ruas, seja de modo circunstancial ou permanente. Mas, certamente, há inúmeros outros aspectos a considerarmos quando nos desafiamos a conhecer tal conjuntura.

A aproximação com estes sujeitos sociais, a partir da pesquisa de campo, propiciou-nos levantar informações que nos permitissem, até certo ponto, conhecer algumas de suas características e peculiaridades, no contexto de Manaus, haja vista que muitas das informações que deles são obtidas permanecem circunscritas ao âmbito institucional, não dando à sociedade um panorama sobre esta expressão da questão social presente nas ruas de nossa cidade.

Destacamos que, empreendeu-se no ano de 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através do Instituto Meta, a partir de licitação pública, uma pesquisa para mensurar o contingente desta população.

O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional, do qual Manaus fez parte, todavia os resultados da pesquisa foram divulgados em sua totalidade, não nos permitindo saber os percentuais específicos de cada cidade. Entre as capitais brasileiras, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que realizaram pesquisas semelhantes em anos recentes.

Desta forma, tivemos como cuidado ao obter os resultados da pesquisa de campo no ano de 2016, compará-los e defrontá-los com os dados da pesquisa nacional, realizada há oito anos, e, assim, traçando um paralelo, averiguarmos semelhanças e dissonâncias.

A pesquisa nacional (BRASIL, 2008) identificou 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas⁶ vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Até a realização da pesquisa de campo⁷, constatamos um contingente de 1400 pessoas em situação de rua na cidade de Manaus – cadastradas no Centro POP Presidente Vargas – número tremendamente expressivo e alarmante.

Ainda de acordo com a pesquisa nacional, a população em situação de rua é predominantemente masculina, 82%, sendo que mais da metade (53%) está na faixa etária dos 25 aos 44 anos. Concernente ao nível de escolaridade, 48,4% não concluíram o ensino fundamental e 17,8% não sabiam ou não lembravam o seu nível de escolaridade. Apenas 3,2% informaram ter concluído o ensino médio. Ainda: 74% sabem ler e escrever, sendo que 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome.

Referente ao local de origem, 45,8% dos entrevistados sempre viveram no município de origem em que moram atualmente. Dos restantes (54,2% do total), 56% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72% vieram de áreas urbanas. Tais informações atestam que uma parte expressiva da população em situação de rua é proveniente do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não sendo sua presença consequência de deslocamentos sucessivos ou migração do campo para a cidade.

Agora, comparemos tais dados com a pesquisa de campo: também constatamos a predominância masculina, abrangendo 87,5% dos pesquisados. Com relação à faixa etária, as semelhanças se aproximam: destacamos que 85% estão na faixa que vai dos 23 aos 47 anos. Eis aqui, dois aspectos que chamam atenção.

Primero aspecto a se considerar é justamente o fato da maioria das pessoas em situação de rua ser, majoritariamente, do sexo masculino. Por quê? Há, porventura, alguma tendência que justifique isso, seja referente à questão de gênero, aspectos culturais, sociais etc.?

⁶ Este número diz respeito aos resultados da pesquisa realizada em 71 municípios, sendo, certamente, o número de pessoas em situação de rua no Brasil mais elevado.

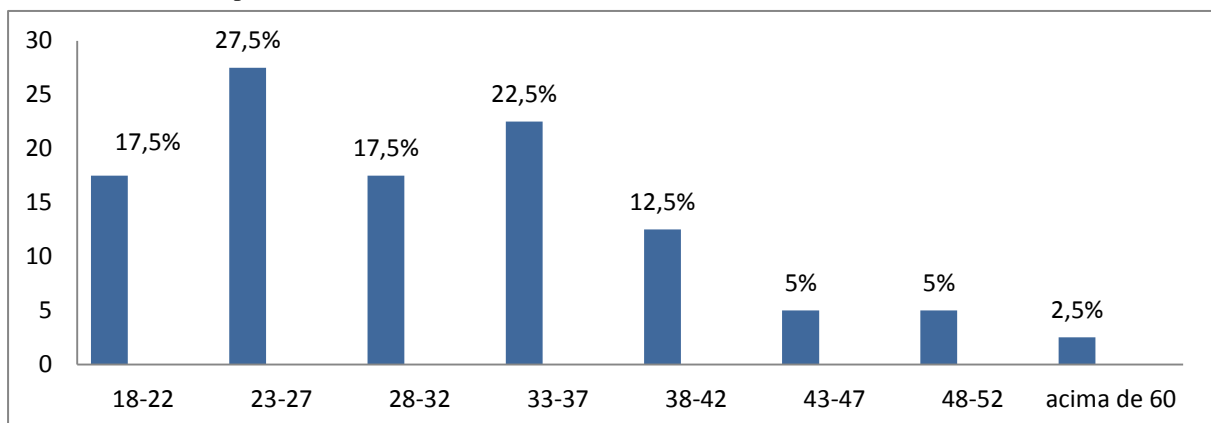
⁷ Destacamos que a pesquisa de campo se realizou no Centro POP Presidente Vargas, por ser a única instituição pública na cidade de Manaus voltada para o atendimento do segmento em situação de rua, porém há inúmeras outras instituições de cunho religioso que também desenvolvem trabalhos com estas pessoas.

Silva (2009) nos diz que há, certamente, fortes fatores culturais a influenciar essa tendência, pois, histórica e culturalmente no país, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família. A autora ressalta que não obstante isso, o contexto que se nos apresenta, de elevadas taxas de desemprego reforçam ainda mais este panorama, posto que essas pessoas, pressionadas a cumprir tais responsabilidades, utilizam-se de inúmeras estratégias de sobrevivência para se inserirem no mercado de trabalho, mas nem sempre conseguem.

Assim, alguns mudam de cidade ou mesmo saem de casa em decorrência das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprir as tarefas que lhe são atribuídas. Esse caminho, não raramente, conduz à situação de rua. Perfil que, certamente, conseguimos enxergar com os homens partícipes da pesquisa: desempregados, afastados do seio familiar, em decorrência de conflitos oriundos não apenas do desemprego, mas também de vícios.

Outro ponto se refere à faixa etária e nos instiga a questionar por que, além da predominância masculina, a maioria também apresenta idades que nos permitem, de certa forma, declará-los jovens? Silva (2009), novamente, responde-nos que isto pode estar relacionado com o desemprego, pois, em seu estudo⁸, destacou que o crescimento do desemprego inclui sobremaneira as faixas de idade adulta, que vai dos 25 aos 55 anos, aproximadamente, nas capitais que realizaram censos destinados a mensurar aspectos relacionados às pessoas em situação de rua.

Gráfico 1 — Divisão por faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

⁸ A autora analisou o quesito trabalho e sua relação com o segmento da população em situação de rua, durante o ano de 1995 a 2005, a partir de pesquisas realizadas pelas prefeituras de algumas capitais em suas regiões metropolitanas, a saber: Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife.

Depois da faixa etária, outro item que consideramos relevante investigar foi o estado civil dos sujeitos em situação de rua, porém este não foi abordado pela pesquisa nacional. Constatamos que 80% deles se declararam solteiros, 17,5% divorciados e apenas 2,5% casados. Daqueles que se afirmaram solteiros, sobretudo os homens, informaram estabelecer relações casuais e de duração curta, muitas vezes com mulheres que também estavam em situação semelhante, a saber, de rua.

Já em relação ao nível de escolaridade, novamente aproximações. Nossa pesquisa revelou que 60% não concluíram o ensino fundamental, sendo que, para o ensino médio o percentual foi maior, de 12,5% em contraste aos 3,2% da pesquisa nacional, citado mais acima. Apenas 15% informaram ter concluído o ensino fundamental e 2,5% não sabiam ler nem escrever.

Novamente, Silva (2009) nos esclarece o motivo que relaciona as pessoas em situação de rua com níveis de escolaridade tão baixos: deve-se, sobretudo, ao fato de que o mercado de trabalho está ficando cada vez mais exigente, o que, por conseguinte, faz com que aqueles que possuem menos qualificação fiquem relegados aos postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração.

No tocante ao local de origem, obtivemos o seguinte panorama: 70% dos pesquisados eram de Manaus, sendo 5% do interior do Amazonas e 25% de outros estados, como verificaremos logo abaixo:

Quadro 1 — Procedência dos entrevistados: outros estados

REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE
SUDESTE	São Paulo	10%
	Pará	40%
NORTE	Amapá	10%
	Roraima	10%
	Ceará	10%
NORDESTE	Maranhão	20%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os dados corroboram o que a pesquisa nacional já revelara: de que grande parte da população em situação de rua é e permanece em sua cidade natal, sendo uma minoria a migrar de um lugar para outro. Destes que migram, merece destaque o fato de que 60% são da região

Norte, o que nos leva a crer que estas pessoas, ao saírem de seu lugar de origem, buscam, primeiramente, regiões, de certo modo, próximos do seu local de origem.

Averiguamos assim, nestes dados que trouxemos, que há mais semelhanças do que poderíamos supor entre a pesquisa nacional e a pesquisa de campo, o que nos sugere uma equivalência quanto às características da população em situação de rua, além de percebermos que, num espaço de quase uma década, a realidade permanece a mesma.

Tais considerações nos permitiram delinear algumas características do público pesquisado, porém, faz-se pertinente trazer outros elementos que enriqueçam ainda mais a discussão. Para tanto, permanecemos nos embasando nas reflexões de Silva (2009), por entendermos que a autora nos oferece um panorama amplo acerca destes sujeitos sociais, a partir de um eixo bem interessante, a saber, a caracterização do “fenômeno população em situação de rua”. A priori, faz-se relevante destacarmos que em boa parte da literatura que versa sobre esta temática, utiliza-se com frequência o termo “fenômeno população em situação de rua”.

A autora identifica seis aspectos, que tratamos de forma sucinta, apenas para embasar ainda mais o estudo. O primeiro aspecto são suas múltiplas determinações, que podem ser estruturais, como não ter casa, trabalho e renda, mudanças econômicas de forte impacto social etc.; biográficos, que estão mais relacionados à história de vida do sujeito, como rompimento dos vínculos familiares, uso de álcool/drogas, doenças mentais, morte de todos os membros da família, roubo de todos os bens etc., e, desastres da natureza, como terremotos e inundações.

O segundo aspecto é apreender o fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, considerando a questão social e suas expressões a partir de um único ângulo: a relação dicotômica entre capital/trabalho, que, para a autora, “dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação de vida”. (SILVA, 2009, p. 116).

O terceiro é sua localização nos grandes centros urbanos, o que facilmente se justifica por serem os locais de maior concentração de atividades econômicas em geral e também religiosas, o que, por sua vez, facilita as estratégias de sobrevivência destes sujeitos, desde o pedir esmolas, receber doações de entidades filantrópicas ou até mesmo desenvolver atividades ligadas à informalidade, como vigiar e guardar carros, coletar materiais recicláveis, bombom e picolé, carregador etc., ou seja, atividades de baixa remuneração.

O quarto aspecto característico é o “preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno” (SILVA, 2009, p. 119). Assim, de acordo com a autora, em todas as épocas e lugares houve discriminações relacionadas às pessoas em situação de rua.

Durante a realização de um estudo acerca das histórias de vida de quatorze pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, Rosa (2005) se empenhou em investigar a trajetória social destes sujeitos até o momento em que viviam. Para tanto, registrou alguns depoimentos que revelam em suas falas a angústia e tristeza dos entrevistados diante dos constantes e corriqueiros preconceitos que sofrem. Acerca disso, a autora afirma:

Um problema frequentemente lembrado pelos entrevistados é a humilhação que sofrem quando confundidos com maloqueiros, mendigos, vagabundos, ou seja, com os que já se entregaram, desistiram de lutar e de trabalhar. Diante disso, a força dos preconceitos e estigmas, em relação à população em situação de rua, atua como reforço dessa identidade negativa (ROSA, 2005, p. 122).

Da mesma forma, em nossa pesquisa de campo, quando indagados acerca de quais as principais dificuldades em se viver na rua, dos 40 pesquisados, 80% relataram que o preconceito se constitui na maior dificuldade. Na fala de 03 entrevistados conseguimos visualizar bem como eles se sentem em relação à sociedade em geral:

A falta de respeito das pessoas é o preconceito. A sociedade faz a gente criar ódio das coisas, assaltar. Não adianta só a gente escolher, a sociedade tem que dar oportunidade (Entrevistado 15, Pesquisa de campo, 2016).

Preconceito. Todo mundo acha que a gente é o pior e não tem com quem contar pra valer (Entrevistado 21, Pesquisa de campo, 2016).

Preconceito das pessoas que acham que a gente não presta (Entrevistado 25, Pesquisa de campo, 2016).

Como vemos, suas falas demonstram o anseio de não serem vistos apenas em sua condição de rua, mas como sujeitos que têm uma história, uma trajetória de vida anterior à situação em que estão.

O quinto aspecto elencado por Silva (2009) nos apresenta uma nuance deveras interessante. Embora se constate que a população em situação de rua é um fenômeno com características gerais, há um ponto a se destacar: tais características possuem particularidades que estão intrinsecamente relacionadas ao território em que se manifesta. Silva (2009, p. 121) nos dá alguns exemplos:

Em período de inverno rigoroso no sul e sudeste há uma menor percepção do fenômeno porque as pessoas por ele atingidas utilizam estratégias para se proteger do frio, recolhendo-se em albergues ou outros espaços e, algumas vezes, deslocando-se, temporariamente, para outras cidades ou regiões. Outro bom exemplo vinculado ao território é o perfil socioeconômico. Em Recife, o fenômeno é caracterizado por um número maior de jovens do que em São Paulo e Belo Horizonte, o que reflete uma característica demográfica daquela cidade, com uma população relativamente jovem, embora em termos percentuais a população idosa seja um pouco maior que a de São Paulo e de Belo Horizonte (SILVA, 2009, p. 121).

Durante a observação em campo, detectamos que as pessoas em situação de rua na cidade de Manaus sempre estão em pontos estratégicos e movimentados do centro, a maioria à procura de algum serviço, o que os torna bem presentes naquela circunscrição geográfica, além do que se apresentar num perfil relativamente jovem, posto que 85% dos pesquisados estão na faixa etária dos 23 aos 47 anos.

O sexto e último aspecto se refere à tendência à naturalização do fenômeno. Sabemos como as pessoas que estão em situação de rua são vistas no senso comum como se fossem culpadas e inteiramente responsáveis por sua condição, afinal de contas, temos o livre arbítrio de fazer boas escolhas ou não na vida. “São pessoas que não querem dar certo e se acostumaram a viver assim”, não raras vezes encontramos quem comungue deste pensamento.

Isto, todavia, faz com que se esqueça de que, por trás disso tudo, há uma estrutura econômica, política e social que corrobora sobremaneira para as mazelas da sociedade, como assevera Ianni (1989, p. 147): “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”.

Fato inconteste são as poucas fontes de dados que temos sobre tais sujeitos, os quais nem mesmo incluídos no censo demográfico são, com a pretensa justificativa de que não possuem domicílio, prejudicando, assim, que tracemos o panorama desta mazela social. Outra tendência demasiadamente forte é a “inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na perspectiva de ampliar a cidadania e garantir a cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua” (SILVA, 2009, p. 122).

Desta feita, conhecer o mosaico que forma esta tessitura social complexa requer considerar cada uma de suas nuances, desde aquelas que conformam o cotidiano destes sujeitos, suas estratégias de sobrevivência, suas esperanças e angústias até sua trajetória social anterior à situação de rua propriamente dita. Nuances que, embora pareçam insignificantes, carregam em si uma riqueza incalculável de detalhes, pois o olhar daquele que pesquisa vislumbra para além do aparentemente simples.

Assim, a formação cuidadosa deste mosaico depende, sobretudo, de sabermos que antes da realidade presente dos pesquisados, houve um passado repleto de sabores e dissabores, sonhos e frustrações, avanços e recuos como há na vida de qualquer ser humano: uma trajetória anterior à rua.

É em busca deste passado que, agora, debruçar-nos-emos para conhecer o que os levou a viver seu momento presente na rua, no anseio de encontrarmos respostas à indagação chave desta discussão: trata-se de uma outorga do destino ou estamos diante de trajetórias que poderiam ser evitadas?

1.2 Trajetória social da população em situação de rua

Concebemos trajetória social como um caminho que se percorre, o qual congrega em si várias nuances da vida de um sujeito, desde trabalho, relações sociais e familiares etc., considerando seu passado e presente.

Assim, quando almejamos conhecer a trajetória social das pessoas, ou parte dela, devemos considerar não apenas o seu presente, mas, sobretudo, o passado, pois ele nos traz elementos fundamentais no processo de compreensão de uma vida, a partir, é claro, do ponto que estejamos a olhar. Por este motivo é que partiremos da trajetória social.

O passado é um aspecto bem importante, pois nele estão as situações mais importantes que conformam o presente, portanto, é parte irrenunciável do que somos e fazemos hoje. É como uma seara onde estão as sementes que se espriam no solo do hoje.

Considerar os elementos constitutivos de uma trajetória, decerto, configura-se como algo ambicioso, por isso, optamos por dois eixos de análise, a saber: trajetórias ocupacionais e trajetórias familiares das pessoas em situação de rua, pois acreditamos que, além de se interligarem mutuamente, encontram-se articulados a processos sociais e econômicos em jogo na sociedade contemporânea.

Então, é a partir destes dois eixos que empreendemos conhecer a trajetória destes sujeitos, bem como as circunstâncias e decisões que os levaram a fazer da rua seu local de moradia, convivência e sobrevivência.

Tomamos como alguns aspectos norteadores da constituição das trajetórias familiares dos pesquisados informações como: onde e com quem moravam antes de chegar à rua, tipo de moradia da família, se têm filhos e com quem eles estão, qualidade da relação com a família e se mantêm contato com ela, mesmo após a saída de casa.

A legislação brasileira, através da Constituição Federal, estabelece que a “família é a base da sociedade” (art. 226), reconhecendo-a como lugar essencial e privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos.

Vale ressaltar, embora de maneira sucinta, que o conceito de família vem passando por um curioso processo de ressignificação, em decorrência tanto das transformações ocorridas nos tipos de organização social do país, como também pela presença de diversos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento do direito, na legislação, à diversidade de formas de estruturação familiar, que cumprem funções familiares tão legítimas quanto às aquelas desempenhadas pela família nuclear patriarcal.

Assim, não podemos concebê-la mais num único modelo ideal, mas focar na capacidade que a família tem, em seus diversos arranjos, de ser a célula base da sociedade, das políticas públicas e lugar de realizações individuais para todos que nela estão.

De acordo com Bruschini (2001, p. 77), a família não é meramente a simples soma de indivíduos, mas “um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade”, podendo criar e recriar realidades, visões de mundo e até mesmo se apropriar da moral hegemônica, funcionando tanto como local de crescimento e florescimento de realizações individuais quanto, em outras situações, como espaço opressor de individualidades.

Tendo, pois, a família como esta base, é necessário que as políticas públicas desenvolvam esforços para o fortalecimento das famílias, dando mais atenção às aquelas que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade, desde a fragilização ou rompimento dos vínculos familiares até qualquer tipo de violência física, psíquica ou simbólica que aconteça fora ou dentro de seu meio.

É dentro desta discussão que se colocam as considerações sobre o enfraquecimento de vínculos familiares por que tendem a passar as pessoas em situação de rua, seja por conflitos, dissensões, incompreensões, vergonha ou, simplesmente, falta de apoio.

A Política Nacional para População em Situação de Rua, Decreto Nº 7053/2009, ressalta em suas diretrizes a relevância do “direito à convivência familiar e comunitária” (art. 5, inciso II), portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que possibilitem essa reintegração, no intuito de que se restabeleçam os laços familiares fragilizados ou, em casos mais extremos, totalmente rompidos.

Assim, ao investigarmos esta nuance da realidade dos pesquisados, algo que nos salta aos olhos é que, infelizmente, esta base vital a qualquer ser humano, falta-lhes ou se mantém de forma precária, não permitindo a estes sujeitos o florescimento de mudanças em suas

vidas, constatação esta que não envolve julgamentos, posto que há muito a se considerar quando nos deparamos com situações de rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares, tanto por parte do sujeito propriamente dito quanto de sua família.

Dois aspectos que também se destacaram concernente aos quarenta pesquisados é que: primeiro, grande parte deles já vivia em Manaus antes da chegada à rua, ou seja, 67,5%, sendo 5% no interior do Amazonas e 25% em outros Estados; segundo: todos viveram a maior parte de suas vidas nas famílias de origem ou famílias constituídas, sendo que mais da metade, 52,5% com seus pais/irmãos e 37,5% com esposo (a) e filhos. Apenas 7,5% moravam com outros parentes, como tios ou avós e apenas um declarou que morava sozinho.

São histórias em que as condições de vida da família se misturam aos problemas de desentendimento e conflitos em decorrência do uso de álcool e drogas por praticamente todos os entrevistados. E apesar desse problema tão sério, 40% deles declararam ter uma relação boa com a família e 20% regular, enquanto que 35% relataram ter relação ruim e apenas 5%, ótima.

Embora a própria Política Nacional ressalte a importância do direito à convivência familiar, sabemos que do papel para a realidade há lacunas, por vezes imensas a ultrapassarmos, pois a maioria das pessoas que encontramos nas ruas apresenta seus vínculos familiares quando não rompidos, extremamente fragilizados, o que se expressa, por sua vez, no afastamento contínuo que se estende após a ida para a rua.

Quando indagados sobre a regularidade com que mantinham contato com a família, 60% dos entrevistados mantêm um progressivo distanciamento, sendo 58,33% deles a cerca de um ano, enquanto que o restante informa ter contato frequente, semanal ou mensal, o que equivale a 40%.

Percebemos que tal distanciamento se dá pelos mais variados motivos, sobretudo pelo fato de se manterem no vício sem a cobrança ou exigências da família, haja vista que na rua se sentem mais livres, muito embora alguns deles relatem ter o desejo de, ao sair da rua, reconciliarem-se com suas famílias, o que abordaremos com mais profundidade no capítulo seguinte.

Como contraponto, mais uma vez a pesquisa nacional (BRASIL, 2008) reforça que essa fragilização dos vínculos é mais do que recorrente, fazendo com que haja semelhanças entre os dados da pesquisa local e nacional. Dos pesquisados, 38,9% não mantêm contato com os parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de meses em meses), 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que tem com os parentes, enquanto

29,3% consideram ruim ou péssimo. Quanto ao tipo de moradia de suas famílias, 80% informaram ter casa própria, 12,5% casa cedida e apenas 7,5% casa alugada.

Desta feita, o que conseguimos entrever diante deste panorama é que, independentemente do tipo de relações que eles mantinham, observamos a forte presença da família quando nos falavam mais abertamente sobre suas trajetórias, apresentando, de um lado, sentimentos de culpa por não conseguirem sair da rua, em condições precárias de desemprego e drogadição e, por outro, o ressentimento patente na observação de que a família não os apoiava ou aguentava mais por estar em tais condições, o que os levava, conseqüentemente, ao distanciamento.

Chegamos, agora, a outro ponto da discussão: as trajetórias ocupacionais. Para tanto, partimos do pressuposto de que a ausência de trabalho, ainda mais por tempo prolongado, pode, sim, levar as pessoas para as ruas.

Isto, todavia, não pode ser analisado de forma maniqueísta, pois sabemos que o desemprego não existe por si mesmo, mas está atrelado a uma engrenagem maior, produtora de muitas outras perversidades sociais, sendo ele uma pequena amostra no vértice de desigualdades mil.

Autores renomados como Castel (1997), Baumam (2005), Antunes (2011) e Standing (2015) são uníssonos ao afirmar que as mudanças no mundo do trabalho trouxeram consigo profundas transformações societárias que refletiram na economia, na política, na tecnologia, mas seu escopo principal foi, sem dúvida, na esfera do trabalho.

Estamos diante de um panorama em que a economia de mercado se amplia e se ergue sobejamente perante a retração do Estado dito social. Não se trata de uma mudança pontual, mas processual: o avanço tecnológico traz consigo a substituição do homem pela máquina, a conseqüente diminuição e flexibilização dos postos de trabalho, em que os pilares do neoliberalismo, individualismo e competitividade ditam as regras do jogo no cenário contemporâneo.

Já se tornou lugar-comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais como no Brasil. Sabemos que um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego (ANTUNES, 2011, p. 103).

Esta barbárie gera os desfiliaados ou sobrantes, mediante o enfraquecimento da condição salarial, como nos sugere Castel (1997, p. 181), sujeitos “que foram invalidados pela conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos e que se encontram completamente

atomizados”. Ou o precariado, nos termos de Standing (2015, p. 25), “flanqueado por um exército de desempregados, vivendo à custa da escória da sociedade”.

Há inúmeras formas e maneiras de conceituarmos aqueles que não são abarcados pelo mercado, conceitos que, embora tragam consigo uma carga deveras pejorativa, traduzem piamente a vida de vulnerabilidade e incertezas vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos que se encontram em tais condições.

Como dito mais acima por Antunes (2011), o Brasil, inserido que está na dinâmica do capital, decerto não passaria incólume à barbárie do desemprego. Por isso, o quadro que se apresentava, sobretudo nas últimas décadas do século XX e que, infelizmente, adentrou o século XXI, era o da desestruturação do mercado de trabalho, com a redução do emprego de carteira assinada, o crescimento vertiginoso do desemprego e das ocupações informais.

Silva (2009) faz uma ampla discussão acerca das mudanças no mundo do trabalho e sua relação com a população em situação de rua no Brasil, no período de 1995 a 2005. Diz-nos que muitas categorias foram atingidas por tais mudanças, mas as ocupações que mais tiveram postos de trabalho reduzidos foram aquelas ligadas às profissões que exigiam maior qualificação profissional, sua maioria no setor industrial. Do lado inverso, as ocupações em que os postos de trabalho aumentaram, no mesmo período, eram aquelas ligadas a uma menor qualificação, como trabalhadores de limpeza e conservação, da construção civil, trabalhadores do comércio, cozinheiros, garçons, padeiros, confeitheiros dentre outros.

Em relação à última década do século XX, a autora destaca:

A principal ocupação criada nos anos 1990 foi a de empregado doméstico, responsável por 23% de todas as vagas abertas. Logo depois vem a ocupação de vendedor, que respondeu por 15% do total de postos de trabalho abertos, seguido da construção civil (10%), dos serviços de asseio e conservação (8%) e dos serviços de segurança (6%) (SILVA, 2009, p. 215).

Para a autora, essa mudança apresenta íntimas relações com a população em situação de rua durante o período em que empreendeu seu estudo, pois, segundo as pesquisas feitas até o ano 2000, as principais ocupações realizadas pelas pessoas em situação de rua, antes da condição de rua, eram exatamente as mesmas ocupações que perderam postos de trabalho e que demandavam certa qualificação como electricista, pintor, sapateiro, manobrista etc. (no caso, em pesquisa realizada na cidade de São Paulo), ou, algumas das ocupações em crescimento, na área da construção civil ou empregado doméstico (tendência observada em Belo Horizonte).

Nossa pesquisa de campo acompanhou, de certo modo, as tendências de trabalhadores delineadas pela autora, porém, é claro, salvaguardando as especificidades apresentadas na cidade de Manaus. Dos entrevistados, 87,5% declararam possuir profissão antes de morar na rua, contra apenas 12,5%, como podemos averiguar no quadro abaixo:

Quadro 2 — Profissão/fonte de renda antes de morar na rua

PROFISSÃO	PERCENTUAL	PROFISSÃO	PERCENTUAL
Ajudante de pedreiro	17,5%	Vendedor ambulante	5%
Eletricista	5%	Segurança	2,5%
Pedreiro	5%	Auxiliar de produção	2,5%
Lavador de carros em Lava jato	2,5%	Auxiliar de cozinha	2,5%
Chapeiro	2,5%	Guia turístico	2,5%
Serralheiro	2,5%	Mecânico	5%
Aux. De serviços gerais	12,5%	Garçom	2,5%
Cabeleireiro	2,5%	Babá	5%
Ajudante de caminhão	2,5%	Operador de máquinas	2,5%
Motorista (caminhão)	2,5%	Vigilante	2,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Estes dados exprimem a trajetória ocupacional destes sujeitos sociais, apresentando informações que confirmam o que Silva (2009) havia estudado com relação às profissões que exigiam certa qualificação e recrudesceram e àquelas que se ampliaram, entre 1995 e 2005. Outro fato que ratifica a continuidade do processo de precarização estrutural do trabalho nos dias de hoje e que nos leva a crer que tais sujeitos já vinham, de certo modo, experimentando em suas trajetórias a marca da precariedade.

Outra informação que levantamos durante a pesquisa, por considerarmos relevante, foi com relação a contribuição à previdência social, haja vista esta constituir o tripé que conforma a Seguridade Social. Perguntamos se já haviam contribuído à previdência e obtivemos o seguinte resultado: 42,5% declararam nunca ter contribuído e 57,5% contribuíram por algum período de tempo, como podemos verificar:

Quadro 3 – Tempo de contribuição à Previdência Social

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	PERCENTUAL
Menos de 1 ano	40%
De 1 a 5 anos	30%
De 6 a 10 anos	20%
Mais de 10 anos	10%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Isto evidencia que, em algum momento de suas vidas, estas pessoas fizeram parte do que Castel (1997) chamara de sociedade salarial, não nos moldes, é claro, da política de pleno emprego protagonizada pelos países europeus com o *Welfare State*, pois sabemos que o Brasil passou longe disso, recriando, aqui, apenas uma caricatura disforme. Mas, podemos dizer, sim, que eles estavam inseridos no mercado de trabalho, vendendo sua força de trabalho e recebendo, em troca, um salário que lhes permitia sobreviver.

Ele chama atenção para três pontos extremamente importantes e inegáveis quando trata dessas transformações na esfera do trabalho desde o final do século anterior, a saber: a transformação do trabalho em emprego, a maneira como a sociedade salarial, com suas proteções e direitos, vem sendo condicionada pela globalização e a incerteza do amanhã, a qual lança em forma de interrogação: qual o futuro que podemos prever diante deste quadro?

Percebemos claramente que tais pontos se perpetuam nos dias atuais de forma assustadoramente avassaladora e impiedosa, pois sabemos que hoje muitos seguem alijados do mercado de trabalho, sem o mínimo que lhes assegure um facho de esperança por entre as sendas de uma existência precarizada.

Tudo isto permite que muitas pessoas cheguem ao extremismo de morar nas ruas, mesmo que a simples falta de emprego não seja o motivo principal que os mova nesta direção, mas, decerto, corrobora sobremaneira para que aconteça, fazendo com que, sem dúvida, a situação de rua seja vista como uma expressão inequívoca da questão social.

1.3 População em situação de rua como expressão da questão social

Ao pensarmos a questão social e suas múltiplas expressões, devemos concebê-la como parte constituinte do modo de produção eminentemente capitalista, o qual, ao se afirmar historicamente, trouxe-a como peça indissociável de seu processo de acumulação/reprodução ampliada.

Processo este que se intensifica *pari passu* ao desenvolvimento de suas forças produtivas, trazendo consigo um novo elemento histórico: o pauperismo, que para Castel (1997) se apresenta como a questão social na primeira metade do século XIX.

De acordo com o autor, a expressão “questão social” foi usada por volta de 1830, remontando aos primórdios da industrialização, para designar os proletários, que antes eram em sua maioria camponeses, os quais tinham no acesso à terra a satisfação de suas necessidades, porém, privados dela pelo regime de cercamentos, viam-se obrigados a vender sua força de trabalho por salários ínfimos em extensas e extenuantes jornadas; estes começaram a ameaçar a ordem social vigente pelas constantes reivindicações que faziam em prol de melhores condições de vida e trabalho.

Nessas condições histórico-estruturais, a questão social atrelada à sociabilidade capitalista surge trazendo não apenas uma dinâmica totalmente diferente e peculiar no que se refere à pobreza, mas também resulta em desdobramentos sociais e políticos, como veremos adiante.

Alguns autores como Netto (2001), Montañó (2012) e Santos (2012) são uníssonos quando dizem que nas sociedades anteriores ao modo de produção emergente já havia pobreza, miséria e desigualdade, as quais eram determinadas socialmente pela dicotomia entre as classes, mas, sobretudo e principalmente, pelo parco e frágil desenvolvimento das forças produtivas, o que nos permite, desta forma, depreender que a pobreza não pode ser analisada de forma reducionista, como se fosse, pura e simplesmente, o resquício de sociedades pré-capitalistas ou o resultado direto de um insuficiente desenvolvimento.

De acordo com Netto (2001, p. 42-43),

se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha muito de longe a polarização entre os ricos e os pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas [...] Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução, e, no limite, da sua supressão.

Montaño (2012) complementa a ideia ao afirmar que no modo de produção capitalista a pobreza ganha uma nova configuração, pois é o resultado imediato e inequívoco da acumulação privada do capital, através da exploração de mais-valia, proveniente da relação entre capital e trabalho, entre aqueles que exploram e os que são deliberadamente explorados e usurpados da riqueza que produzem.

Assim, para o autor, no “MPC não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera a desigualdade. Quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, maior acumulação ampliada do capital e maior pobreza” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Isto significa dizer que o próprio desenvolvimento capitalista não só não reduz a pobreza, como corrobora sobremaneira para sua reprodução e ampliação. Quanto maior for a riqueza socialmente produzida, maior será sua acumulação nas mãos de uns poucos e maior a pauperização da maioria que a produz, o que nos leva a crer que a acumulação da miséria cresce em razão versamente proporcional à acumulação do capital. Portanto,

não deve ser vista como um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza por outro; jamais eliminaria nem um nem outro. *É um resultado direto, necessário e inerente do capitalismo, a alavanca responsável por sua ampliação* (SIQUEIRA, 2013, p. 164, *grifos nossos*).

Em consonância aos autores já citados, Iamamoto (2001) também parte do pressuposto da indissociabilidade da questão social ao capitalismo, onde, na sociedade burguesa, sua gênese deriva do caráter coletivo da produção em contraposição à apropriação privada da própria atividade humana. Para a autora, a questão social é entendida como:

O conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Vemos, portanto, que o capitalismo gera a questão social e que esta só existe como resultado direto deste modo específico de produção, assim, partimos do pressuposto de que a questão social, da qual “a população em situação de rua é a expressão mais radical” (SILVA, 2009, p. 22), está intrinsecamente atrelada ao modo de produção capitalista desde os seus primórdios, na fase chamada por Marx (2014, Cap. II) de “acumulação primitiva do capital”.

Há, pois, uma série de condições histórico-estruturais a levarmos em consideração quando nos propomos a analisar a origem e reprodução da população em situação de rua no bojo da sociedade capitalista.

Séculos antes, por exemplo, Huberman (2014) explica o que ocorreu sob o regime dos ‘cercamentos’, onde um contingente expressivo de camponeses foi expulso de suas terras e, privado de seu único meio de subsistência, grande parte deles veio a compor o quadro dos miseráveis que, na Europa dos séculos XVI e XVII, imperava tal qual uma epidemia: só para termos uma ideia, diz-nos o autor que um quarto da população de Paris, na década de 1630, era composta por mendigos, e nos distritos rurais a situação não era diferente.

Destituídos de todos os meios de produção, essa massa sobrando se viu obrigada a vender o único bem que ainda possuía para simplesmente sobreviver: sua força de trabalho. Essa “história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2014, Cap. II p. 830). Representavam um verdadeiro banquete ao capitalismo que progredia continuamente, podendo suprir a qualquer hora sua necessidade de trabalhadores para explorar e gerar lucro; trabalhadores esses que vendiam sua mão de obra por salários ínfimos, viviam e se submetiam a condições lúgubres de trabalho.

É nessas condições histórico-estruturais que, de acordo com Silva (2009), ocorre a generalização do pauperismo na Europa e, com isso, o surgimento de pessoas em situação de rua, pois muitos desses camponeses não foram abarcados pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, haja vista terem sido descartados de suas terras, mas também pela dificuldade que encontravam de se adequar ao novo e massacrante ritmo de trabalho, ficando, assim, por força das circunstâncias, relegados à mendicância e outras mazelas, como o roubo e a vadiagem, por exemplo.

A autora explicita que naquele momento eclode um novo fenômeno que se alastrava por toda a Europa: o pauperismo, no seio do qual a população em situação de rua surge, desenvolvendo as condições necessárias à produção e reprodução capitalista.

Dessa forma, o pauperismo se torna *conditio sine qua non* para situarmos historicamente a existência deste segmento social, pois concebemos seu surgimento como o resultado de um amplo processo social e histórico. Não se trata, portanto, de uma questão isolada, como se fosse específico de determinadas conjunturas ou de contextos espaciais, mas, sim, do resultado da histórica desigualdade capitalista que percorre e adentra séculos.

A partir desta relação indissociável do capitalismo que gera o pauperismo e, portanto, a questão social, evidencia-se que todas estas agruras históricas giram na órbita de um mesmo

elemento: o trabalho. Ele é, portanto, a estrutura sobre a qual se assenta o (des) equilíbrio da vida em sociedade. Assim, de acordo com Costa (2011, p. 48):

Quando a produção capitalista tornou-se organizada e independente, não mais se limitou a manter a dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, mas passou a produzi-la em escala cada vez maior. A formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades do capital.

Alguns autores como Rosa (2005), Silva (2009) e Costa (2011) analisam a questão da população em situação de rua atrelada ao processo de acumulação do capital, num contexto em que se produz continuamente uma “superpopulação relativa”, nos termos de Marx (2014, Cap. II), a qual se configura como o excedente dos trabalhadores que o capitalismo não absorve, pois este adapta o número daqueles às suas necessidades e, com o crescimento dos meios de produção e potencialização das forças produtivas, há uma drástica diminuição na utilização da força humana.

Assim sendo, muitos que necessitam sobreviver dispendo apenas de sua força de trabalho para vender, tornam-se desnecessários e constituem maior número do que a real necessidade do capital, o que cria um efeito cíclico perverso: a produção e acumulação ampliada do capital cresce na mesma intensidade que o descarte da mão de obra e, por conseguinte, do crescimento ampliado da miséria da classe trabalhadora.

Partimos, portanto, do pressuposto teórico que apreende a população em situação de rua como uma expressão genuína da questão social, posto que surge num cenário histórico de desigualdades sociais oriundas diretamente da relação contraditória entre capital versus trabalho, onde sua reprodução está associada ao processo de acumulação do capital.

A partir da formação socioeconômica do modelo capitalista, inúmeros indivíduos se veem fora do processo de fruição de riquezas bem como do seu processo de produção, desta forma, a situação de rua se constitui como um ponto extremo da questão social que cria um contingente populacional empobrecido, marginalizado, excluído do processo produtivo, restando-lhes os espaços públicos como meio de existência e sobrevivência.

Para avançarmos na análise desta questão, a saber, dos sujeitos que não são abarcados no processo produtivo e ficam à mercê das vicissitudes e desventuras sociais, faz-se imprescindível esquadriharmos, ainda que de forma sucinta, o que Marx (2014, Cap. II) denominara como sendo a superpopulação relativa. Diz-nos que não se trata de uma categoria estável, pois pode aparecer de forma aguda nos momentos de crise ou crônica nos momentos de certa estabilidade.

Define, ainda, três formas: população *flutuante*, *latente* e *estagnada*. A primeira exprime o movimento dos trabalhadores dos grandes centros industriais, ora atraídos, ora repelidos do mercado de trabalho; a *latente* se refere aos fluxos de migração dos trabalhadores do campo à cidade, que expulsos do campo pela introdução de tecnologias vão à cidade em busca de trabalho, e, por fim, a *estagnada*, representada pelos trabalhadores irregulares, os quais não se inserem nem na grande indústria, nem na agricultura.

Esta última se desdobra em outros três grupos: os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização, a qual, no dizer de Marx (2014, Cap. II, p. 746) “se constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”.

De acordo com Silva (2009), a partir de um minucioso estudo realizado junto à população em situação de rua no Brasil, constatou-se que esta se origina da população *flutuante*, *latente* ou *estagnada* da superpopulação relativa, sendo que, das análises obtidas pela autora, concluiu-se que as características e o perfil deste segmento social possibilitam associá-lo, principalmente, o *lupemproletariado*, isto é, parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo, é apta para o trabalho, mas não é absorvida pelo mercado, constituindo assim, o último resíduo da superpopulação relativa.

Partindo dessas considerações, nosso objetivo é estabelecer balizas que nos permitam apreender as mazelas sociais gestadas no bojo do desenvolvimento histórico do capitalismo. Os cercamentos, por exemplo, ainda na transição de um modo de produção ao outro, já prefiguravam que a acumulação do capital se faria à custa da expropriação do trabalhador, mesmo que isto trouxesse consequências devastadoras, como a história tão bem atesta.

Castel (1997) lança a reflexão de que certamente estamos vivendo um “neopauperismo”, dado o acirramento cada vez mais intenso entre o trabalho e o capital. Parte do pressuposto de que não há ninguém que se encontre propriamente fora da sociedade, muito embora possa estar numa posição tênue em relação ao centro desta, encontrando-se, então, “desfiliado”, ou seja, “des-ligado, mas continua dependendo do centro [...] É do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social” (p. 568).

As transformações que perpassam nossa história partem do centro do capitalismo que gera a refração nefasta sobre a tessitura da vida em sociedade. Recentemente, no final do século XX, com a reestruturação do capitalismo em nível global, evidenciamos profundas mudanças societárias que incidem diretamente na dimensão econômica, política e social, bem como o aumento vertiginoso da pobreza e do desemprego.

O resultado desse processo tem se expressado na exacerbação das desigualdades sociais produzidas pelo *status quo* e encontra sua origem na perene contradição entre a produção coletiva do trabalho e a apropriação privada do produto desse trabalho, o que gera, por conseguinte, um enorme contingente de homens e mulheres trabalhadores que não conseguem prover a própria subsistência.

Podemos afirmar que a sociedade do capital vai ainda mais além, literalmente descartando aqueles que não a interessam, haja vista que “na área do planeta comumente compreendida pela ideia de “sociedade” não há um compartimento reservado ao refugo humano”. (BAUMAN, 2005, p. 21). O ser humano passou a ser tão descartável quanto os dejetos, o lixo. Para o autor, a produção do “refugo humano” é uma consequência inevitável da modernização, tendo por acompanhante inseparável a modernidade, a qual traz como efeito colateral “a construção da ordem”, que define algumas parcelas da população como deslocadas e inaptas e “do progresso econômico”, que desvaloriza modos anteriormente efetivos de ganhar a vida, privando, assim, seus praticantes dos meios de subsistência.

Assim, diante deste cenário de profundas mudanças em que parcelas majoritárias da população são alijadas do processo produtivo, constituindo o que Marx (2014, Cap.II) já conceituava como sendo a superpopulação relativa, Castel (1997) de sobrantes ou desfiliaados e Bauman (2005) de refugo humano, sobreviver nas ruas se expressa como uma condição da sociedade contemporânea, representada, sobretudo, pela naturalização da pobreza e banalização do humano, onde muitos não encontrando formas de inserção no mercado formal se voltam para as últimas alternativas, mesmo que seja a informalidade em seu mais alto nível de precariedade.

CAPÍTULO II

NA RUA DA AMARGURA OU NA AMARGURA DA RUA?

2.1 Chegada à rua

Quando chegamos a alguma cidade, a primeira coisa com a qual nos deparamos é uma placa com a seguinte frase: “Seja bem vindo (a) a...”, sinalizando uma recepção afetuosa àquele que chega. E decerto não há nada melhor do que ser bem recepcionado quando chegamos ao local de destino para o qual nos propusemos ir.

Isto vale para qualquer viagem, seja ela internacional, nacional, interestadual, de carro, ônibus, avião ou barco... Ambiciona-se não apenas chegar bem, mas ficar bem. Qualquer pessoa sai com o destino traçado, no intuito de chegar a algum lugar previamente definido. Mas, na sociedade da normalidade, será mesmo que isso vale para todos?

Certamente que não! Haverá uma espécie de mundo paralelo onde a pessoa não chega ao ponto de chegada porque o seu ponto de partida foi de alguma forma dilapidado e o caminho escolhido para realizar a viagem se tornou a tal ponto turvo e nebuloso, que a única coisa com a qual se depara é algo similar a um labirinto sem saída?

Forma metafórica de representar que há sim um mundo paralelo e invisível, criado forçosamente por todos que não o querem ver ou se aproximar de suas fronteiras. Ele tem um nome, habitantes, normas, padrões e até suas próprias leis. Chama-se: Rua da Amargura. Nele habitam aqueles que chegaram sem um destino previamente estabelecido, mas que, aos poucos, foram se adaptando e por ali mesmo acabaram ficando, por falta de escolha ou vontade própria, quem sabe, o que importa é que este mundo existe e os que nele habitam são reais.

É nesse mundo paralelo, que só enxerga quem quer, que estão os moradores da Rua da Amargura. Mas, quem são aqueles que chegam até lá? Homens e mulheres com desejos, vontades e sonhos adormecidos na bruma silenciosa que paira no chão de asfalto duro, sujeitos que por motivos próprios ou não, definidos ou não chegaram e lá estão morando.

Morar na rua da amargura não é algo que se escolha, pelo menos não para a maioria, mas todos podem estar sujeitos a chegar neste ponto limítrofe, por motivos que se concretizam em função de várias circunstâncias da vida, desde conjunturais que restringem

acesso à moradia e emprego até condições individuais, relacionadas a histórias de vida pessoais, físicas e mentais.

Para a sociedade em geral, os que chegam a tal ponto se encontram no fundo do poço, sem perspectiva alguma ou projeção para o futuro. Já não vivem, pensam muitos, apenas sobrevivem, posto que isso não é uma condição digna para nenhum ser humano. Vemos estes seres humanos nas ruas, andando de um lado ao outro, sentados nas calçadas, marquises, bancos de praças, olhares absortos, vozes silenciosas que não revelam sentimentos, queixumes, agonias ou esperanças. Apenas olham.

Para eles, a rua não é meramente um lugar de passagem, constitui-se muito mais que isso, num espaço de referência, sobrevivência, convivência com pessoas que estão em situação semelhante, onde estabelecem relações sociais. Portanto, pensar nestas pessoas que se encontram em situação de rua exige o entendimento de que elas tinham uma trajetória anterior a tal condição, uma história que se fez fora da rua.

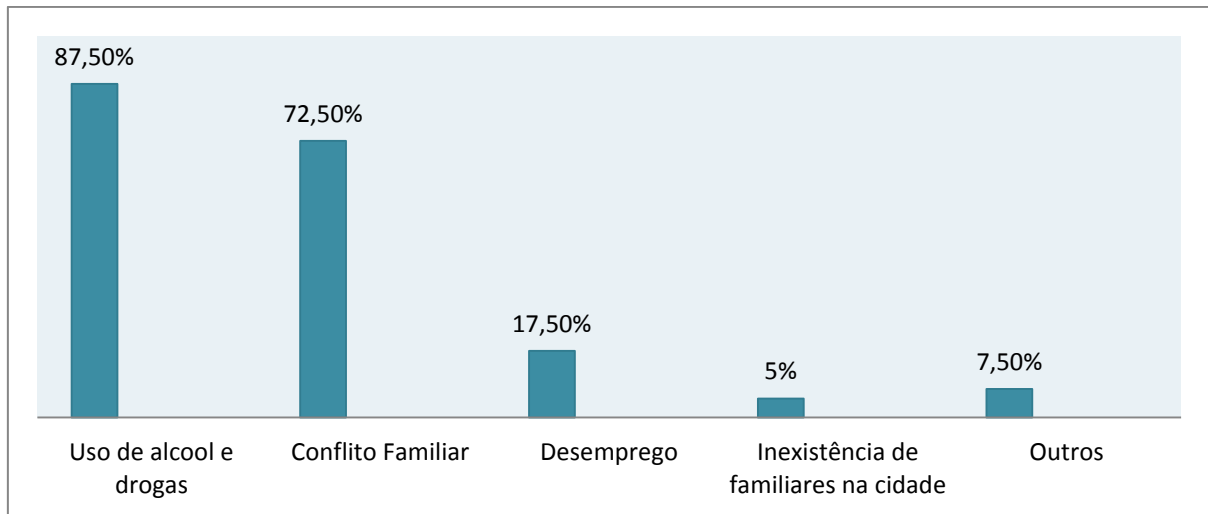
Mas, como dito acima, por inúmeros motivos chegaram a tal situação. Além de saber propriamente o motivo pelo qual ali chegaram, há outros questionamentos que se sobressaem: como foi propriamente esta chegada à rua e as principais dificuldades com as quais se depararam, quanto tempo demorou a se acostumarem, ou melhor, se adaptarem ao ritmo de vida nas ruas, se receberam ajuda por parte de outras pessoas ou instituições.

Na pesquisa de campo, durante a aplicação dos formulários com os pesquisados, indagamos a eles qual havia sido o principal motivo de ida para a rua e averiguamos que, dentre tudo que elencamos, a saber: conflitos familiares, desemprego, uso de álcool/drogas, inexistência de familiares na cidade e insuficiência de renda, constatamos que o principal motivo era em decorrência do uso de álcool e drogas, seguidamente dos conflitos familiares que, por sua vez, se davam por causa do primeiro motivo, estando assim, um interligado ao outro.

Todavia, não podemos deixar de mencionar que alguns relataram não ter sido por nenhum dos motivos que propusemos, mas por outros, tais como: por motivo próprio, depressão e perseguição policial, o que equivale a 7,5% dos 40 entrevistados.

A maioria dos pesquisados que fazia uso de substâncias psicoativas, também apresentava fragilidade nos vínculos familiares, representado por um quadro de desgaste psicológico e afetivo no âmbito familiar, que os levava a sair do seio familiar em direção à rua, como podemos verificar os motivos por ordem de escala:

Gráfico 2 — Motivos de ida à rua.

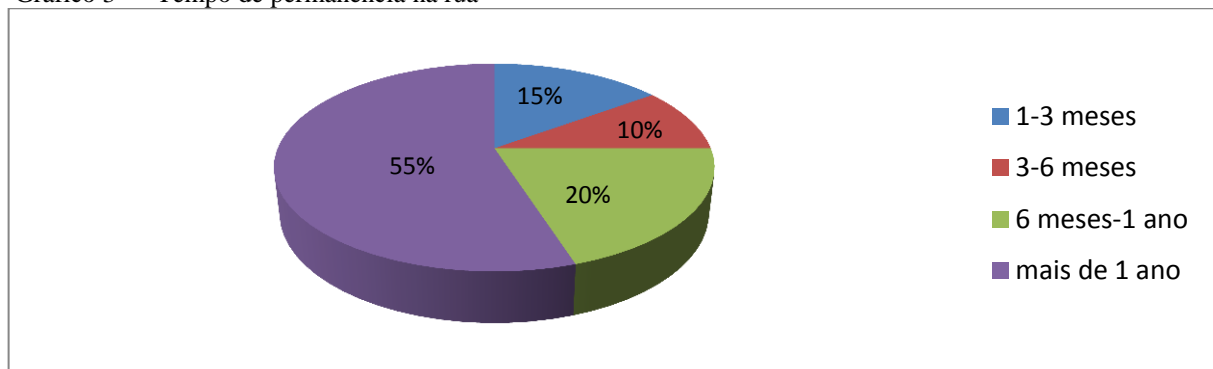


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tais dados estão em concordância com os da pesquisa nacional para população em situação de rua (BRASIL, 2008), segundo a qual os principais motivos pelos quais as pessoas passam a viver na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%), sendo que dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses motivos, que, como vimos, quase sempre não se dão de forma isolada, mas se relacionam uns com os outros.

Outro ponto que abordamos foi com relação ao tempo de permanência na rua e a maioria relatou estar há mais de um ano, o que evidencia que já estabeleceram com a rua certa identificação, onde se relacionam mutuamente uns com os outros, criam suas próprias formas de sobrevivência, atribuição ao espaço em que passam a maior parte do tempo, enfim, sua maneira de viver, conviver e ver o mundo.

Gráfico 3 — Tempo de permanência na rua



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Para aqueles que levam a vida dentro dos padrões estabelecidos como normais pela sociedade, pensar em pessoas que vivem há tanto tempo fora desses mesmos padrões, como ter casa, trabalho e emprego parece até assustador. Mas, será que o tempo para eles é percebido e passa como para nós? Enquanto há um exército de pessoas regido pelo horário apertado do relógio que regula a vida, há aqueles para quem as horas não se constituem em compromissos ou deveres a responder, posto que elas simplesmente passam.

Assim, entendemos que “é outro o tempo da rua, ele não está controlado pelo relógio. É possível passar horas assistindo a cidade acontecer. Não há pressa no andar lento e pausado do homem da rua” (VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 2004, p. 100), pois para aqueles que estão na rua, a contagem do tempo se dá de forma diferenciada.

Mas, e como foi propriamente a chegada destas pessoas à rua? Muito mais do que um olhar de externalidade para pensar esta realidade, faz-se irrenunciável obter tais informações das próprias pessoas que a vivenciam, considerando suas opiniões, pois são as que vivem os sabores e dissabores cotidianos da realidade que ousamos pesquisar.

Partindo, portanto, deste pressuposto, perguntamos às pessoas em situação de rua como elas avaliavam tal chegada, a partir de alguns itens que colocamos para avaliação, o que nos permitiu enxergar um pouco mais de seu mundo a partir de seus próprios olhos, apreender como se deu este processo e o que se constituía em dificuldade e facilidade na sua vivência de todos os dias.

Quando indagados acerca da acolhida recebida por parte de outros moradores de rua: 17,5% relataram ter sido ruim; 70% bom e 12,5% ótimo. A maioria destacou que foi bom, primeiro, por receber ajuda com relação à comida por parte dos companheiros de rua e, segundo, para aqueles que gostavam de andar em grupo, por sentirem-se acolhidos e seguros. No tocante à “ajuda por parte de outras pessoas” que, aqui, entendemos como referente a outros moradores de rua: 7,5% mensuraram como ruim; 70% bom e 22,5% ótimo, ou seja, a maioria informou receber ajuda por parte das próprias pessoas que também já estavam nas ruas.

Quanto às “oportunidades de trabalho”, 25% disseram ser ruins; 67,5% bom e 7,5% ótimas. Aqueles que informaram ser ruins, devia-se ao fato de não conseguirem trabalho com carteira assinada, além de se queixarem bastante do preconceito que sofrem por estarem nas ruas; já os que informaram que as oportunidades eram ótimas, relataram que não faltam pequenas oportunidades para aqueles que realmente desejam trabalhar, porém, naquilo comumente chamado por eles de “bicos”, como lavar e guardar carros, carregar pequenas mercadorias no porto ou malas de viajantes etc.

Cabe aqui salientar que, para eles, “pedir” se destina àqueles que realmente não desejam ter nenhum espécie de ocupação, posto que veem nestas pequenas atividades uma forma de diminuir o preconceito que os estigmatiza de vagabundos, preguiçosos, dentre outros.

No quesito “acesso à alimentação”, absolutamente nenhum deles afirmaram ser ruins: 57,5% disseram ser bom e 42,5% ótimo. Todos os entrevistados mostravam satisfação com relação à alimentação, pois além de terem acesso ao Centro POP durante toda a semana para o café da manhã e almoço, inúmeras denominações cristãs (católicas e evangélicas), como também grupos espíritas, realizavam doações, sobretudo durante os fins de semana, de forma que tinham sempre a quem recorrer, a fim de literalmente não passarem fome.

Referente ao item “lugar para passar a noite”: 35% destacaram ser ruins; 55% bom e apenas 10% como ótimo. Aqueles que informaram ser ruim, geralmente dormem sob viadutos, marquises de lojas ou bancos de praças, reclamando principalmente do frio e do perigo que sentem por estarem expostos a qualquer tipo de vandalismo ou violência. Já os que destacaram ser bom, são aqueles que dormem em grupo, de forma a se manterem mais seguros ou que conseguem guarita em algum prédio abandonado, até serem descobertos e expulsos do local. Os que designaram como ótimo, são os que conseguem com certa periodicidade espaço para pernoitar no Serviço de Acolhimento Institucional Amine Daou Lindoso ou em outra instituição religiosa.

E, por fim, quanto à “higiene pessoal”: 5% informaram ser ruins; 60% bom e 35% ótimo. Para eles, basta ter um banheiro, por mais simples que seja, desde que consigam fazer sua higiene pessoal, o que já os satisfaz sobremaneira.

Outro ponto que desejávamos saber era quanto tempo levava até que estas pessoas se acostumassem, ou melhor, se habituassem ao ritmo de vida nas ruas. Isto nos permitiu obter o seguinte resultado:

Quadro 4 — Tempo que levou para se adaptar à vida nas ruas

TEMPO	PERCENTUAL
1 semana	10%
15 dias	35%
1 mês	17,5%
Mais de 1 mês	37,5%

FONTE: Pesquisa de campo, 2016.

A fim de nos debruçarmos mais sobre esta questão acerca do tempo que levaram para se adaptar à vida nas ruas, bem como a periodicidade com que na rua permanecem, precisamos apreender de que maneira se dá esta permanência na rua, posto que há condicionalidades que interferem neste processo, fazendo emergir diferenças sutis, todavia substantivas, no que diz respeito a todos estes aspectos.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) explicitam que a rua pode ter pelo menos dois sentidos: em abrigo para os que, sem recurso algum, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos etc., ou pode se constituir num modo de vida, para aqueles que já têm na rua o seu *habitat* e que estabelecem com ela uma rede de relações. Identificam três situações acerca da permanência da população em situação de rua: ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) ou ser de rua (permanentemente) e o que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua.

Quadro 5 – Situações de permanência na rua

FICAR NA RUA	ESTAR NA RUA	SER DA RUA
Reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em um albergue. Pode ser fruto do desemprego. Há também os que, recentes na cidade, não conseguem emprego e não tem para onde ir. Os que se encontram nessa situação, sentem-se desvalorizados e demonstram medo de dormir na rua. Buscam rapidamente uma saída através de plantões de Serviço Social e procuram emprego ou bico que lhes permitam pagar uma pensão. Rejeitam a identificação com o morador de rua, procurando distanciar-se dele.	Expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. Procuram emprego ou bicos (...) Quando conseguem obter algum dinheiro, procuram pensões ou vagas em albergues. Frequentam lugares de distribuição de comida gratuita e instituições assistenciais. Tentam diferenciar-se dos moradores de rua apresentando-se como trabalhadores desempregados.	De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função da má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante de álcool (...). Nessa situação, torna-se extremamente difícil conseguir emprego. A rua é o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. O cotidiano passa a ser pautado por referências como as bocas de rango, instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma situação. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento.

Fonte: Adaptado de: VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 2004, p. 94.

Estas diferenciações quanto à forma de permanência na rua são fruto de um estudo exploratório empreendido com a população em situação de rua na região central da cidade de São Paulo, durante a década de 90, mediante proposta do Centro Latino-Americano de Estudos em Saúde Mental em parceria com a Prefeitura do município, organizações não

governamentais ligadas à igreja católica e metodista e professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A partir deste estudo foi possível constatar essas peculiaridades quanto à permanência na rua, o que significa um avanço na compreensão da complexa realidade da rua, pois a Política Nacional estabelece o termo população em “situação de rua”, justamente porque cada situação específica demanda o desenvolvimento de intervenções diferenciadas.

“Ficar na rua” exprime uma situação de vulnerabilidade que pode se transliterar como transitória, desde que o acompanhamento social aos sujeitos nestas condições não malogre, desfazendo ou superando aquilo que obstaculiza sua emancipação e fomentando seu empoderamento. Neste ponto, há por parte dos sujeitos o nítido desejo de sair da situação em que se encontram.

Quando, porém, o tempo se prolonga e a pessoa permanece na mesma situação por um período considerável, seja por qual motivo for, ocorre aquilo que as autoras chamam de “desalento”, a pessoa vai perdendo a esperança que tem de transformação e passa como que a se acostumar com essa realidade. Estes são os que “estão na rua” e já conseguem até mesmo estabelecer relações sociais com outras pessoas que também estão na rua.

O último aspecto, o “ser da rua” é para as autoras o ponto mais extremo, pois se nas situações anteriores há alternância entre a rua e outros lugares de residência, casas de abrigo e trabalhos diversos, neste, a rua se torna a única referência de relações e interações, enfim, passa a ser, literalmente, o mundo e a casa do sujeito, seu lugar de pertencimento. Neste ponto, quanto mais o tempo passa mais se torna dificultoso da rua sair, posto que as pessoas neste estágio já se encontram sem perspectivas de mudança, além do “depauperamento físico e mental” que as autoras salientam.

É preciso, portanto, que consideremos cada uma dessas nuances ao analisarmos a conjuntura das pessoas que ficam, estão, ou, simplesmente, já são da rua, o que, é claro, não nos permite estigmatizá-los, esterilizando quaisquer perspectivas de mudança, haja vista que a rua pode assumir diferentes conotações, como espaço de moradia e também lugar de sobrevivência, onde os sujeitos nela vivem por tempo indeterminado, e dela sobrevivem diariamente, pedindo, recebendo doações ou desenvolvendo quaisquer espécie de atividades de trabalho.

2.2 A rua como lugar de moradia e sobrevivência

Assim que se chega à rua, dá-se para cada sujeito que nela adentra uma forma peculiar de permanência, onde estar na rua circunstancialmente denota uma situação provisória, quando a ausência de trabalho se prolonga, quando dormir na rua passa a se tornar frequente, novas relações começam a ser tecidas e hábitos começam a ser criados.

Ao discutir acerca dos sentidos do uso da rua, Carlos (2007) enfatiza que ela pode ser apropriada tão somente como uma passagem de ida ao trabalho; pode ter um sentido em si mesma, quando utilizada como local de trabalho, no caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes que vendem suas mercadorias na rua, ou ainda, aqueles que ficam nos semáforos, oferecendo seus serviços aos motoristas; ou ter o sentido de normatização da vida, com suas placas e sinais a indicar o controle da circulação social; e também o sentido de morar, quando nela se estabelece uma teia de relações e interações que perpassa toda a cotidianidade do sujeito.

Todos estes sentidos configuram a rua como sendo um espaço vivido, representando o cotidiano da vida social dos sujeitos, um lugar de passagem, de circulação, de comunicação, de interferências e vivências.

Diferentemente daqueles que passam pela rua circunstancialmente, os que moram nela desenvolvem uma maneira de vida particular, isto é, desenvolvem formas específicas de relacionamento com outras pessoas que também estão na rua, de garantir a sobrevivência, de conviver e olhar o mundo ao redor. Como assevera Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 98): “estas pessoas têm sobre a cidade outro olhar, atribuindo novas funções aos espaços públicos”.

Ser alguém que se encontra em situação de rua não significa simplesmente estar submetido à condição de espoliação e vulnerabilidade, enfrentando carências de toda espécie, mas significa, também, adquirir outros referenciais de vida social, diferente dos anteriores normalmente associados ao trabalho, moradia, relações sociais e familiares.

Há, certamente o que Oliveira (2015)⁹ configura como “uma subcultura que não é escolhida e nem criada pelas pessoas, pelo menos não inicialmente”.

⁹ Esta elucubração do autor se deu durante o exame de qualificação da proponente, realizado na Universidade Federal do Amazonas, no dia 19 de setembro de 2015.

Neste sentido, o autor propõe que nos questionemos se morar e sobreviver nas ruas se configura como uma causa ou consequência, levando em conta como a rua pode mudar para estes sujeitos: num primeiro momento, a rua se constitui uma ameaça, por isso ocupam lugares fechados, abandonados. Num segundo momento, procuram algo para fazer, como coletar material reciclável, vigiar e lavar carros etc. e, no terceiro momento, eles “são da rua”, o que já traz consigo a ideia de morar.

A inserção no mundo da rua não se dá de forma repentina, mas, sim, gradativa, a partir da qual o sujeito vai abandonando hábitos, costumes, conceitos, para, dia após dia, ir se socializando, vivenciando e adquirindo uma nova compreensão da rua e, por que não dizer, da vida.

É justamente a partir desta nova compreensão que a rua deixa de ser o contraponto negativo da casa entendida como proteção e cooperação, passando a ser percebida como espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia.

Assim, morar na rua implica, obrigatoriamente, um novo rearranjo de vida, que não se constitui num modelo único e fechado para todos, mas peculiar e em consonância com cada tipo de pessoa, onde, por exemplo, uns preferem estar em grupo, outros, isolados; aqueles costumam pedir, enquanto estes buscam por pequenos serviços para garantir sua subsistência diária.

Este rearranjo de vida implica dar, portanto, outro significado ao único espaço que as pessoas em situação de rua têm: o espaço público ou a rua como queiramos chamar, transformando-o numa espécie de desdobramento imaginário do lar, o “seu lugar”. Espalhados pelas ruas da cidade, nelas constroem sua intimidade, fazem suas comidas no asfalto, arrumam suas camas, limpam as calçadas como se estivessem dentro de uma casa.

E por mais que a rua não seja local para se viver, por se tratar de um ambiente público, de passagem e não de permanência, ela acaba sendo para muitos destes sujeitos a única e mais viável opção que lhes resta.

O mais intrigante de tudo é que estas pessoas conseguem, cada qual à sua maneira, aproximar dois mundos aos quais estamos inseridos e que, para a maioria, se encontram totalmente incomparáveis e equidistantes: o público e o privado, confirmando, assim, o que nos diz Silva (2009, p. 91): “fazem do espaço público o palco de suas relações privadas”.

Assim, a rua se transforma em lugar de moradia para aqueles que, por motivos mil, nela veem a única saída que lhes resta e traz consigo também, infelizmente, muito preconceito. Aquele que mora na rua é visto como alguém desprezado e abandonado, muitos

pensam até que estão ali porque a família não mais os quis, estão na “rua da amargura”, “no olho da rua”.

Damatta (2010) faz uma interessante reflexão sobre estas expressões bem conhecidas, dizendo que elas são usadas para simbolizar a apartação de um indivíduo de determinado grupo social ao qual fazia parte, denotando a rua como lugar de isolamento, como alternativa para quem não tem mais nenhuma referência social. Nesta perspectiva, a rua sinaliza a exclusão a que diversas pessoas estão submetidas, como consequência e também causa do sistema capitalista.

Essa ideia de expulsão segue, na verdade, a concepção de que na rua está tudo aquilo foi descartado porque não presta mais e não tem nenhum valor de uso, ou seja, o lixo. Entretanto, diferentemente do lixo que não tem mais alternativas para o seu uso (sendo que hoje muito dele se recicla), as pessoas que se encontram em situação de rua têm anseios, desejos, vontades, aspirações e necessidades.

Por isso é que muitas destas pessoas ressignificam, como dito mais acima, o espaço da rua, já que nela estão por tempo indeterminado. É preciso, pois, criar sua forma de adaptação à rua e nela sobreviver diariamente. Esta se constituiu, pois, numa das aspirações a qual nos propusemos esquadrihar no desenrolar da pesquisa de campo: apreender este processo de adaptação que dá conformidade ao modo de vida na rua como lugar de moradia e sobrevivência.

Adaptação esta que inclui questões elementares como: a convivência com os outros que também moram nas ruas, as atividades que fazem durante a semana e fins de semana, onde conseguem alimentação e vestimenta, como conseguem obter dinheiro, como o gastam... Enfim, informações que vão desenhando o dia a dia e como estas pessoas foram construindo seu itinerário de vivência na rua.

A partir daí, identificamos que 60% das pessoas que estão nas ruas preferem ficar sozinhas e apenas 40% acompanhadas. Este afastamento das demais pessoas que também estão morando nas ruas se dá para eles como um mecanismo de defesa, segurança e preservação, haja vista que na rua afirmam não poder confiar verdadeiramente em ninguém. Ao indagarmos sobre o porquê de preferirem o isolamento dos demais à convivência em grupo, obtivemos respostas que revelaram quão hostil e perigoso o ambiente da rua pode ser para os que nela residem:

Prefiro ficar sozinho, acho que é mais seguro, acho melhor! Porque tem gente que tá na rua e é muito ruim, só quer fazer o mal. Ninguém tem amigo na rua não e também é uma forma da gente se preservar. (Entrevistado 03, Pesquisa de campo, 2016).

É melhor ficar só, porque tem muita briga. Tudo na rua é droga, não tem como ter confiança. Não sei qual é o B.O. dos outros. Não dá pra confiar. (Entrevistado 12, Pesquisa de campo, 2016).

Não gosto de andar com os outros, não sei quem é quem. Pra evitar confusão. O povo da rua se amarra em brigar. Não quero me misturar pra evitar encrenca. Me sinto melhor só do que mal acompanhado. (Entrevistado 25, Pesquisa de campo, 2016).

E muito embora a maioria opte ficar distante dos demais, 70% informaram desenvolver um bom relacionamento com os companheiros de rua, pois ressaltaram que disso depende também sua sobrevivência, ao evitar conflitos por espaço ou qualquer espécie de desentendimento que gere brigas e os ponha em situações de risco. Outros 20% disseram ter um relacionamento regular; 7,5% ótimo, com destaque, sobretudo, para aqueles pequenos grupos que se formam e estão constantemente juntos e apenas 2,5% destacaram ter um relacionamento ruim com as pessoas que também estão morando nas ruas.

Dentre as coisas que fazem durante a semana, praticamente todos participam com frequência das atividades do Centro POP, sobretudo no período da manhã e pela tarde: 67% deles sempre procuram alguma ocupação laborativa para fazer, enquanto o restante diz simplesmente ficar andando sem rumo definido, pedir ajuda nas ruas, usar substâncias psicoativas e uma minoria revelaram roubar, sendo que durante os fins de semana relatam fazer as mesmas coisas, com exceção de ir ao Centro POP que não funciona durante esse período:

Quadro 6 — Atividades que os pesquisados realizam durante a semana e fins de semana

ATIVIDADES	SEMANA	FINAL DE SEMANA
Frequenta o Centro POP	87,5%	NÃO FUNCIONA
Pede ajuda na rua	23,5%	2,5%
Procura por pequenos serviços	59,5%	7,5%
Desenvolve atividades ilícitas (roubo)	5%	2,5%
Fica na companhia de outros moradores de rua	35%	5%
Anda sozinho sem rumo definido	40%	20%
Faz uso de álcool/drogas	80%	7%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Estas informações revelam ainda mais como as pessoas em situação de rua vão forjando sua adaptação nas ruas da cidade, cada qual a sua maneira, e como a utilizam na perspectiva da sobrevivência cotidiana. Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 103) explicam que há toda uma ideologia quanto ao “viver na e da rua”:

A população de rua tende a permanecer em lugares característicos por uma ecologia determinada, que favorece a sobrevivência. Ocupa bairros centrais e comerciais da cidade que são fonte privilegiada dos recursos que necessita: alimentação, abrigo e trabalho. Regiões densamente ocupadas e frequentadas nos horários comerciais, que ficam, comumente, despovoadas e ociosas durante o período noturno e nos finais de semana.

Entendemos, como tão bem asseveram os autores, que a apropriação dessas áreas se configura num duplo uso: moradia e sobrevivência. Podemos, então, dizer que é por estes motivos que ocorre o reinventar do espaço público, isto é, a forma pela qual estas pessoas (re) organizam suas vidas em consonância com as possibilidades que existem, encontram, criam e recriam nas ruas da cidade.

Procuramos, ainda, identificar na pesquisa de que maneira estes sujeitos sobrevivem “na e da rua”. Como obtêm alimentos, em que trabalham, no que gastam o dinheiro que conseguem, de que forma fazem sua higiene pessoal, a quem recorrem quando ficam doentes, onde costumam dormir à noite etc. Além do mais, procuramos conhecer quais os recursos que a cidade oferece para essa população assegurar sua sobrevivência, destacando os principais lugares em que se situam.

Antes, porém, de avançarmos, não podemos deixar de destacar que mesmo antes de ocorrer a Pesquisa Nacional em 2008, Silva (2009) realizara um estudo justamente sobre o uso que esta população faz da rua, mais especificamente no quesito sobrevivência.

No íterim de 1995 a 2005, analisou esta faceta da população em situação de rua, a partir de censos realizados pelas prefeituras de algumas capitais em suas regiões metropolitanas, quais sejam: Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, em seus respectivos anos.

Observou-se que na condição de rua o trabalho aparece como uma alternativa extremamente relevante para muitos que nela se encontram e não apenas propriamente a mendicância como forma de sobrevivência, muito embora ela esteja presente em grande parte das cidades pesquisadas. Para a autora, há uma explicação bem plausível para isso, pois é uma das maneiras que as pessoas que estão nas ruas encontram de amenizar os estigmas e o preconceito que sofrem.

A forma que o morador de rua encontra de se livrar da imagem negativa que lhe conferem é negar seu grupo social, buscando, no nível da representação, identificar-se com os papéis socialmente aceitos. Assim é que muitos, às vezes, há anos na rua, se apresentam como trabalhadores desempregados, que perderam os documentos e que recomeçarão a trabalhar tão logo consigam recuperá-los (SILVA, 2009, p. 165).

O que se verifica, pois, é a existência do trabalho informal, precarizado, como catação de material reciclado, guarda e lavagem de carros, como podemos verificar no quadro logo abaixo, corroborando ainda mais o papel de destaque que o trabalho ocupa no centro da sociedade capitalista, por representar o elo de coesão na vida do ser social, mas também, por sua ausência infligir um dos principais fatores de permanência e dificultar o processo de saída das ruas.

Quadro 7 — Principais atividades que a população em situação de rua desenvolve para obter rendimentos na condição de rua.

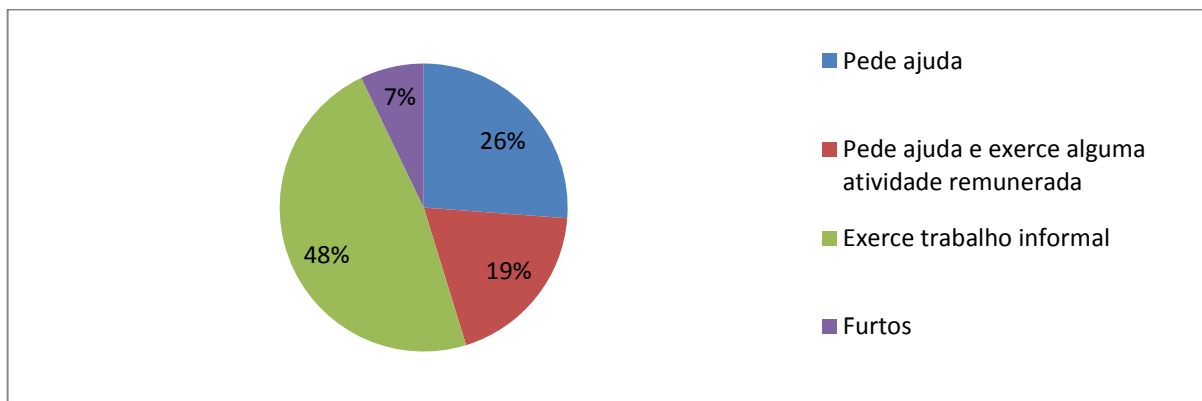
Cidade	Ano	Atividades	%
Porto Alegre	1995	- Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	18,00 9,00
	1999	- Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	46,50 38,20
Belo Horizonte	1998	- Cata Materiais Recicláveis - Lava, vigia carros	15,61 13,76
	2005	- Cata Materiais Recicláveis - Lava, manobra carro - Mendicância	42,80 13,00 9,00
São Paulo	2000	- “Bico” - Trabalho fixo sem carteira assinada	81,09 5,21
	2003	*	*
Recife	2004	- Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	47,77 21,74
Recife	2005	- Lava, guarda carro - Mendicância - Cata Materiais Recicláveis	36,76 31,72 16,04

Fonte: Adaptado de: SILVA, 2009, p. 166.

Entremeando estes dados com a pesquisa nacional (BRASIL, 2008, p. 12) no que se refere ainda à esfera do trabalho, constatou-se que: a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), ajudante de pedreiro (6,3%), auxiliar de serviços gerais (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência apenas 15,7% das pessoas.

Ressaltamos que em Manaus nunca se realizaram pesquisas censitárias ou qualitativas que abordassem este aspecto da realidade da população em situação de rua, o que, de certo modo, prejudica a comparação com outras capitais brasileiras. Todavia, mediante a pesquisa de campo, levantamos alguns dados que, contribuem para o conhecimento desta e que corroboram o que antes a pesquisa nacional revelara oito anos antes. É o que podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 4 — Alternativas de sobrevivência na rua.

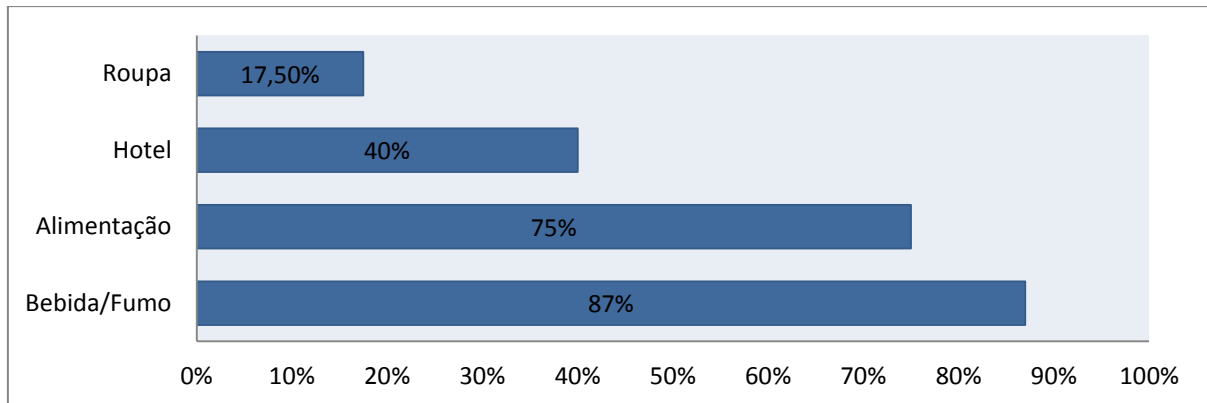


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Estes dados servem para explicitar que muitas destas pessoas exercem alguma atividade de trabalho, não obstante se deem em condições extremamente precárias, desmistificando o preconceito muito difundido de que são apenas mendigos ou pedintes. Contudo, a maior parte dos trabalhos se desenvolve na chamada economia informal, o que, além do mais, leva-nos a inferir que o ponto em comum entre este segmento social é que a maioria busca desenvolver algum tipo de atividade laborativa e não simplesmente sobreviver de esmolas.

Quando indagados acerca da forma como gastam o dinheiro que conseguem, constatamos, infelizmente, uma triste realidade: a maioria utiliza na aquisição de álcool e substâncias psicoativas, ou seja, gasta todo o dinheiro que consegue, pura e simplesmente, para alimentar e manter o vício, que averiguamos, durante as entrevistas, ser também a forma que encontram de amenizar os dissabores de se viver na rua e fugir da realidade em que estão.

Gráfico 5 — Como gastam o dinheiro que conseguem



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 102) explicam por que é tão comum não apenas a recorrência, como também a permanência no vício do álcool e das drogas, pois seu uso “pode ser interpretado como um analgésico que possibilita aos indivíduos liberarem-se das amarras e entrar num mundo imaginário que afaste, pelo menos por curtos espaços de tempo, as pressões sociais”.

Outro item de destaque com o qual também gastam o dinheiro que conseguem é a alimentação, pois informam que, apesar de receberem muitas doações, o cardápio não é muito variado, o que os leva a comprar “comida diferente”, como costumam dizer. Sempre que podem e sobra alguma coisa, pernoitam nos hotéis do centro, principalmente nos dias de frio.

A alimentação e a vestimenta se dão, sobretudo, mediante doações, mas, ainda assim, há quem as compre. Quanto à alimentação, 30% dos entrevistados informaram receber apenas doação; 67,5% recebem tanto de doações, como também compram quando têm dinheiro e apenas 2,5% informaram comprar diariamente sua própria alimentação. Já concernente à vestimenta: 65% recebem unicamente de doações; 25% ou de doações ou compram e 10% que somente compram.

Acerca da higiene pessoal, 85% a realizam durante todos os dias da semana no Centro POP, enquanto 15% recorrem a outros locais, tais como: a rodoviária, o box do mercado municipal e o casarão abandonado da Santa Casa de Misericórdia. Durante os fins de semana, aqueles que utilizam unicamente o Centro POP na semana, recorrem também aos locais acima mencionados.

Quanto à dormida, 32% informaram dormir sob marquises de lojas, mas sempre acompanhados, a fim de evitar eventuais perigos durante a noite, como ser assaltado ou sofrer

qualquer tipo de violência; já os 67,5% restantes alternam dormir em hotéis, viadutos, dentro de bancos, casas ou prédios abandonados, calçadas, Rodoviária, escadaria do Porto, dentro de bancos e, quando lhes é permitido, em alguma instituição.

Outro ponto relevante que questionamos era a quem recorriam quando adoeciam. Dos pesquisados, 50% informaram procurar imediatamente as Instituições de saúde, enquanto 45% recorrem à automedicação e 5% ou pedem ajuda aos outros companheiros de rua ou não toma remédio algum. Daqueles 50% que procuram atendimento médico de forma adequada, ergue-se uma intrigante questão: até que ponto os serviços de saúde são oferecidos sem que se tenha postura preconceituosa para com estes sujeitos?

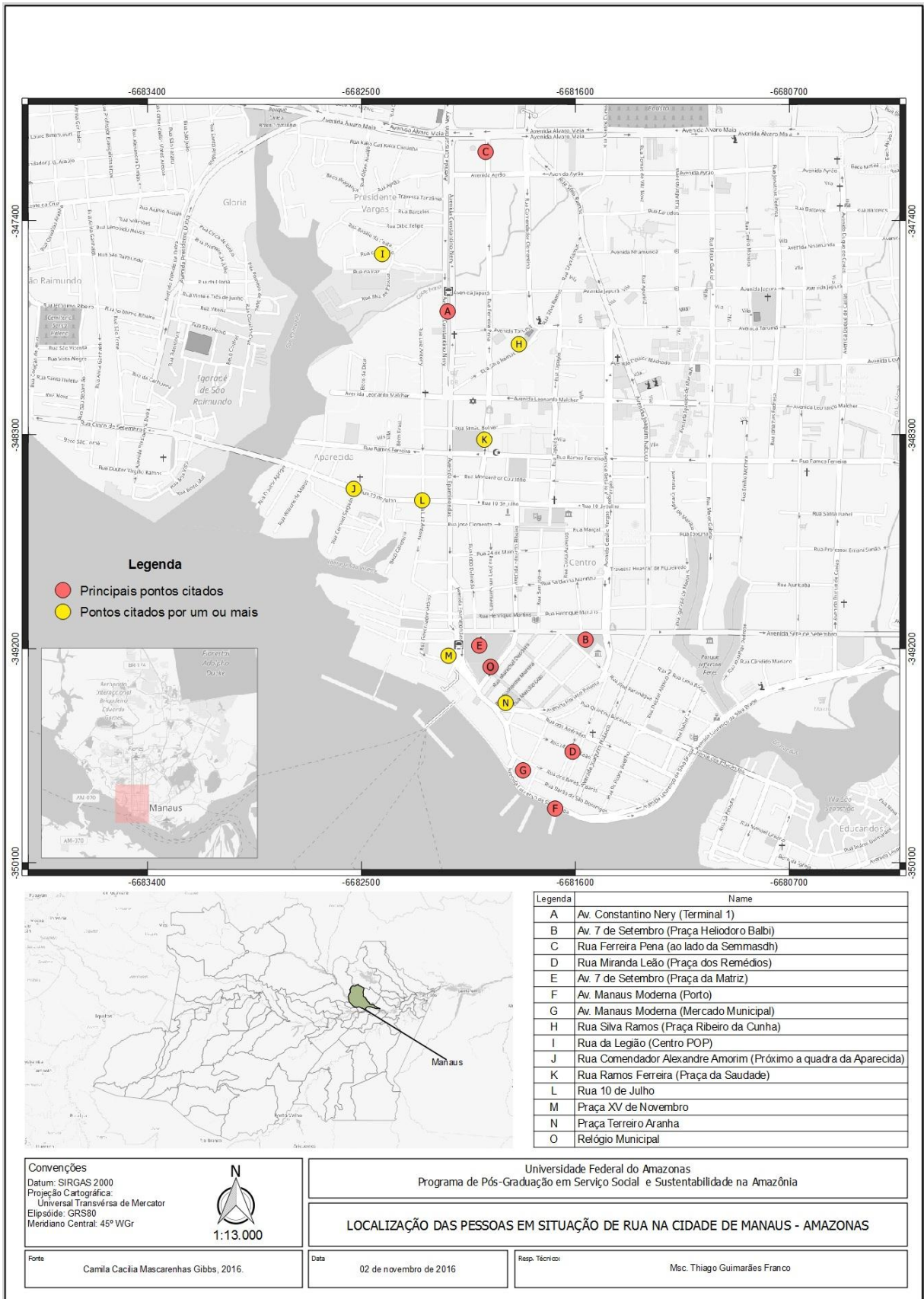
Recentemente, em 2012, o MDS juntamente com a Secretaria de Atenção à Saúde Básica instituiu os Consultórios de Rua com o objetivo de ampliar o acesso destes usuários à rede dos serviços de saúde. A proposta seria promover a articulação da rede com a principal finalidade de garantir o acesso à atenção integral às pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas (BRASIL, 2012).

Durante a pesquisa, descobrimos, em conversação com a coordenadora do Centro POP que Manaus já dispõe deste serviço numa Unidade Básica de Saúde, no bairro São Lázaro, porém, precariamente, pois segundo nos informou a coordenadora, a equipe não estava completa, contando apenas com técnicos de enfermagem e enfermeiros.

Além destas informações, ambicionamos, ainda, mapear os pontos em que as pessoas em situação de rua costumam ficar, mais precisamente no centro da cidade de Manaus, por ser a região onde se encontram a maioria das instituições, públicas e religiosas, que realizam atendimento ao segmento social em questão. Desta forma, perguntamos dos entrevistados a rua ou as ruas em que costumavam passar a maior parte do dia.

Obtivemos como resultado os principais pontos em que esta população costuma ficar, como podemos visualizar nos mapas que seguem:

Mapa 1 — Principais ruas em que as pessoas em situação de rua costumam ficar, próximas ao terminal 1.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Este resultado reforça o que as observações empíricas que orientaram o desenvolvimento dos censos em outras capitais, incluindo a própria Pesquisa Nacional, indicam: o centro das cidades é o lugar em que se concentra a maior parte da população em situação de rua, por ser o local que reúne diferentes instituições religiosas, públicas, o que atrai os sujeitos que procuram abrigo ou assistência social. A concentração do comércio também apresenta possibilidades de ganho mediante trabalho informal, o que é extremamente atraente para essa população.

E, por fim, indagamos aos sujeitos o que para eles se constituíam nas principais dificuldades em se viver na rua, o que nos permitiu confirmar o que as pesquisas de outras capitais, como também a pesquisa nacional já revelara: o preconceito é para eles a principal e maior dificuldade de todas as que podem mensurar. Como outrora destacamos no capítulo 1, o “preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno” (SILVA, 2009, p. 119).

Dos entrevistados, 100% ressaltaram o preconceito. Como um estigma que lhes fosse tatuado na alma tal qual a marcação de animais que é feita a ferro e fogo, não lhes dão a chance de falar e revelar o que aconteceu, a razão por que estão ali, nas ruas, mas apenas os julgam no imediatismo da situação em que se encontram e isso é deveras perigoso, pois o presente, em muitas situações, é apenas um olho d’água se comparado às muitas águas que formam os rios do passado.

Este foi o momento da pesquisa em que não apenas falaram, mas como que gritaram, silenciosamente, dizendo que também são seres humanos, com valores, anseios, sonhos, frustrações, e que, por isso mesmo, precisam ser olhados como tal. Há motivos mil a dificultar a vida nas ruas: o preconceito, o vício, o afastamento da família, a dormida... Portanto, o que menos eles precisam é do julgamento que a sociedade já lhes outorga. A seguir, destacamos algumas de suas falas quanto às principais dificuldades em se viver na rua:

O preconceito, o desprezo das pessoas pela gente, porque elas nos julgam mal. Não ter um lugar pra descansar também é ruim. (Entrevistado 06, Pesquisa de campo, 2016).

O medo das pessoas que é o preconceito e a discriminação. A falta de solidariedade. Problema de saúde, higiene e a dormida que é péssima. (Entrevistado 24, Pesquisa de campo, 2016).

Preconceito. Falta de apoio e a solidão, porque a gente que tá na rua não é nada não. Todo mundo acha que a gente é o pior e não tem com quem contar pra valer. (Entrevistado 32, Pesquisa de campo, 2016).

Desta forma, ao fecharmos o panorama que pretendíamos construir acerca da adaptação e do que compunha as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua na cidade de Manaus, vislumbramos quão fortes estas pessoas são, muito mais do que supomos imaginar. Desenvolvem sua forma peculiar de resiliência e, assim, vivem um dia após o outro. Querem, acima de tudo, ser reconhecidas em sua dignidade humana, e, como sujeitos de direitos que são, precisam não simplesmente de empoderamento, mas da legitimidade e do impacto que isso pode trazer para eles diante da sociedade.

Além do mais, percebemos que a maioria deles não adota uma postura simplesmente receptiva, sobretudo no que se refere ao quesito trabalho. Sempre estão à procura de algo que lhes confira o *status* de trabalhador, mesmo que seja para alimentar vícios, pois é como conseguem dar a si mesmos alguma utilidade diante da visão de inutilidade que fatalmente recai sobre eles.

E, por que não dizer, estas são as formas que encontram, cada um ao seu modo, de criar feixes de esperança em meio às dificuldades do tempo presente em que estão na rua. Até quando eles ficarão lá, nas ruas, não sabemos, mas de uma coisa temos certeza, eles acreditam num porvir, bom ou ruim, mas acreditam, pois vivem, muito embora sequer imaginem, como diz o poeta: “vão-se sonhos nas asas da descrença, voltam sonhos nas asas da esperança” (ANJOS, 2000, p. 15).

2.3 Para além do presente: há esperança na rua da amargura?

O presente pode ser comparado a uma linha tênue que liga o passado ao futuro, como uma ponte sobre a qual se pode passar de forma rápida ou demorada, de maneira calma ou extremamente conturbada, a depender do transeunte que por ela esteja passando.

Ele traz consigo a bagagem do passado, mas também comporta muitos anseios que se tenha do futuro. Revela, ainda, quem a pessoa foi ou ainda é e o que ela espera do amanhã, tudo isso, a partir das ações e decisões que delineiam o seu hoje. Assim, somente nele e por ele é que podemos visualizar, tal como um farol a iluminar o caminho, as sendas que conformam uma existência.

Ir para além do presente significa, portanto, não deter demorada ou suspeitamente o olhar apenas naquilo que se vê de uma vida, mas ir em busca daquilo que não se mostra na superficialidade do aparente, pois este pode ser enganador.

O presente que desbravamos, nesta pesquisa, é o de pessoas que estão em situação de rua. A partir dele, conseguimos esmiuçar o cotidiano de vidas vividas silenciosamente nas

ruas da cidade de Manaus: quem são, como vivem e sobrevivem. Todavia, tornar-se-ia residual vislumbrarmos apenas o passado e o hoje destes sujeitos, esquecendo-nos do futuro, como aquele tempo que, fundamentalmente, se segue ao presente.

Embora, para muitos, ele seja incerto por não ser previsto, considerá-lo é imprescindível, pois conforma o mosaico das peças que ainda faltam na história das pessoas, peças que não determinamos, mas ao menos visualizamos a partir das perspectivas que dele se tenham.

Perspectivas as quais podemos conceber como a esperança do amanhã que ainda não chegou e que se confronta com o dissabor de um presente que muitos deles gostariam de ultrapassar: o presente que se escreve na rua da amargura. Não compreendemos isto por meras suposições, mas pelo que nos foi revelado, sem medos, rodeios ou receios por parte daqueles que vivem nas ruas.

Eles têm, sim, perspectivas, e muitas. Por isso, facilmente nos revelaram quais são, pois ansiavam serem ouvidos naquilo que estão vivendo e no que ainda querem viver.

A pesquisa nos permitiu revelar algo extraordinariamente surpreendente: há muita esperança na rua da amargura. Amargura que se revela na insatisfação que a maioria sente com o seu presente e tudo o que ele traz consigo: o preconceito, a solidão, os vícios, o frio das noites demoradas, a tristeza e angústia da distância familiar etc.

Esperança que pode ser entendida como a espera de um dia suas vidas mudarem: sair da rua, dar um rumo diferente às coisas e recomeçar. Como diz o ditado mais do que popular: “A esperança é a última que morre”, muitos acabam por pensar assim, o que revela certo ar de fatalismo em suas colocações quando dizem querer mudanças, mas sem saber como e quando elas acontecerão.

Acima da metade dos entrevistados revelaram pensar frequentemente sobre o futuro: 97,5% contra apenas 2,5% que disseram pensar raramente. Isto, portanto, confirma-nos que eles têm esperança na forma de perspectivas acerca do futuro.

Há, aqui, que abrímos um breve, porém, importante parêntese, para não incorreremos no erro duma visão maniqueísta acerca desta realidade, ao considerarmos apenas uma face da moeda, como se a esperança da qual tanto falamos dependesse unicamente dos sujeitos que estão nas ruas. Para alguns, talvez, sim, mas para a maioria, será que ela não deve ser promovida e estimulada a fim de que realmente se concretize e translitere em mudanças efetivas?

Mudanças que se exprimem no desejo que os pesquisados sentem em sair da rua: 95% contra 5%. Tratando-se da dura realidade da vida nas ruas, sair significa não apenas morar

numa casa, ter emprego com renda fixa e se reaproximar da família, mas, sobretudo, tirar a rua com todos os seus estigmas e vícios de dentro de si, pois não adianta tirar as pessoas da rua se a rua não sair delas.

Quando a rua não sai das pessoas, o retorno se torna apenas questão de tempo, principalmente porque a marca que não se pode delir da rua, não apenas na realidade manauara, mas em outras capitais brasileiras, é a dependência química, quando constatamos o universo de 87,5% dos entrevistados que afirmaram ser este o principal motivo de ida para a rua.

Aqui temos duas expressões da questão social mais do que interligadas, posto que uma gera a outra: a situação de rua e a dependência química. Retroalimentam-se num ciclo perversamente vicioso que apenas será rompido e ultrapassado se forem dadas às pessoas em situação de rua condições favoráveis que estimulem e concretizem, verdadeiramente, o germe descorado e enfraquecido da esperança que elas trazem dentro de si.

Sair das ruas, portanto, faz parte de seus planos para o futuro, pois como dito mais acima, seu presente está simbolicamente representado “na rua da amargura”. Além do mais, este desejo se exprime genuinamente em suas falas, quando indagados por que querem sair, sendo assim, escolhemos dentre todas as que consideramos serem as mais fortes:

Porque é ruim não ter casa, família, sujeito a tudo. Não desejo isso pra ninguém. Eu quero sair daqui um dia. Ter uma vida normal como os outros. Quero sair e me recuperar da dependência química (Entrevistado 01, Pesquisa de campo, 2016).

Porque tá na rua não é bom. Não presta. Somos um lixo pras outras pessoas. Não posso julgar essas pessoas, mas elas esquecem que somos seres humanos. Rua nunca foi pra mim. Quero voltar pra Fortaleza (Entrevistado 11, Pesquisa de campo, 2016).

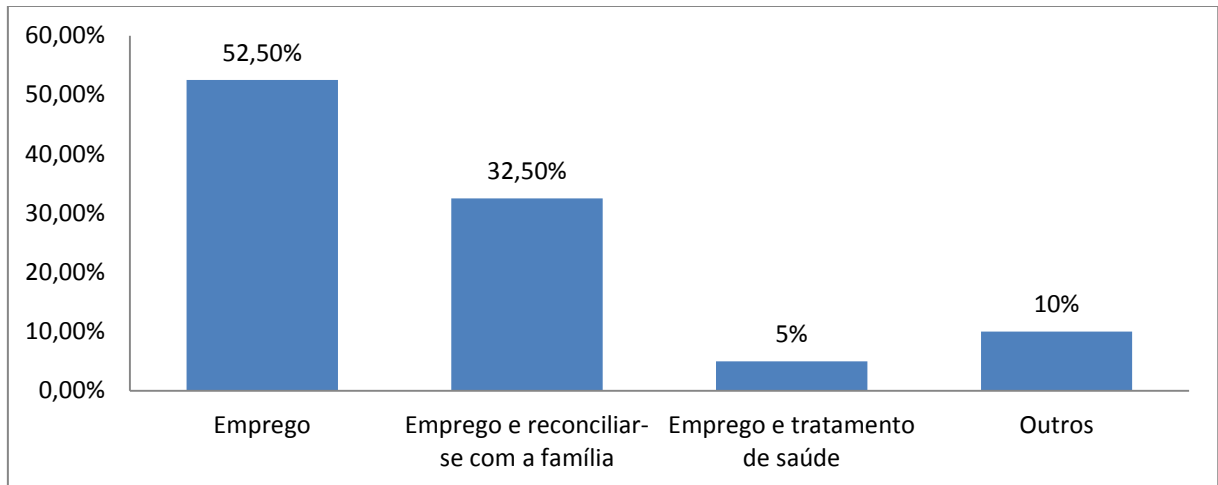
A rua não é bom não. Ninguém quer morrer na rua não. Experimentei o outro lado da vida. Ter uma vida normal, ir pro cinema, namorar. Quero sair dessa vida. A vida é feita de escolhas. Tenho que tentar sair. Uma hora vai dar certo. (Entrevistado 27, Pesquisa de campo, 2016).

Na rua a gente não vive, sobrevive como dá. Quero voltar a viver de verdade, ter um trabalho que dê pra me sustentar, sair desse vício de doido, ser feliz com a família que Deus me deu e que estou longe, porque do jeito que tô agora não posso voltar assim pra eles, que dá confusão pra lá, sabe. (Entrevistado 40, Pesquisa de campo, 2016).

Assim, a forma que os depoimentos das pessoas em situação de rua se apresentam revela o amargor que se vivencia cotidianamente ao se morar nas ruas e o desejo espontâneo que sentem de sair e, de alguma maneira, recomeçar. Sentem-se frustrados por não terem uma

“vida normal” como as demais pessoas, o que para eles, simplesmente, significa voltar para casa, conviver novamente com seus familiares e ter um emprego que lhes permita subsistir. É o que a maioria revela quando perguntamos o que esperam alcançar no futuro, como podemos averiguar no gráfico abaixo:

Gráfico 6 — O que os pesquisados esperam alcançar no futuro



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Vemos que quando perguntamos o que almejam para o porvir, mais da metade deseja ter um emprego, o que revela que a pessoa em situação de rua anseia se livrar daquela imagem negativa que a rua traz consigo: de preguiçoso, marginal, vagabundo etc. Querem, ao menos no nível da representação, negar a imagem de morador de rua, a fim de que possam se encaixar nos papéis socialmente aceitos.

Assim é que muitos deles, às vezes há bastante tempo na rua, apresentam-se como trabalhadores desempregados, que perderam os documentos e que começarão a mudar de vida, através do trabalho legalmente reconhecido, tão logo consigam recuperá-los.

Não obstante, na maioria das vezes eles tiram seus documentos e, logo em seguida, voltam a perdê-los ou são roubados por outras pessoas que também estão em situação de rua. De acordo com Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 101):

O ritual do documento parece conter, simbolicamente, a tentativa reiterada de adentrar as portas da cidadania que resgataria sua identidade perdida. A identidade do trabalhador está sempre presente, quando se referem a si mesmos como o expedreiro, ex-marceneiro, ex-peão da construção civil. Percebe-se a importância de se afirmarem como trabalhadores, ainda que pelo fato de o terem sido.

Neste sentido, o trabalho aparece como a tábua de salvação, como se ele, por si só, pudesse mudar todos os aspectos da trajetória de quem está na rua, além de ser, na visão deles, a espécie de um facilitador para tentar a reaproximação com os familiares, posto que representa a opinião de 32,5% dos entrevistados.

Dentre os outros motivos por eles elencados com relação à expectativa do futuro e que engloba os 10% restantes, escolheram unicamente: ou reconciliar-se com a família (7,5%) ou voltar para o lugar de origem (2,5%). Chama-nos atenção de que num universo tão expressivo, apenas 5% apresentem o desejo de no futuro fazer algum tratamento de saúde, no que concerne à dependência química/álcool. Para a maioria deles, e isto ficou bem claro durante as entrevistas, este problema pode ser enfrentado sem que necessariamente seja preciso recorrer à internação, o que, sem dúvida, é preocupante.

Primeiro, porque sabemos se tratar de uma doença e como tal necessita de tratamento adequado; segundo, porque em Manaus, muito embora no ano de 2014 tenha sido inaugurado o Centro de Reabilitação em Dependência Química Ismael Abdel Aziz, com capacidade para 100 internos e com tempo de internação de três meses, indagamo-nos: apesar da oferta expressiva de vagas, três meses será tempo suficiente para indivíduos que geralmente estão há anos no vício se recuperarem? E a partir de quando pessoas em situação de rua serão encaminhadas para esta instituição?

Isto não pode passar despercebido, pois é algo gritante no mundo da rua e parece ser para essas pessoas uma forma de suavizar o desconforto e a solidão que vivenciam, é como se elas conseguissem integrar dentro de si mesmas os retalhos de suas vidas tão fragmentadas.

Além do que, essa dependência revela uma história de perdas sucessivas: laços familiares, emprego, amigos, criando neles um triplo preconceito: deles mesmos, por estarem na condição de rua; da sociedade, que os vê através de estigmas pejorativos e das próprias instituições assistenciais, que, muitas vezes, não forja a imagem do cidadão, mas do pobre, carente e viciado.

Mesmo em meio a todos estes atropelos, vimos que há esperança para eles, haja vista demonstrarem interesse de sair das ruas, todavia, o que lhes falta é, sem dúvida, a condição necessária para que alimentem este sentimento e o materializem em ações concretas e efetivas de mudança.

O que, como falamos anteriormente, não depende unicamente daqueles que estão morando nas ruas, mas de suas famílias e das instituições que trabalham cotidianamente com este público, instituições estas que se interligam numa rede de assistência mediante a operacionalização de políticas públicas, sob a ingerência do Estado. Há, então, que

considerarmos este encadeamento quando pensamos se há ou não esperança na rua da amargura.

Em contrapartida, a própria população em situação de rua vem de forma lenta se fazendo visível à sociedade, construindo seus espaços de luta, através de manifestações, protestos por moradia e emprego, o que, infelizmente, ainda não se visualiza em Manaus, mas em outras capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, onde inclusive nasceu o Movimento Nacional para Pessoas em Situação de rua (MNPSR), no ano de 2005, após ter acontecido uma chacina na Praça da Sé, onde sete pessoas foram brutalmente assassinadas, apenas para darmos um exemplo.

Além do que, já no ano de 2008 tivemos o primeiro censo acerca dessa população que, apesar de ter sido em apenas algumas capitais, já representou um grande avanço, sucedido com a promulgação da Política Nacional para População em situação de rua, mediante o decreto 7053/2009.

Tudo isto vem se configurando em relevantes avanços, pois permite que estes sujeitos troquem a identidade estigmatizada e culturalmente dominante de que são pessoas sem perspectivas e alienadas à sociedade, permitindo-lhes criar condições para que se vejam como grupo social e não apenas como fracassados, únicos responsáveis por sua situação e para que possam ser vistos não como carentes, mas como sujeitos com direito à cidadania.

Portanto, se hoje, vislumbramos alguns avanços políticos que tragam consigo o estandarte da cidadania, veremos no capítulo seguinte que, infelizmente, nem sempre foi assim, posto que noutras épocas aqueles que representassem qualquer incômodo eram relegados ao silêncio do esquecimento, escondidos dos caminhos suntuosos do progresso, a fim de que não manchassem a imagem incólume que o capitalismo queria passar, preocupado não apenas com o crescimento econômico, mas também com o desenvolvimento humano.

CAPÍTULO III

HÁ CIDADANIA NA RUA DA AMARGURA?

3.1 Da “Ilusão do Fausto” ao “Direito à Cidade

Como vimos nos capítulos precedentes, a problemática de pessoas em situação de rua não é algo que esteja relacionado a períodos recentes, tampouco começou a existir no século passado ou retrasado, pelo contrário, faz-se extremamente antigo.

De acordo com Franguela (2009), há relatos que desde a Grécia Antiga já havia pessoas vivendo nas ruas, por conta das desapropriações de terra e o aumento das cidades. Na Era Industrial, sabe-se que a problemática se tornou mais alarmante, pois nem todos eram inseridos na indústria nascente, acarretando o desemprego em massa gerando em muitos casos a mendicância.

As condições histórico-estruturais que deram origem e reproduziram continuamente este fenômeno nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e sua acumulação, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais.

Partindo desse pressuposto, faz-se imprescindível identificarmos as particularidades desta expressão da questão social no contexto regional, especificamente na cidade de Manaus. Para compreendê-lo em sua inteireza e complexidade, há também que se recorrer a um resgate histórico, a fim de apreendermos a dinâmica sobre a qual a problemática aqui se desenvolveu.

Para tanto, tomar-se-á como ponto de partida um período de grande importância histórica à região e, particularmente, à cidade de Manaus que recebeu diretamente os resultados nem sempre benéficos do que se denominou de “*Boom* da Borracha”, justamente por ser esse um período deveras contemplado em nossa historiografia.

Período este considerado como a efetiva inserção da capital amazonense no circuito do capitalismo, o qual se desenvolveu de forma diferenciada, pois as transformações que aqui se deram não foram provocadas por nenhuma onda industrializante, mas sim pela urgente necessidade de tornar a cidade aprazível aos investimentos do capital, o que mudou substantivamente a vida dos habitantes da cidade.

Temos como referência o estudo minucioso da conjuntura histórica de Manaus realizado por Dias (2007), referente ao período de 1890 a 1920, o qual está em inteira concordância com outros estudos que consultamos. De acordo com a autora, antes do ‘Boom’,

todas as classes conviviam e transitavam livremente pela cidade, a qual se limitava principalmente ao centro, independentemente se fossem ricos ou pobres, brancos ou índios, mamelucos ou mestiços.

A partir de 1890, o cenário muda drasticamente, com a inserção da capital amazonense no circuito internacional do capitalismo, devido, obviamente, à extração do látex. A partir daí, dá-se início a um processo acelerado de urbanização da cidade, no intuito de melhorar e facilitar a circulação do capital, mas, sobretudo, criar uma cidade com uma infraestrutura adequada e que fosse visualmente aprazível aos investidores e compradores do ouro mais valioso da época: a borracha.

Com isso, iniciam-se processos urbanísticos que promovem declaradamente a segregação do espaço e a criação e implementação de políticas higienistas. Aterram-se inúmeros igarapés, constroem-se prédios públicos suntuosos, nos moldes europeus. Mas, para isso, desapropriam inúmeros casebres na área central e rearranjam um novo espaço para seus moradores, os quais, literalmente, foram empurrados para áreas mais afastadas da cidade.

Na mesma linha de pensamento, temos Oliveira (2003) que, ao analisar a cidade no período de 1920 a 1967, também destaca as transformações que o sistema econômico infligirá ao modo de vida da população local. Segundo ele,

A Manaus de 1920 é o resultado do apogeu e do declínio da borracha [...] Manaus esteve, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional, portanto a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior (p. 36).

Esse período histórico é marcado por transformações territoriais, sociais, políticas e econômicas. Manaus passa a exercer um fascínio sobre as pessoas de fora, as quais ouvindo falar dos rumores de crescimento ilimitado da região sentiam-se instigadas a tentar a vida aqui, muito embora sequer imaginassem que este crescimento, longe de ser distribuído entre todos, concentrava-se nas mãos do capital, além do que a história não nega que este período áureo se deu à custa da expropriação da mão de obra indígena e posteriormente, nordestina.

Justamente neste período, dá-se um grande aumento populacional, o qual, segundo Dias (2007), ocorreu:

Devido à grande imigração daqueles atraídos pela ideia de fazer fortuna, ou mesmo os que buscavam sustento no novo “Eldorado”, os quais ameaçavam a harmonia e a beleza da cidade. Problemas de abastecimento, higiene e habitação, ampliam-se com as questões sociais, pois no espaço urbano, o roubo, a vadiagem, a prostituição, o

jogo, a mendicância e a doença de toda ordem, contradizem a idealização da cidade ordenada e sem problemas (p. 118).

Esse inchaço populacional trouxe inúmeros problemas sociais, agravados ainda mais pela crise econômica de declínio da borracha, onde de acordo com Oliveira (2003, p. 46), “muitos abandonam os seringais e, sem condições de retornar ao local de origem, permanecem em Manaus”, sem contar, é claro, com os que já residiam na cidade, mas têm seus postos de trabalho ameaçados pela crise.

Encontramos no estudo de Baraúna (2010), no período de 1920 a 1945, um panorama do que aconteceu com muitos trabalhadores migrantes que, posteriormente ao *boom* gomífero, ficaram desempregados em situação de extrema miserabilidade, correndo o risco de viver à beira da mendicância. Diz-nos que o *boom* da borracha além de atrair inúmeros trabalhadores para a região, foi responsável pela marginalização de tantos outros, que sofriam com péssimas condições de trabalho, baixos salários e habitações insalubres.

Entre a população pobre que viveu em Manaus, no período pesquisado, parte eram imigrantes que sobreviviam de pequenos serviços. Frente à crise que se instaurou na cidade, a condição de vida de muitos trabalhadores ficou insustentável. A mendicância tornou-se uma realidade na vida de uma parcela da população que sofria com a falta de políticas públicas que atendessem suas necessidades mais prementes (p. 92).

Assim, muitos trabalhadores sobreviviam com pequenos trabalhos temporários e informais e, os que nem isso conseguiam, não tinham alternativas senão o roubo ou a mendicância, o que era duramente reprimido pelo governo local, além de ser visto como culpa do indivíduo. Dessa forma,

Os chamados indesejáveis, perigosos, turbulentos, marginais podem ser rechaçados e combatidos como o inimigo interno ou, pelo contrario, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença. Esses excluídos, não-cidadãos, formam os selvagens ou bárbaros de dentro. Eles se opõem a cidade que se quer e que deve se aproximar, em maior ou menor grau, da matriz civilizatória desejada. (PESAVENTO, 2001 *apud* BARAÚNA, 2010, p. 13).

Não é à toa que a historiografia local registra a existência de políticas e instituições que combatiam duramente a pobreza que tanto incomodava, pois o que se pretendia era uma Manaus incólume desses dissabores sociais. Tanto Oliveira (2003) quanto Dias (2007) ressaltam a existência do Código de Posturas Municipal de 1896, segundo o qual o indivíduo sem nenhuma ocupação seria considerado vadio e vagabundo e, sendo intimado pelo fiscal,

teria o prazo de quinze dias para encontrar uma ocupação honesta, a fim de prover sua subsistência.

Tal Código objetivava também combater os infratores e promover a implementação de um espaço limpo; limpo principalmente de pobres, desocupados, doentes, pedintes, prostitutas, ou seja, todos aqueles que não fizessem parte da elite local e que maculassem a área nobre da cidade. Dias (2007, p. 136) destaca que:

A embriaguez, considerada com um fato degradante da personalidade, é olhada com repugnância e merecedora de medidas de repressão e punição [...] A mendicância é outro grande mal que ameaça a ordem pública, vista como contravenção possível de punição pelo Código Penal. O Poder Público para dar conta deste flagelo recorre ao auxílio de particulares para a criação de casas de beneficência, asilos onde possam abrigar os desprotegidos.

Tais ações tinham por objetivo não apenas impedir que esses indivíduos vagassem pelo centro, mas, principalmente, como nos diz Oliveira (2003, p. 72), “constituía-se num ato simbólico do poder público em esconder o que expressasse contradições e como a cidade se reproduz de forma desigual”. O autor vai ainda mais além, ao dizer que “a análise dessas práticas permite a compreensão do papel das políticas públicas na produção do espaço urbano na cidade de Manaus, cujos traços recorrentes são a exclusão e segregação espaciais” (p. 73).

Encontramos no estudo de Amaral (2011) um quadro das principais instituições de controle e disciplinarização dos “desvalidos” e “indigentes” nas políticas públicas da cidade, naquela conjuntura histórica. De acordo com o estudo da autora, tínhamos as seguintes instituições para acolher os pobres que ameaçavam a ordem e a estética da cidade: Santa Casa de Misericórdia, Hospício Eduardo Ribeiro, Instituto Benjamin Constant, Instituto Afonso Pena e o Asilo de Mendicância. Segundo a autora,

As sociedades beneficentes e de mutualismo foram multiplicadas em Manaus, entre os anos 80 do século XIX e 10 do século XX. Já o Estado, reproduzia a conduta do patronato criando as casas de abrigo, que forneciam comida, vestuário, dormida e educação para aqueles que necessitavam, fazendo ecoar em discursos a gratidão que o povo lhe devia por tamanho ato de caridade cristã (AMARAL, 2011, p. 90).

A partir do estudo realizado, constatamos, então, que Manaus não ficou incólume frente às mazelas sociais provocadas pelo capitalismo, o qual, como já vimos, traz consigo a questão social e suas múltiplas expressões, donde reiteramos que a população em situação de rua é a expressão mais radical e esteve presente na introdução e desenvolvimento do capitalismo em nossa região, constituindo, infelizmente o lado perverso de nossa história.

Atualmente, estamos num novo cenário, porém, com as velhas problemáticas se perpetuando. Se, naquela época, a borracha foi a força motriz de nossa economia e desencadeou a urbanização acelerada da cidade, segregando e higienizando espaços, crescendo às vistas para o capital, porém, sem um verdadeiro desenvolvimento, que distribuísse igualitariamente a riqueza produzida, hoje, não precisamos nem demorar nosso olhar sobre a realidade para constatar que o progresso econômico continua se dando à custa da expropriação e alienação de muitos, atrelado a uma situação considerável de miséria. Observa-se, de fato, o que tão bem disse Batista (2007, p. 119) acerca da nossa região:

[...] apesar de já ter ocupado transitoriamente o segundo lugar entre as regiões brasileiras de maior receita de exportação, a Amazônia tem sido sempre, para surpresa geral, uma área em que a pobreza campeou, colocando-nos naquela condição de não se poder caracterizar exatamente se é “atraso econômico” ou subdesenvolvimento propriamente dito.

Na atual conjuntura, temos a Zona Franca, criada a partir do Decreto — lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a qual de acordo com Benchimol (1997), a partir de uma filosofia voltada para a livre iniciativa e com o apoio de incentivos fiscais para muitas empresas privadas aqui alocadas, trouxe uma série de avanços para a região; avanços mais econômicos do que propriamente sociais, haja vista tamanho desenvolvimento acontecer concomitantemente com o espraiamento da pobreza nas ruas da cidade, como veremos mais adiante.

Desta forma, o autor destaca que a Zona Franca conseguiu, num espaço curto de tempo, quebrar um “quadro de estagnação e decadência secular” que imperava desde o fim do período áureo da borracha e que havia como que enclausurado no tempo a sociedade, deixando-a mergulhada na desesperança e na pobreza.

Assim, esperava-se que a ZF fosse a panaceia capaz de olvidar tudo quanto a borracha não fora capaz de realizar na economia amazonense, preenchendo as lacunas por ela deixadas. Todavia, estávamos diante de uma nova falácia do fausto, posto que se tratava de mais uma investida da classe hegemônica a fim de consolidar o capitalismo em nossa região, o qual, pela sua natureza e essência, está mais preocupado com o desenvolvimento de suas forças produtivas para uma maior ampliação e usurpação da mais valia, do que com o crescimento humano e social da classe que produz a riqueza por eles tão almejada: a classe que vive do trabalho.

É fato comprovado que a ZF trouxe um vertiginoso e expressivo crescimento econômico para a cidade de Manaus, mas nos indagamos se este foi acompanhado de um

desenvolvimento social para as massas que sustentam e que, de fato, constituem o pilar sobre o qual se assenta o polo industrial. E mais: foi ela capaz de promover uma cidade mais justa e igualitária para os seus cidadãos?

Um dos efeitos mais visíveis e, por que não dizer deletérios, outorgados por este modelo econômico à região e que podemos atestar desde sua instalação até os dias atuais, refere-se ao esvaziamento pelo qual o interior do Estado passou nos últimos anos, em decorrência da inexistência de iniciativas que promovessem a interiorização do desenvolvimento para além do solo urbano da capital, o que, por conseguinte, criou um efeito cíclico perverso: a vinda de muitos trabalhadores interioranos à capital em busca de melhores condições de vida.

Vale ressaltar que os auspícios da Zona Franca não se restringiram apenas ao interior do Estado, pois muitos vinham também de outros estados tentar a sorte por aqui. Mas não será precisamente sobre isto que este trabalho objetiva se deter.

Há que ser levado em consideração a base sobre a qual se processou tanta riqueza em nossa região: a exploração de um número sem fim de trabalhadores, daqueles que, verdadeiramente, traziam “a cidade sobre os ombros”, nas palavras de Ugarte (2003). E o que falar daqueles que nem trabalho possuíam e que sequer eram notados pelos dirigentes do poder? Vidas ocultadas sob a penumbra de um progresso que, mais uma vez, não se fazia repartir para todos. Assim, a riqueza que crescia na cidade era acompanhada de uma pobreza cada vez mais patente.

Falamos precisamente de um momento que se configura como um divisor de águas para a região e, principalmente, para a cidade de Manaus: a Zona Franca de Manaus.

Para evidenciarmos de forma mais verossímil possível a conjuntura da capital logo no início da Zona Franca, já que mais acima nos detivemos especificamente no período da borracha, empreendemos uma detalhada pesquisa num dos principais jornais da época, a saber: A crítica, coletando artigos e notícias que mostrassem precisamente aquilo que se encontra por detrás dos bastidores do progresso tão propalado. Progresso para todos?

Henoch Reis, o então governador do Estado na década de 70, num dos artigos do jornal supracitado, fala precisamente da Zona Franca como “a tão decantada riqueza do Amazonas que continua como a linha do horizonte: a gente sabe que existe, mas não vê” (REIS, 1970, p. 7) No artigo, o político prossegue afirmando que o principal objetivo do seu governo é expandir os parques benefícios da ZF, transformando-os na participação de todos os membros no âmbito social, para que a pobreza deixe de ser a bandeira do Amazonas.

Muitas reportagens da época comprovam a assertiva do governador de que a pobreza, infelizmente, é uma das insígnias do Estado. Numa reportagem, também do mês de outubro, encontramos a seguinte notícia: “Família chegou sem nada e depende da ajuda do povo”:

Uma família do Ceará, fugindo da amargura de uma terra sem água, está em Manaus sem emprego, sem dinheiro e com muita fome. Um casal e mais três filhos menores estavam ontem no cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com Sete de Setembro, pedindo uma ajuda pelo amor de Deus às pessoas que por ali passavam. Vieram do Juazeiro do Norte, chegando em Belém, ganharam uma passagem até Santarém, de onde conseguiram chegar até Manaus, para onde queriam vir em busca de emprego. (A CRÍTICA, 1970, p. 5).

Tal notícia evidencia como a ZF se configurou como a nova “Ilusão do Fausto”, nos termos de Mascarenhas (2007), trazendo para cá pessoas do interior do Amazonas, bem como de outros estados. Nem todos conseguiam se alocar no mercado, restando-lhes, infelizmente, destinos nada promissores como a informalidade, a precariedade e, em casos mais extremos, as ruas da cidade como local de moradia e sobrevivência.

Num outro artigo de 1973, intitulado “A cidade em foco”, visualizamos bem o que seria o avesso do progresso:

Mendigos, débeis mentais, vagabundos, marginais. Uns vagando pelas ruas, outros agindo nas caladas da noite. Manaus mudou muito, houve progresso em tudo, até no número de mendigos, débeis mentais, vagabundos e marginais. O progresso custa muito caro. Assim como empresários atraídos pela ZF, pessoas sem ocupação definida também buscam a nossa capital, e aqui chegando, oriundas do nordeste e da hinterlândia, se veem a braços de problemas de toda ordem. Sem sombra de dúvidas o mercado de trabalho multiplicou, principalmente para a mão de obra especializada. Mas a oferta chega a ser superior do que a procura na faixa dos que não tem especialização nem condições de adaptação, alguns pela avançada idade, outros pela falta de instrução. Em cada esquina do centro da cidade está um mendigo, às vezes muitos, a implorar a caridade pública. Loucos vagueiam pelas ruas, despertando compaixão. A polícia é impotente para conter a onda de assaltos. São problemas sociais que desafiam as autoridades e concordamos em que uma solução adequada se torne difícil. Manaus cresceu repentinamente, não estávamos preparados para o salto e não nos podemos deter nesse crescimento. Aos mendigos, torna-se difícil encontrar abrigos para eles, o número é tão grande que não caberiam no asilo; vagabundos e marginais são assuntos da polícia, que dentro do possível vai agindo. Problemas comuns às grandes metrópoles. Talvez até para alguns seja demonstração de que evoluímos. Em tudo. Até no número de mendigos, débeis mentais, vagabundos e marginais, que esperamos não aumentar com o crescimento vertiginoso da cidade. (A CRÍTICA, 1973, p. 3).

Mesmo alguns anos após a instalação da Zona Franca, seria de se esperar que nos deparássemos com um cenário citadino mais desenvolvido e equânime para todos os seus habitantes, todavia, continuamos a encontrar notícias que não demonstram uma realidade nada satisfatória. Prova incontestável está no artigo “Cenas tristes de uma grande cidade”, de 1978:

O preço pago, principalmente pelas camadas sociais menos privilegiadas economicamente, de uma comunidade para a vinda do progresso, é dos mais caros e dolorosos. Até que um equilíbrio econômico venha a surgir, possibilitando o emprego da totalidade da população, os mais pobres, pagam pela escalada econômica da sociedade, com mais ou menos intensidade de acordo com o tempo gasto por esta ascensão. Porém, são raros os grandes centros onde este equilíbrio é atingido, pois a miséria, em quase todos eles, existe, em maior ou menor quantidade. Manaus, em início de desenvolvimento, porém, com uma explosão demográfica monumental, não foge à regra, vendo-se por toda parte os mendigos, dando um aspecto calamitoso, ao cenário cotidiano de nossas ruas (e também os deficientes mentais). Na Praça da Matriz, na calçada da Eduardo ribeiro, uma senhora com três crianças ao lado, também implora, durante todo o dia, a mísera esmola. Na esquina da Sete de Setembro com a Marechal Deodoro, um rapaz, também inválido, permanece sentado em uma cadeira de rodas, esperando a caridade alheia, pois nada mais lhe resta na vida. Nota-se um ar de dignidade no citado pedinte, que parece não sentir-se inferiorizado perante os seus semelhantes. Também na praça da matriz há um cego, que tira algumas notas de uma música numa flauta procurando fazer jús às moedas que pingam dentro de uma lata. Muitos outros mendigos poderiam ser apontados, somente numa pequena área do centro da cidade, sem mencionar aqueles que vagam por toda Manaus, implorando de casa em casa (A CRÍTICA, 1978, p. 4).

Os anos transcorridos são seguidos por notícias nada promissoras, como a que podemos constatar em 1985, cujo título já demonstra a triste realidade que ainda perdura em Manaus: “Pais desempregados põem filhos nas ruas”.

O número de menores abandonados vagando pelas ruas de Manaus vem aumentando sensivelmente e este pode ser um dos resultados da vinda de pessoas do interior para a capital e do estreitamento cada vez maior do mercado de trabalho, pois à medida que as famílias chegam à cidade de Manaus passam a viver em subcondições e, a partir daí, tem início o processo que leva os menores às ruas trabalhar na informalidade, esmolar ou até mesmo furtar. (BARBOSA, 1985, p. 05)

Na década de 1990 o cenário não muda muito, pois persistem reportagens, artigos e notícias que atestam a ineficácia da Zona Franca enquanto modelo econômico capaz de promover uma distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida, pois como tão bem sabemos o sistema capitalista não está preocupado em garantir isto, muito menos ofertar emprego para todos, até porque o exército industrial de reserva tem o seu papel dentro do sistema. Assim, objetiva-se apenas o desenvolvimento pleno do capital, custe o que custar.

Numa reportagem de janeiro de 1999, com o título “Vida adulta nas ruas é livre e solitária”, evidenciamos que esta ‘vida nas ruas’ não é algo que se busque voluntariamente, mas o resultado de um processo perverso pelo qual o sujeito passa até chegar numa situação extrema.

Não existem dados sobre o número de moradores de rua em Manaus. Mas, pode-se estimar a quantidade deles, baseando-se em pesquisa feita pelo Departamento de Serviço Social da Universidade do Amazonas (UA). Naquela época, levantou-se a presença de 239 moradores de rua, entre crianças e adolescentes até 17 anos.

Passados pouco mais de cinco anos, avalia-se que pelo menos a metade já é adulta e o restante está prestes a atingir a maioridade. As dificuldades para quem sobrevive de pequenos serviços e que no final do dia não tem para onde retornar são inúmeras. As principais, afirmam os maiores de rua, são conviver com a desconfiança, a falta de solidariedade e o medo da sociedade. “A gente mal se aproxima e já acham que vamos roubar”, afirma Jussiney Corrêa, 19, que vigia carros e engraxa sapatos na praça da Saudade. (YAEL, 1999, p. 3).

Outra reportagem com o título “Personagens anônimos dão vida a esses espaços urbanos” trata especificamente de como viviam esses personagens invisíveis para boa parte da sociedade, os quais, sem conseguir entrar no mercado de trabalho formal, viravam-se da forma que podiam para simplesmente sobreviver.

[...] O dia na praça da Matriz parece começar mais cedo do que nos outros lugares, ou nem sequer termina, como garante o curandeiro Francisco Antônio Cunha, 53. Natural de São Luiz, no Maranhão, e há dois meses morando embaixo do coreto da praça da Matriz, S. Francisco trabalha vendendo alguns remédios naturais que diz conseguir direto com um fornecedor no centro para conseguir ir se mantendo como pode [...] A praça São Sebastião tem dono. Aos 70 anos de idade e 50 de praça, o aposentado Laurindo, o ‘Intendente’, como se identifica, diz fazer parte do lugar. “Vivo aqui desde moço. Durmo no banco, tomo conta da praça” [...] O aposentado ‘mora’ no lado oposto ao da igreja de São Sebastião. Ali, no pé de uma das árvores ele guarda o colchão, que coloca em cima do banco para dormir, uma garrafa de café e um rádio, através do qual fica sabendo de tudo. Quando chove, se protege sob uma barraca de venda de lanche. “Sou magro, dou em qualquer lugar”. Apesar de estar na praça há tanto tempo, ‘Intendente’ quase nunca é notado. Mais popular que ele são os pombinhos, grande atração da praça, que divertem as crianças e os pais que as levam para correr no local. (GAMA, 1994, p. 6).

Pelo que podemos constatar a partir da pesquisa realizada no período de 1970 a 1990 no jornal A Crítica, a situação para boa parte da população não era uma das melhores, sobretudo para aqueles que não conseguiam um trabalho formal, os quais, instalados na precariedade, encontravam-se à mercê de inúmeras mazelas sociais.

Desta forma, de acordo com Scherer (2009), apesar de contar com um enorme parque industrial e intensa movimentação de capital financeiro, com bairros ajardinados, mansões, centros comerciais e lojas importadas, a riqueza socialmente produzida não é distribuída de forma igualitária, o que, segundo a autora, traz à tona um lado perverso:

Expressão das mais graves privações e sofrimentos humanos: a pobreza que se espalha nos diversos espaços e territórios, seja periféricos e centrais, fruto da expansão desordenada, e, também, nos igarapés que cortam a cidade e assim como nas áreas ribeirinhas. O desemprego, os hansenianos e os mendigos nas ruas, as crianças e adolescentes pedintes nas esquinas e ruas, a prostituição adulta e infanto-juvenil, as famílias catadoras de lixo, constituem e expressam a questão social (p. 64-65).

A Zona Franca apenas continuou o que se iniciou com a borracha, que foi justamente a abertura da Amazônia ao circuito do capital, focando a sede das empresas, nacionais e estrangeiras, na cidade de Manaus, por esta contar com uma mão de obra à disposição e por todos os incentivos fiscais criados pelo Estado. Além disso, fomentou a perpetuação de uma segregação espacial que se reflete diretamente sob a forma inequívoca de uma segregação social, como dito por Oliveira (2003), ao tratar de um urbanismo que pode até parecer modernizante, mas que em sua essência permanece sendo conservador.

Segregação esta que em ambas facetas, social e espacial, limita o “direito à cidade”, nos termos de Lefebvre (2008) que os sujeitos podem e devem ter. Não é de hoje que vemos as investidas maciças da classe elitista em limpar a cidade da mancha negra que a massa empobrecida para eles significa, porém, veem-se diante de tamanho impasse, pois deles precisam para explorar e gerar suas riquezas.

Todavia, fazem o que podem para mantê-los longe de suas vistas, fomentando a segregação a partir dos três aspectos propostos por Lefebvre (2008, p. 97): “espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias); voluntário (estabelecendo espaços separados) e programado (sob o pretexto da arrumação e do plano), ora simultâneos, ora sucessivos”.

Ao analisarmos estes três aspectos de segregação proposto pelo autor, veremos que na realidade da cidade de Manaus eles acontecem simultaneamente, e isto no percurso histórico aqui cuidadosamente acurado: do boom da Borracha à Zona Franca, desdobrando-se até os dias de hoje, pois “social e politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam à segregação” (LEFEBVRE, 2008, p. 98).

Parte da ideologia dominante a diferença entre as classes que cria a decupagem social e de renda que adentra séculos, da qual Manaus não saiu incólume; ideologia esta responsável pela criação de tantas políticas higienistas que promoveram uma impiedosa segregação espacial em nossa cidade, relegando para os cantos mais escondidos os que representavam a face esquelética da miséria.

Tudo aconteceu sob o “pretexto de arrumação”, como tão bem explicitado pelo autor supracitado, mediante um planejamento urbano que fomenta a produção capitalista, em nível espacial e social, pois sua análise nos explicita que os poderes públicos não decretam publicamente a segregação, ela se faz camufladamente, muitas vezes sob a égide de uma ideologia humanista e prevalece mesmo nos setores da vida social em que esses setores públicos de forma mais fácil ou mais profundamente atuam.

Desta forma, vemos que para Lefebvre (2008) o direito à cidade se constitui como o direito por excelência, basilar de tantos outros direitos, os quais, todavia, se veem

comprometidos pela prevalência da lógica capitalista que transforma a cidade simplesmente num centro de consumo. Explicita-nos que:

O direito à cidade se manifesta como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Inclui ainda o direito à obra, à informação, à participação e à gestão da cidade, enfim, o direito à apropriação que está muito além do direito à propriedade (LEFEBVRE, 2008, p. 134).

Assim, indagamo-nos: qual o direito à cidade que os pobres, marginalizados e pessoas em situação de rua possuem? Há para eles um espaço de empoderamento? Ou, muito pelo contrário, vemo-los relegados a espaços específicos onde sua pobreza parece livremente se espriar e avolumar, quando há ilhas de riquezas em nossa cidade a contrastar com realidades tão funestas?

Para Oliveira (2003), a cidade contém as contradições inerentes à sociedade que a rege e pode até significar como que um objeto estranho ou alheio àqueles que a sustentam e a produzem, pois produzir a cidade é uma coisa e se apropriar dela é outra, muito embora deversem ser a mesma coisa, pois a unidade disto representaria, sim, o direito à cidade. Desta forma, infelizmente, as respostas para nossas indagações não parecem ser das mais satisfatórias.

Constatamos, a partir de acurada análise, que há uma série de condições histórico-estruturais que originam e reproduzem pessoas em situação de rua nas sociedades capitalistas, sociedades estas que, no século XIX com a emergência da grande indústria, trouxeram consigo a questão social e suas múltiplas expressões, as quais emergem, ainda hoje, como resultados funestos de uma ideologia que banaliza a vida humana em detrimento da acumulação de riquezas, transformando o outro em mero apêndice do capital.

Todavia, a mesma sociedade que gera tantas desigualdades também desenvolve junto ao Estado formas de enfrentar e equacionar as mazelas que por ela foram geradas, não ao acaso, é claro, dada a presença do capitalismo como condutor do modelo econômico, político e ideológico. Isto se confirma, desde tempos pretéritos, por exemplo, com a criação de políticas sociais que atendessem as necessidades de legitimação do capital e, em contrapartida, assegurassem o equilíbrio e a harmonia das massas.

Mas os contextos mudam e, com eles, as pessoas. Assim, se as políticas de outrora tinham esse caráter mais de manutenção e controle, hoje, não obstante os entraves que ainda persistem pelo próprio capitalismo, há a presença marcante e efetiva da população na consideração do que seja melhor às suas mais prementes e elementares necessidades, o que, a

partir de demandas e reivindicações, transformam-se em exigências perante o Estado que a elas tem de responder, sobretudo, a partir do desenvolvimento de políticas sociais.

3.2 De moradores de rua a usuários da política de Assistência Social

A situação de rua deve, inegavelmente, ser compreendida como uma das expressões da questão social mais ferrenhas da contemporaneidade, muito embora saibamos que esta problemática perpassa e adentra séculos, todavia, as ações do Estado ao seu enfrentamento via aparatos legais a partir da demanda, exigência e mobilização das massas é algo que podemos considerar bem recente na história, haja vista o protagonismo popular ser algo bem característico das sociedades ditas democráticas.

Ianni (1989) nos fala que o Brasil em sua formação social e política, calcado num modelo escravagista, deixara o legado nada promissor no que se refere à construção de espaços democráticos e de lutas por direitos. Houve, assim, lacunas que foram ultrapassadas vagarosamente, pois perspectivas como essas engessaram a visão da sociedade para problemas sociais originários de um modelo político e ideológico pautado por relações privatistas e clientelistas, formando uma população alheia às decisões mais importantes que definiam o rumo do país, além de impedir a construção de espaços em que se discutissem questões tão importantes como, por exemplo, direitos sociais e cidadania.

Silva (2014) explicita que a proteção social brasileira, anterior a 1988, surge a partir dos anos 1930, porém, ainda com fortes resquícios da herança colonial e oligárquica, tendo acesso apenas quem tivesse contratos de trabalho, o que se estendia a poucas categorias. Àqueles que estavam de fora, sobrava a filantropia associada ao Estado que continuava a tratar a pobreza pelo prisma do fracasso e da não cidadania.

Somente com a Constituição Federal, no final da década de 80, com o ocaso da ditadura e o amanhecer da democracia é que temos inovações no modelo de proteção social, sobretudo com o estabelecimento da seguridade social, em seu tripé de políticas nas áreas da previdência, saúde e assistência, sendo para as duas últimas num molde não contributivo. Ocorrem, portanto, mudanças profundas e significativas no que se refere ao campo dos direitos sociais no país, o que, por sua vez, cria e fomenta espaços para o florescimento do protagonismo das classes sociais.

Protagonismo este que se dá quando alguma problemática se transforma efetivamente em questão social, o que significa, como assevera Wanderley (1997), ser percebida e

assumida por um setor da sociedade, que tenta por algum meio equacioná-la, torná-la pública, transformando-a em demanda política.

E assim, a maneira antiga pela qual as políticas sociais se construíram, como mero aparato de ajuda e suporte às vicissitudes sociais, com o decorrer do tempo, ganha nova configuração, passando a ser a forma pela qual as classes subalternas⁸ nos termos de Yazbek (2012), conseguem erigir suas pautas de reivindicações, transformando-as em demandas que se desdobram e materializam em direitos sociais, à custa, obviamente, de muita luta.

Sendo assim, quando a situação de rua deixa de ser considerada pelo viés fatalista que há muito se construiu e legitimou no ideário social, e passa a ser encarada pelo que de fato é, expressão da questão social, oriunda da relação antagonica entre capital e trabalho que gera e se desdobra em tantas outras expressões, torna-se mais contundente o desenvolvimento de ações que visem o seu reconhecimento enquanto tal e estratégias de enfrentamento.

Toda esta transformação, sem sombra de dúvida, começa com a CF/88, constituindo-se, assim, num marco legal e histórico em direção à construção da cidadania e dos direitos sociais, quando se diz em seu artigo terceiro que o objetivo do país consiste em:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem o preconceito de origem, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, p. 11).

Estes propósitos constitucionais delineiam o tipo de sociedade que queremos, mas que, infelizmente, está longe de ser alcançada, se não fosse pelo motivo da ineficácia que os dispositivos legais assumem quando não alcançam materialidade na vida cotidiana da população.

Das considerações até aqui realizadas, o que se busca é desenvolver uma análise das políticas direcionadas à população em situação de rua, sobretudo no âmbito da assistência, compreendendo-as como conquistas no que se refere à “concretização de direitos de cidadania alcançados pela sociedade e amparados pela lei” (PEREIRA, 2009, p. 96), porém, ainda com muitos desafios pela frente para responder à complexidade desta expressão da questão social.

⁸Categoria utilizada pela autora para designar as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais, configurando-se na ausência do poder de mando e do poder de decisão, e que não pode ser analisada isoladamente, fora do contexto da sociedade capitalista, dentro da qual há a relação antagonica entre as classes sociais e suas formas de dominação, dominação esta que objetiva, prioritariamente, a construção e primazia de uma identidade social subalterna.

Portanto, a partir da política de Assistência Social no Brasil até a promulgação da Política Nacional para População em Situação de Rua, em 2009, temos uma trajetória constituída por avanços e recuos, permeada por limites e possibilidades.

É a partir de nossa carta magna que começa a aparecer no palco da sociedade os direitos sociais como instrumentos que visem o estabelecimento de uma cidadania que seja real e esteja ao alcance de todos, tanto é que declara em seu artigo 203 que a Assistência Social está direcionada àqueles que dela necessitem, independentemente de contribuição à seguridade social, o que se reforça com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, que vem integrá-la com as demais políticas e lhe dar mais sustentação no que se refere, sobretudo, à defesa dos direitos socioassistenciais, os quais estão previstos em seu artigo segundo.

Em 2004, com promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), temos a organização da proteção social de acordo com o nível de risco e vulnerabilidade social no qual o sujeito se encontre. Para tanto, a assistência social fica organizada em dois níveis, a saber: proteção social básica e proteção social especial, a qual se desmembra em média e alta complexidade.

Isto será reforçado com a NOB/SUAS em 2005, a qual é criada com o intuito de “disciplinar a gestão pública de assistência social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos”, *pari passu* com a CF/88 e a LOAS/93 (BRASIL, 2005, p. 12), constituindo-se num sistema descentralizado, participativo e não contributivo que organiza as responsabilidades em cada âmbito do governo, assim como da sociedade civil em relação à política nacional.

De forma sucinta, a proteção social básica consiste em “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, p. 33). Destina-se, sobretudo, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social por conta da pobreza, inexistência de renda, fragilização dos vínculos familiares e que tenham acesso precário ou literalmente nulo aos serviços públicos. Suas atividades são realizadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e prevê o desenvolvimento de serviços, programas etc., voltados para a convivência e socialização.

Já a proteção social especial, ainda em consonância com a PNAS:

É a modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outros (BRASIL, 2004, p. 37).

Desmembra-se em dois subníveis: a de média complexidade, quando os direitos dos sujeitos já foram violados, mas os vínculos familiares ainda permanecem mantidos; e alta complexidade, quando além da violação dos direitos, esses mesmos vínculos foram totalmente rompidos, exigindo a retirada da pessoa da esfera familiar.

Esta organização é novamente reforçada com a Resolução 109/2009, que versa sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, afirmando que a população em situação de rua está inserida nos serviços de proteção especial de média complexidade, segundo a qual, como dissemos mais acima, os direitos sociais dos sujeitos foram violados, porém ainda permanecem os vínculos familiares.

Aqui cabe uma observação interessante: embora assim esteja preconizado, a pesquisa nos trouxe outra realidade ao considerar os vínculos familiares, pois mais da metade, 58,33%, como abordamos no Capítulo I, relatou estar distante de seus familiares acerca de um ano, o que evidencia, portanto, o rompimento de tais vínculos.

Dessa forma, partindo da CF/88 até a inserção da Assistência no âmbito da Seguridade Social, em 1993, temos um grande avanço, pois a partir daí ela se configura como política de proteção social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos.

Assim, além de constatarmos a superação da visão conservadora e minimalista que se tinha da assistência, instaura-se a premente necessidade de articulação entre as políticas, como forma de enfrentamento às expressões da questão social.

Prova disso é que a PNAS visa superar a fragmentação presente na abordagem por segmentos (crianças, idosos, população em situação de rua, etc.), e trabalhar com:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social. (BRASIL, 2004, p. 27).

À política, seguem outras modificações extremamente relevantes, sobretudo considerando o segmento população em situação de rua. Prova é que, em dezembro de 2005, a LOAS passa por uma alteração, especificamente no parágrafo único do artigo 23, no que se refere à inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, por meio da Lei 11.258, a partir da qual fica estabelecido que tais programas se desenvolvam no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial.

No mesmo ano, ocorre o I Encontro Nacional sobre este segmento social, onde se discute sobre a necessidade de uma política específica para esta população, culminando, em 2006, com o decreto que institui oficialmente o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por vários ministérios, como o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Direitos Humanos etc., sem contar, é claro, da indispensável participação do Movimento Nacional de População de Rua e Pastoral do Povo da Rua.

Em 12 de dezembro de 2006, o MDS lança a Portaria Nº. 381, que prevê o cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para população de rua, com municípios com mais de 250 mil habitantes. Durante 2007 e 2008, realiza-se a Pesquisa Nacional para mensuração em dados estatísticos dessa população e, finalmente, no ano de 2009, promulga-se a Lei 7053 de 23 de dezembro de 2009, instituindo a Política Nacional para População em Situação de Rua.

A Política visa estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a reintegração dessas pessoas ao núcleo familiar e comunitário, o acesso aos direitos sociais mediante participação nos programas sociais, a fim de lhes dar oportunidades de desenvolvimento humano e social, bem como a produção de informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas. Por isso, a inclusão da população de rua em programas de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, como preconizado na Política, são de extrema valia porque colaboram para atenuar os efeitos da extrema pobreza e aperfeiçoar o sistema de proteção social.

Todavia, além de muitas vezes os valores repassados serem ínfimos se comparados à real necessidade dos beneficiários, não se pode parar apenas no âmbito econômico, pois como já vimos os fatores de ida à rua são muitos, sendo, portanto, indispensável adoção de práticas de atenção que fomentem a intersetorialidade entre as políticas e não ações isoladas, que contemplem apenas a geração de trabalho e renda, ou apenas habitação ou saúde etc.

Assim, embora teoricamente as políticas sociais tragam em si uma série de diretrizes, princípios e objetivos para o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social, no âmbito da operacionalização, tornam-se, muitas vezes, morosas e residuais. Mas, por qual ou por quais motivos elas não conseguem desenvolver e promover tudo quanto propõem se partem de todo um planejamento para sua execução?

Há, decerto, incongruências num ponto crucial, a saber, a operacionalização, posto que em seus meandros está um Estado pautado numa lógica neoliberal, colocando numa arena de conflitos a relação das políticas sociais com o capitalismo, pois se estas trazem consigo propostas de emancipação e dignidade humana, o *status quo* as limita, tornando-as extremamente residuais.

Assim sendo, é no âmbito da operacionalização que o cerceamento se dá, pois as mesmas quase sempre não dispõem de verbas suficientes, os profissionais que trabalham na linha de frente carecem de recursos financeiros, duma infraestrutura adequada, dentre inúmeros outros motivos limitadores. Segundo Silva (2009), a esses entraves somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, metodologias inadequadas dos programas, falta de habilidade e capacitação dos servidores para lidarem com o público-alvo.

Dessa forma, todos os encontros e decretos anteriores à promulgação da política tinham por alvo prioritário dar a visibilidade social e política que a população de rua precisava. Para tanto, foi de extrema importância a participação do MNPR: movimento social formado por pessoas em situação e trajetória de rua, surgido após uma chacina na praça da Sé em São Paulo, onde sete pessoas foram brutalmente assassinadas, seguidos de muitos outros atos de violências, como o caso do índio Gaudino que fora queimado, com repercussão internacional e também dos 22 moradores de rua assassinados no Estado de Alagoas, no ano de 2010, sem contar todos os atos de violência gratuita que não aparecem nos telejornais.

Vemos o quanto já se avançou em termos de políticas para a população em situação de rua, que hoje tem sua visibilidade reconhecida através de uma política específica, porém, é inegável a falta de articulação e os entraves institucionais à plena realização dos objetivos que nela estão elencados, o que se constitui como um dos principais fatores limitadores no que se refere à efetivação dos direitos e da cidadania que tanto se apregoa.

Consideremos, então, que a partir desta trajetória temos um processo de construção dos direitos sociais para população de rua, porém, será que eles são, de fato, efetivados e alcançam o que se compreende por cidadania? Conceito este muito bem formulado por Coutinho (1999, p. 52), quando nos diz que ela significa:

Capacidade conquistada pelos indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.

A partir de tal conceito percebemos que, infelizmente, tal cidadania não foi e nem é promovida em sua totalidade. Ao que parece, cada passo dado à frente, dois são dados para trás, pois ainda conforme Coutinho (1999), no mundo moderno, hegemônico pela burguesia, os direitos sociais por muito tempo foram negados sob o pretexto de que fomentariam a preguiça, violariam as leis de mercado, além de manterem os homens prisioneiros da tutela de um poder estatal autoritário e paternalista. Assim, não é de se estranhar que hoje esses mesmos direitos voltem a ser negados, teórica e praticamente, pelos expoentes do chamado neoliberalismo.

Como exemplo, tomemos o caso da Portaria MDS n. 381 de 12/12/2006, que prevê serviços de acolhimento para este segmento social. Desde sua promulgação, objetivava-se instituir em todo o território nacional Centros de Referência Especializados de Assistência Social para Moradores de Rua – Centro POP. De acordo com os dados do MDS, até o ano de 2012, foram instituídos 153 unidades em 117 municípios da Federação. Em Manaus, por exemplo, temos apenas um destes, situado no bairro Presidente Vargas, que atualmente está com o cadastro de 1.400 pessoas em situação de rua, porém não funcionando em regime de acolhimento.

Ainda de acordo com o MDS, dentre seus objetivos institucionais, destaca-se: acesso aos direitos socioassistenciais, mobilização e participação social, trabalho em rede, contribuir para a (re) construção de novos projetos de vida e promover ações para reinserção familiar e comunitária.

Constatamos que, legalmente, este segmento social já tem certa visibilidade social, todavia quando vamos para o plano da operacionalização de tudo quanto consta nas políticas, há, como dito mais acima, incongruências a enfraquecê-las em sua materialidade, fazendo com que as respostas que se tem dado às demandas da população em situação de rua se tornem fracas, além do que não temos em nossa cidade o desenvolvimento de ações que visem ao protagonismo político destes sujeitos, no que se refere à mobilização por seus direitos.

Temos, certamente, um longo caminho a percorrer se quisermos desencadear mudanças a partir do que legalmente já está posto nas políticas e que urge ser tratado com

mais rigor e vigor, sobretudo quando falamos da intersectorialidade, o que se dá a partir de um eficaz funcionamento da rede que interliga as políticas umas as outras, pois como tão bem assevera Silva (2014, p. 21) ao falar especificamente da assistência social enquanto política pública: “deve funcionar como um vetor de articulação intersectorial com as demais políticas sociais (saúde, habitação, educação e outras), para que as ações não sejam fragmentárias”.

3.3 A rede de atendimento aos moradores de rua em Manaus: na perspectiva dos usuários e coordenadores

Traçar o que seja a rede de proteção social a essa população requer considerar como as ações, de forma geral, desenvolvidas pelas instituições conseguem promover o que se encontra apregoado em nossas legislações e é garantido mediante as políticas públicas, haja vista que são os programas, projetos e serviços sociais que não apenas as materializam, mas, sobretudo, evidenciam-nas, como afirma Pereira (2009).

Para tanto, consideramos inescusável avançar considerando a rede de proteção social a partir de dois ângulos, o que nos permita, por conseguinte, a holística ampliada da realidade: de um lado, as Instituições, as ações e os serviços ofertados e, de outro, o público alvo ao qual se destina: a população em situação de rua.

Antes, porém, de emprendermos em tal direção, faz-se mister esclarecermos em que se constitui esta rede da qual falamos. De acordo com a NOB/SUAS (2005, p. 19), entende-se por rede socioassistencial:

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas as unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

Tais benefícios, serviços, programas e projetos se destinam a prevenir e reduzir o impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana, como tão bem preconiza a Norma, tendo a família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

Interessante notar que isto já se afirmara doze anos antes, com a promulgação da LOAS em 1993, quando em seu artigo 1º já afiançava que além da Assistência Social ser

política da Seguridade Social não contributiva, direito de todo cidadão e dever do Estado, deveria garantir o atendimento às necessidades básicas.

Não à toa, geralmente aquilo que não se efetiva se repete exaustivamente até que um dia, quem sabe, alcance o alvo proposto. Talvez este seja o motivo que explique o porquê de encontrarmos a essência dos mesmos objetivos, princípios e diretrizes em diferentes políticas sociais destinadas à distintos segmentos da sociedade.

É a partir desta rede que pretendemos analisar como se encontra, à altura dos tempos atuais, estruturada e organizada as ações da política de Assistência Social para este público, quais os avanços, dilemas e desafios que se interpõem à realização do trabalho.

Para tanto, consideramos a rede de assistência social à população em situação de rua, especificamente no centro da cidade e proximidades, justamente por ser este o lócus de maior concentração destas pessoas.

Observamos que sua predominância nesta área não se dá de forma aleatória ou injustificada, mas porque nela se encontra uma gama de instituições, tanto públicas quanto religiosas, a desenvolver ações e trabalhos contínuos e pontuais direcionados ao segmento social em questão.

As instituições que compõem esta rede de proteção social, sobretudo as públicas, pautam-se, a princípio, no que preconizam as políticas, tendo por meta primordial materializar e consubstanciar, mediante a oferta de serviços, as metas e objetivos contidos nas políticas, portanto, é necessário compreendermos como estes serviços, benefícios etc. estão organizados.

Posto isto, faz-se mister avançarmos no sentido de apreendermos como esta rede é compreendida na perspectiva dos coordenadores das instituições e dos usuários aos quais ela se destina, para que possamos vislumbrar o panorama que traga às claras quais os seus pontos fortes e fracos, falhos e benéficos no atendimento ao público em questão.

Na esfera pública, atuamos com duas instituições de referência existentes às pessoas em situação de rua: Centro POP Presidente Vargas, situado no bairro de mesmo nome e Serviço de Acolhimento Institucional Amine Daou Lindoso, no bairro Centro. Das instituições religiosas, selecionamos quatro, a saber: Comunidade Nova e Eterna Aliança, também no centro, Fraternidade O Caminho, no bairro Presidente Vargas e Fraternidade Amigos e Irmãos da Caridade (FAIC) no bairro do Petrópolis.

Ressaltamos que a escolha pelas instituições religiosas, tidas por muitos de uma forma geral com o apodo de filantropia, fez-se de modo intencional e crítico, no intuito de averiguarmos se, de fato, há muito de assistencialismo em suas atividades como comumente

se pensa, ou, se pelo contrário, há um ‘quê’ de transformador, a ponto de ultrapassarem o imediatismo que aprisiona a realidade e espraia na inércia.

Assim, pois, sem o propósito de tergiversar e soar excessivamente redundante, indagamo-nos se há, porventura, assistencialismo na assistência e assistência no dito assistencialismo? Eis o que a esta pesquisa também aprouve descobrir, nos entremeios do processo de investigação.

Ao considerarmos os usuários como aqueles para os quais se destinam e ofertam as ações desenvolvidas pelo trabalho institucional, interessava-nos descobrir qual o conhecimento que eles tinham das instituições, públicas e privadas, presentes no centro da cidade e adjacências, sobretudo as que estavam inseridas na pesquisa.

Mas não apenas isso, objetivamos também investigar qual o contato que eles estabeleciam com elas, se diário, semanal, mensal ou raramente e como aqueles que as frequentavam assídua e frequentemente avaliavam os serviços que lhes eram oferecidos, desde os triviais até os mais diferenciados, pois isto nos daria, de certa forma, a possibilidade de aferir os níveis de participação e satisfação dos usuários em cada instituição pesquisada.

Além de nos permitir considerar a rede na perspectiva dos usuários, como podemos averiguar no quadro abaixo:

Quadro 8 — A rede na perspectiva dos usuários

INSTITUIÇÃO	CONHECIMENTO SOBRE A INSTITUIÇÃO		CONTATO COM A INSTITUIÇÃO				AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS		
	Sim	Não	Diário	Semanal	Mensal	Raramente	Bom	Regular	Ruim
Centro Pop	100%	----	97,5%	2,5%	----	----	100%	----	----
Amine Daou Lindoso	82,5%	17,5%	2,5%	----	7,5%	72,5%	72,5%	10%	----
Fraternidade O Caminho	82,5%	17,5%	20%	55%	7,5%	----	82,5%	----	----
FAIC	70%	30%	----	15%	55%	----	70%	----	----
Nova e Eterna Aliança	92,5%	7,5%	15%	62,5%	20%	10%	92,5%	----	----

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Descobrimos que a maioria dos pesquisados, enquanto usuários da rede de assistência, sabe quais são as principais instituições às quais podem recorrer e as frequentam com assiduidade, além de mostrarem grau positivo de satisfação quanto aos serviços oferecidos.

Aqueles que revelaram satisfação no atendimento destacaram que se deve a aspectos relacionados com a maneira como são tratados, as informações e encaminhamentos que recebem, a partir das necessidades que apresentam; o respeito não apenas pela dignidade de suas pessoas, não obstante estarem em situação de rua, mas também pelas suas opções, quando decidem não procurar a família ou abandonar o vício, por exemplo. Alguns disseram ficar insatisfeitos quando contrariados nos quesitos acima mencionados e uma minoria revelou chateação com algumas denominações religiosas, de cunho evangélico, por se sentirem, em alguns momentos, coagidos a mudar e sair da rua impositivamente.

As que se destacaram como as mais conhecidas e frequentadas foram o Centro POP e a Comunidade Nova e Eterna Aliança, respectivamente, as quais até se assemelham com os serviços ofertados, que vai desde o atendimento mais imediato como a concessão de alimentos e roupas até o acompanhamento psicossocial e emissão de documentos.

Todavia, convém refletirmos até que ponto conhecer e frequentar as instituições viabiliza, de fato, os direitos que lhes são garantidos legalmente mediante as políticas, através da qualidade dos serviços ofertados, no intuito de promoção da cidadania.

Podemos dizer que alguns serviços ofertados pelas instituições, de certa forma, assemelham-se; todas trabalham com o reconhecimento de que há necessidades imediatas que precisam ser satisfeitas e desenvolvem ações de distribuição de alimentos, roupas, itens de higiene pessoal etc., todavia, há também suas diferenças, como podemos visualizar de maneira mais detalhada no quadro a seguir, o qual expõe quais os serviços ofertados por cada uma delas.

Quadro 9 — Principais serviços ofertados por cada instituição

SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES				
	CENTRO POP	AMINE DAOU	FAIC	FRAT. O CAMIHO	NOVA E E. ALIANÇA
Distribuição de alimentos e roupas	X	---	X	X	X
Espaço para higiene pessoal	X	X	X	X	X
Pastoral de rua	---	---	X	X	---
Guarda de pertences	X	X	---	---	X
Emissão da documentação civil	X	X	---	---	X
Acompanhamento psicossocial	X	X	X	---	X
Articulação com outras instituições	X	X	X	X	X
Realização de oficinas e/ou palestras	X	X	---	---	X
Serviço de acolhimento	---	X	X	X	---

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Estes serviços mostram o que, de fato, as instituições fazem e oferecem às pessoas em situação de rua que as procuram. Vemos, como dito mais acima, que todas trabalham com a distribuição de alimentos e roupas, exceto a Amine Daou, que oferece este serviço apenas aos que estão sob o regime de acolhimento, portanto, em suas dependências institucionais.

A maioria também oferece atendimento psicossocial, com exceção da Fraternidade O Caminho, que se restringe ao acompanhamento num aspecto mais espiritual, sendo que as outras de caráter religioso informaram ter estes profissionais. Todas, em uníssono, ressaltaram visar sempre a articulação com a rede; procurando pelos serviços fornecidos por outras instituições, sobretudo e obviamente aqueles que não disponibilizam, pois disto depende a eficácia e a continuidade do atendimento.

Centro POP e Amine Daou realizam, em suas dependências, palestras aos usuários sobre temas diversos voltados para sua realidade e necessidades, mas apenas a Comunidade Nova e Eterna Aliança sobressaiu com um diferencial: além de também oferecer palestras, desenvolve oficinas profissionalizantes aos que dela queiram participar, dentre as quais: reciclagem, corte e costura, manicure e corte de cabelo.

Daquelas que fornecem acolhimento institucional estão uma pública e duas religiosas, respectivamente: Amine Daou, com capacidade para 38 acolhidos, permanência mínima de 15 dias e máxima de 45, sendo que 10 usuários já residem na instituição por motivo de

deficiência física e idade avançada; FAIC conta com uma casa de acolhida, porém com capacidade bem reduzida de, no máximo, 12 pessoas, contando já com 4 acolhidos permanentemente e a Fraternidade O Caminho, com espaço para até 10 pessoas, sendo bem específicos quanto a isso, pois recebem apenas aqueles com problemas de saúde precisando de recuperação e os que demonstrem efetivamente vontade de sair da dependência química, sendo transferidos, posteriormente, para a casa de tratamento São Miguel em São Luiz, no Maranhão.

Em contrapartida, outros sujeitos extremamente importantes quando falamos de rede socioassistencial são os coordenadores das instituições, haja vista serem os responsáveis por administrar a equipe profissional, bem como monitorar a qualidade dos serviços realizados. Portanto, também consideramos alguns pontos relevantes, desde saber quais os serviços oferecidos pelas instituições, as principais dificuldades enfrentadas no atendimento, como os serviços podem contribuir na viabilização dos direitos e no processo de saída das ruas.

Das instituições públicas fomos mais além e indagamos qual a real contribuição que a Política Nacional para População em Situação de Rua traz e como que as políticas podem contribuir para o processo de saída das ruas.

Obviamente que as instituições públicas têm um diferencial a mais, sobretudo porque são elas a porta de entrada para o desenvolvimento das ações previstas na política de assistência, bem como das diretrizes contidas na própria Política Nacional. Dos serviços mais elementares que elas desenvolvem estão: a emissão da documentação civil, atendimento psicossocial e encaminhamento à rede de atenção na perspectiva da intersetorialidade.

Aspecto interessante é que todas, quando indagadas acerca de quais as principais dificuldades que se interpõem à realização do atendimento à população em situação de rua, responderam de maneira idêntica ser o uso de álcool e drogas, pois isto impede o usuário não somente de sair da rua, mas também de desenvolver o atendimento continuado oferecido pela instituição:

A dificuldade maior do Centro POP pra ter esse contato é que eles não dão continuidade aos atendimentos, devido à dinâmica da vida na rua, eles acabam interrompendo e muitas vezes somem, que é geralmente quando estão nos momentos altos da dependência (Entrevistado 01, Pesquisa de Campo, 2016).

Olha, às vezes nossa maior dificuldade é com o próprio morador de rua, é que eles chegam drogados, alcoolizados. Eles não querem saber e dizem que não querem ficar aqui, que o lugar dele é na rua, preferem voltar pra rua a ficar na instituição (Entrevistado 02, Pesquisa de Campo, 2016).

Hoje a parte mais difícil mesmo é a da drogadição, porque a instituição é localizada numa área de risco, vermelha, e também a parte da família, porque já se rompeu totalmente esse vínculo familiar (Entrevistado 03, Pesquisa de Campo, 2016).

Acho que é a aceitação da sociedade que discrimina muito e isso prejudica o nosso trabalho, porque muitos acham que eles são apenas drogados, bêbados, vagabundos e esquecem que são, sobretudo, seres humanos que podem, em algum momento, mudar de vida (Entrevistado 04, Pesquisa de Campo, 2016).

Acredito que não apenas para nós do FAIC, mas de todas as instituições que trabalham com moradores de rua, o principal problema que eu vejo são as drogas, porque são elas que nos impedem de alcançá-los com força pra transformar suas vidas e tirá-los das ruas (Entrevistado 05, Pesquisa de Campo, 2016).

Quando indagamos os coordenadores sobre como os serviços oferecidos poderiam contribuir para o processo de saída das ruas, percebemos semelhanças e diferenças em suas respostas. A semelhança que detectamos nas respostas de todos é que para se sair das ruas há que se ter um esforço duplo: de um lado, a instituição que oferece os serviços, o acompanhamento e os encaminhamentos à rede, de outro, os próprios usuários que precisam desenvolver o atendimento de forma continuada e, principalmente, nutrir o desejo de realmente sair das ruas, pois sem isso, tudo o mais não funciona senão como mero paliativo.

Já as divergências se apresentam da seguinte forma: as instituições religiosas destacam o fator “espiritualidade” como aspecto preponderante que corrobora sobremaneira para a mudança da realidade dos sujeitos que estão nas ruas, já as instituições públicas não sinalizam nada voltado para este aspecto, mas reforçam que deve haver o desenvolvimento de ações intersetoriais a trabalhar no intuito de se alcançar o mesmo resultado, que é fazer com que estes sujeitos saiam das ruas, voltem ao convívio familiar, desenvolvam suas aptidões em alguma atividade de trabalho e, os que utilizam álcool e drogas, consigam se recuperar.

Os coordenadores das instituições públicas destacaram, ainda, que a política de assistência pode até ser a porta de entrada para os serviços e benefícios, mas se não houver intersetorialidade com as demais políticas públicas, o trabalho fica fragmentado.

Acredito que se todos fizessem a sua parte, a saúde, a assistência e a sociedade em geral, talvez não tivéssemos um número tão exorbitante de moradores em situação de rua, tanto que temos 1400 cadastrados aqui no Centro POP. Mas se cada um fizesse a sua parte direitinho, com os acompanhamentos e encaminhamentos, com certeza a rede funcionaria muito melhor hoje e talvez o morador de rua se visse como um cidadão de direito (Entrevistado 01, Pesquisa de Campo, 2016).

Quando a rede se unir e buscar um entendimento, talvez as coisas funcionem, porque todos são preparados, formados, mas ainda tá aquela briga de empurra empurra. Eu, Amine Daou, não tenho esse perfil, então vou colocar pro Dr. Tomás e

não vou resolver nada, porque não compete a mim. Não é assim. Vamos buscar parcerias. Está faltando muito isso pra rede funcionar. Facilitaria muito a nossa vida, mais ainda a vida deles mesmo que tanto precisam (Entrevistado 02, Pesquisa de Campo, 2016).

Como vemos, enfatizaram sobremaneira a importância da articulação da rede, que de acordo com a Resolução N. 109/2009, que versa sobre a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, traz um grande diferencial, posto que:

Sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais (BRASIL, 2009, p. 05).

Fica evidente quão indispensável se faz este diálogo mútuo entre as diversas áreas, instituições e políticas, para que o trabalho em conjunto contribua efetivamente para a transformação da realidade destes sujeitos, criando parcerias que viabilizem seus direitos, retirando-os das situações de risco e vulnerabilidade social e fomentando diretamente neles o desejo de mudança de vida, o que, infelizmente, na perspectiva dos coordenadores, ainda é muito fraco na realidade do município de Manaus.

Outro ponto que também salientamos com os coordenadores das instituições públicas foi com relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua, a fim de vislumbramos como, na opinião deles, enquanto gestores, ela pode contribuir e promover mudanças efetivas para estes sujeitos sociais.

Conhecemos a Política e ela é muito recente e muito desconhecida também, porque muitas pessoas acham que o morador de rua não tem direito algum. Ela contribui muito, porque traz muita inovação para todas as áreas que tem que trabalhar em rede para alcançarmos as diretrizes dela, mas falta muito mais do Governo, da população, da rede, porque sem essas parcerias não tem como política nenhuma funcionar (Entrevistado 01, Pesquisa de Campo, 2016).

Olha, a política pra eles ainda não funciona por causa disso que falei, o problema todo é a falta de articulação, porque a política só acontece mesmo, nesse sentido aí de transformação, quando todos trabalham juntos, porque não tem como uma instituição sozinha fazer valer o que a política pede, entende, mesmo com todos os nossos serviços, precisamos dos serviços das outras instituições e das outras políticas também. Aí sim, quem sabe podemos ver a política verdadeiramente acontecer na vida deles. (Entrevistado 02, Pesquisa de Campo, 2016).

Mais uma vez, a articulação da rede entrou em evidência na fala dos coordenadores ao fazer menção à Política Nacional. Isto, portanto, esclarece-nos e assegura que política alguma conseguirá por si só alcançar tudo quanto se apregoa, se não houver as condições adequadas para sua materialização, que vai desde o repasse justo de verbas para o desenvolvimento das ações institucionais, infraestrutura adequada até a existência de equipe devidamente capacitada para lidar com os segmentos sociais demandatários de tais políticas.

Entretanto, não basta apenas isso, é preciso que consideremos as políticas como nos orienta Pereira (2009, p. 96), ao ressaltar que elas trazem consigo “princípios que governam atuações dirigidas a fins, com o concurso de meios, para promover mudanças seja em situações, sistemas e práticas, seja em condutas e comportamentos” e ressalta que “a política social só terá sentido se quem a utilizar acreditar que deve influir numa realidade concreta que precisa ser mudada” (idem).

Assim, sendo uma de suas principais funções “concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis” (ibidem), é preciso que haja o comprometimento das instituições ao executá-las, não obstante, é claro, alguns fatores que as podem limitar, como consideramos mais acima.

Destarte, quando as respostas institucionais se dão de forma isolada, fragmentam os direitos sociais, atomizam e incapacitam os sujeitos para a dinâmica da vida, impedindo-os de alcançar a cidadania que, como tratamos em outro momento a partir da visão de Coutinho (1999), é justamente essa capacidade que os sujeitos adquirem de desenvolver suas potencialidades e se apropriar dos bens socialmente criados, dentro de uma democracia realmente efetiva e não meramente representativa.

Urge, portanto, sabermos qual é a cidadania que se tem garantido para aqueles que estão nas ruas: a cidadania que empodera, promove, liberta e estimula ou a cidadania engessada, que responde apenas às necessidades imediatas, age paliativamente e mantém extrema concordância com a dinâmica de amorfo do capital, que torna intocáveis suas estruturas e maquia a realidade em seu próprio proveito.

A discussão que realizamos até aqui, lança luzes sobre a realidade contemporânea dos sujeitos que estão em situação de rua na cidade de Manaus, bem como algumas ações que se tem desenvolvido no direcionamento e equacionamento desta expressão da questão social, muito embora saibamos que esta não é uma problemática do tempo presente, mas extremamente recorrente, como constatamos em nossa historiografia regional.

Realidade esta que como um infeliz, indesejável e desgostoso legado do passado adentra o nosso presente e desafia o futuro. Constitui-se como uma mancha vergonhosa e nos

interpela a questionar, com demasiada seriedade, se o tipo de sociedade em que vivemos é mesmo a que, de fato, almejamos e queremos, não apenas para nós, mas também para aqueles que nos hão de suceder. Cabe, enfim, acrescentarmos reticências a esta reflexão, já que ela está longe de se extinguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho se constituiu como um instigante e promissor desafio, pois levou a cabo empreender uma pesquisa pioneira acerca da população em situação de rua na cidade de Manaus, muito embora em seu processo de construção tenhamos encontrado alguns trabalhos que versem sobre o tema, nenhum deles abarcou tantos aspectos concernentes a este universo, indo desde a trajetória social anterior à situação de rua, chegada à rua, estratégias de sobrevivência e perspectivas para o futuro.

Além disto, não nos limitamos apenas em considerar quem são estas pessoas, mas também ousamos saber quais as instituições, públicas e religiosas, voltadas para o seu atendimento. Assim, de um lado, conhecemos quem são as pessoas em situação de rua e as nuances que compõem sua maneira de existir e, de outro, as resposta do Estado a esta expressão da questão social.

Reportando-nos aos objetivos que delineamos na consecução deste estudo, agora, após sua finalização, podemos chegar a algumas constatações:

Referente ao contexto regional, visualizamos que desde tempos pretéritos, mais precisamente no final do século XIX e início do século XX, a situação de rua já se constituía como um desafio a ser superado, pois ainda sob os resquícios do período dito áureo da borracha, constatamos, através de trabalhos que analisavam este período histórico, a presença de pessoas habitando as ruas da cidade de Manaus com um perfil, até certo ponto, bem definido. Vinham de outros estados, geralmente do Nordeste, pois ouviam falar do *boom* gomífero e esperavam, aqui, melhorar de vida; do interior do estado do Amazonas, também em busca de melhores condições e que não conseguiam trabalho, junto com os que aqui já estavam desempregados.

Isto, portanto, permitiu-nos evidenciar até que ponto a cidade estava ligada à lógica do capital e como isto incidiu na ingerência do Estado ao ter de lidar com tais questões, tidas pelo viés da culpabilização do indivíduo, controle, repressão e adoção de políticas higienistas.

Assim, conseguimos entender porque a situação de rua é expressão da questão social, justamente por sua relação com o modo de produção capitalista que produz, mediante a ideologia seletiva do mercado, aqueles que são úteis ou não às suas necessidades econômicas e políticas. Não que isto nos deva levar ao fatalismo, no sentido de inferir que o sistema seja determinante, como se a situação de rua fosse uma outorga do destino, pois acreditamos que há situações extremas como essas, por exemplo, que podem ser evitáveis, mas se porventura

há quem chegue neste ponto limítrofe, faz-se indispensável promover meios para que dele possa sair.

Além disto, descobrimos algo extremamente interessante: a maioria dos que estão em situação de rua fogem daqueles estereótipos que lhes são imputados socialmente, sobretudo no que se refere à mendicância, não se constituindo, portanto, em simples e passivos pedintes. Grande parte, embora não esteja no mercado formal, vai em busca de pequenas oportunidades e, na informalidade, tecem suas estratégias de sobrevivência. Isto é, sem dúvida, um dos pontos que lhes confere não apenas certo grau de dignidade, mas também se apresenta como um aspecto da perspectiva que têm do futuro.

Futuro este que, apesar de incerto, tem sua dose de esperança. Esperanças que eles depositam num trabalho com carteira assinada, na resolução dos conflitos familiares e retorno aos seus lares, na realização de um tratamento de saúde voltado para a dependência de álcool/drogas ou o motivo que for. Mas ela, a esperança, existe e a pesquisa nos permitiu descobrir que eles pensam no futuro mais do que supõe o limitado e superficial senso comum.

Em contrapartida, visualizamos as ações da política de assistência, via ingerência do poder estatal, bem como de outras instituições religiosas também voltadas ao atendimento deste segmento social.

Encontramos, diretamente nos sujeitos da pesquisa, respostas que nos ajudaram a equacionar esta questão: os primeiros foram as próprias pessoas em situação de rua, porque quando questionávamos o que, na opinião deles, lhes seria necessário para sair da rua, um número extremamente insignificante nos respondeu “fazer um tratamento de saúde” (7,5%). Ora, se o principal motivo não apenas de ida à rua, mas também de permanência, revelado por eles mesmos, foi a questão do uso de álcool/drogas (87,5%), como podem superar esta limitação, considerada hoje pela Organização Mundial da Saúde como problema de saúde, aqueles que não a reconhecem como tal? Isto se constitui, sem dúvida alguma, como o primeiro entrave a obstaculizar a saída das ruas.

O segundo aspecto nos foi revelado pelos coordenadores das instituições, que reafirmaram como requisito primordial para a saída das ruas a força de vontade dos sujeitos, todavia não se limitaram apenas nisso. Todos, em uníssono, trouxeram um elemento fundamental e inescusável nesta discussão: a articulação da rede na oferta dos serviços socioassistenciais, que, nas instituições públicas, dá-se sob a égide do Estado. Mas as religiosas também se articulam a esta rede, na medida em que encaminham e acompanham os sujeitos em situação de rua aos serviços realizados nas públicas. Relataram que se a rede realmente funcionasse, talvez a política de assistência bem como a política nacional

conseguissem materializar, de forma eficaz, tudo quanto se propõe ao enfrentamento desta expressão da questão social.

Assim, se por um lado, temos as ações da política de assistência e de outras políticas que a ela se somam, na perspectiva da intersetorialidade, esbarra-se justamente na falta de articulação entre elas, fragmentando os serviços e tornando inócua a proteção social; por outro lado, faz-se indispensável também que aqueles que procuram os serviços colaborem com a sua eficácia, seja no sentido dum controle democrático ou na decisão que expressem em mudar suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

- A CRÍTICA. **A cidade em foco**. Manaus, 06 jun. 1973. Caderno Opinião, p. 3.
- _____. **Cenas tristes de uma grande cidade**. Manaus, 02 ago. 1978. Caderno Cidades, p. 4.
- _____. **Família chegou sem nada e depende da ajuda do povo**. Manaus, 28 out. 1970. Caderno Cidades, p. 5.
- AMARAL, J. **Ritmos e Dissonâncias: Controle e Disciplinarização dos Desvalidos e Indigentes nas Políticas Públicas do Amazonas (1852-1915)**. Dissertação de Mestrado em História, 2011.
- ANJOS, A. **Eu e outras poesias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARBOSA, C. Pais desempregados põem filhos nas ruas. **A Crítica**. Manaus, 03 ago. 1985, Caderno Especial, p. 5.
- BARAÚNA, S. M. **Condições Sociais de Migrantes em Manaus, 1920-1945**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- BATISTA, D. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENCHIMOL, S. **Zona Franca de Manaus: polo de desenvolvimento industrial**. Edição Universidade do Amazonas, Manaus, Junho, 1997.
- BENTES, N. **Manaus: realidade e contrastes sociais**. 2 ed. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa: Editora Uepg, 2008 (Pesquisa 3).
- BRUSCHINI, P. **Teoria crítica da família**. Cadernos de Pesquisa nº 37. São Paulo, 2001.

BULLA, L.; MENDES, J.; PRATES, J. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRASIL Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 12 jan 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 3 mar. 2015.

_____. Decreto 7053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 12 jan 2014.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. **Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 jan. 2012a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. Portaria MDS n. 381 de 12/12/2006. **Estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros aos municípios destinados à expansão dos serviços socioassistenciais**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/portaria_381.pdf. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretarianacionaldeassistenciasocialsnas/cadernos/leiorganicadeassistenciasocialloasanotada2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de rua**. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Metodologia_e_conceitos_POP_RUA.pdf. Acesso em: 12 jan 2014.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUASsem%20marca.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CARLOS, A. F. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007 (Repensando a Geografia)

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, Cap. VIII.

COSTA, A. F. **Política Nacional para População em Situação de Rua no Contexto de Crise do Capital**. Trabalho de Conclusão de Curso: Departamento de Serviço Social. UnB, Brasília, 2011.

COUTINHO, C. N. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas Rev. De Ciências Sociais**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 41-59.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 7 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DIAS, E. M. **A Ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

FRANGUELA, S. **Corpos Urbanos Errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2009.

GAMA, L. Personagens anônimos dão vida a esses espaços públicos. **A Crítica**. Manaus, 17 jan. 1994. Caderno Cidades, p. 6.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**: 1789 – 1848. 19. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 22 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

IANNI, O. Questão Social. **Revista USP**. São Paulo, set/out/nov, 1989, p. 145-154.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, nº 3, Brasília - ABEPSS, 2001.

_____. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.& MIOTO, R.G. (Org). **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 32 ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, Livro I, vol. II.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc** [on line]. 2012, n. 110, p. 270-287.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. N 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade do Amazonas, 2003.

PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, E.R; SANTOS, S.M & MIOTO, R.C. (Orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA, C. M. **Vidas de Rua** São Paulo: Hucitec: Associação Rede de Rua, 2005.

REIS, H. Em verdade: quais são mesmo os reais benefícios da Zona Franca de Manaus. **A Crítica**. Manaus. 20 out 1970. Caderno Opinião, p. 7.

SANTOS, J. S. **Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social”**. In: SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca Básica de Serviço Social), p. 133-179.

SCHERER, E. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso**. In: SCHERER, E. (Org). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009, p. 129-163.

SILVA, M. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. 1 ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

STANDING, G. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Tradução: Cristina Antunes. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a perspectiva qualitativa em educação**. 1 ed. 23 reimp. São Paulo: Atlas, 2015.

UGARTE, M. L. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus 1899-1925**. 2 ed. Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado de Cultura/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

VIEIRA, M.; BEZERRA, E.; ROSA, C. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BOGUS, L.; YASBECK, M.C & BELFIORI-WANDERLEY, M. (Org). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 55-156.

YAEL, C. Vida adulta nas ruas é fria e solitária. **A Crítica**. Manaus, 24 jun. 1999. Caderno Cidades, p. 3.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Soc. Soc** [on line]. 2012, n. 110, p. 288-322.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Projeto de Pesquisa: HÁ ESPERANÇA “NA RUA DA AMARGURA”?:
população em situação de rua em Manaus**

**FORMULÁRIO DE PESQUISA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Nº _____**

I. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Nome:** _____
- 1.2 Sexo:** () Masculino () Feminino
- 1.2. Estado Civil:** () Solteiro(a) () Casado(a) () União Consensual () Divorciado(a)
() Outros: _____
- 1.3. Idade:** () 18-22 anos () 23-27anos () 28-32 anos () 33-37 anos () 38-42 anos
() 43-47 anos () 48- 52 anos () Acima de 60 anos
- 1.4. Escolaridade:** () Não alfabetizado () Alfabetizado () Fundamental Completo
() Fundamental Incompleto () Médio Completo () Médio Incompleto () Outro:

- 1.5 Local de Nascimento:** () Manaus () Interior do Amazonas: [] Zona Rural [] Zona Urbana
() Em outro estado. Qual? _____

II. CHEGADA À RUA

- 2.1 Qual o principal motivo que o(a) trouxe à rua?**
() Conflitos familiares () Desemprego () Uso de álcool e/ou drogas
() Inexistência de familiares na cidade () Insuficiência de renda
() Outros: _____
- 2.2 Há quanto tempo está na rua?**
() 1-3 meses () 3-6 meses () 6 meses - 1 ano () mais de 1 ano: _____
- 2.3 Avalie como foi sua chegada à rua:**

Itens para avaliação	0	1	2	3	4	5	Não sei avaliar
Boa acolhida por parte dos outros moradores de rua							
Ajuda por parte de outras pessoas							
Oportunidades de trabalho							
Acesso à alimentação							
Local para passar a noite							
Local para higiene pessoal							

- 2.4 Você sofreu algum tipo de violência na rua?**
() Não () Sim. Que tipo? _____
- 2.5 Quanto tempo demorou para que você se acostumassem ao ritmo da vida na rua?**
() 1 semana () 15 dias () 1 mês () Mais de 1 mês
- 2.6 Que pessoas ou instituições te auxiliaram logo que você chegou à rua?**

III. ADAPTAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA RUA

3.1 Costuma ficar sozinho ou com mais alguém?

() Sim, sozinho. Por quê? _____ () Outras pessoas

3.2 Como é o relacionamento com os companheiros de rua?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Comente: _____

3.3 O que fazem juntos (durante a semana e fins de semana)?

3.4 O que faz atualmente para sobreviver (renda) na rua?

() Pede ajuda () Lava carros () Vigia carros () Recolhe materiais recicláveis () Trabalho fixo sem carteira assinada. Qual? _____

3.5 Com o que você gasta o dinheiro que consegue?

() Alimentação () Roupas () Estadia em hotel/pousada () Bebida/fumo () Outros: _____

3.6 Onde consegue alimentação? () Compra () Doações () Recolhe no lixo

3.7 Onde consegue roupas? () Compra () Doações () Outros: _____

3.8 Onde costuma tomar banho? () Instituição () Lugar cedido. Onde? _____ () Outro: _____

3.9 Em situações de doença, a quem você recorre?

() Automedicação () Outros moradores de rua () Conhecidos/familiares () Instituições de saúde () Outros: _____

3.10 Quais os pontos/ruas do centro em que costuma ficar durante o dia?

3.11 Onde costuma dormir à noite? () Marquises () Viadutos () Hotel () Prédio abandonado () Instituição. Qual: _____ () Outros: _____

3.12 Quais as principais dificuldades em viver na rua?

IV – TRAJETÓRIA SOCIAL

4.1 Onde o (a) senhor (a) morava antes de chegar à rua? () Manaus () Interior do Amazonas () Em outro estado. Qual? _____

4.2 Com quem o (a) senhor (a) morava antes de chegar à rua?

() Sozinho(a) () Com seus pais e/ou irmãos () Com esposo/a e/ou filhos
Outros: _____

4.3 Tipo de Moradia: () Alugada () Casa própria () Casa cedida

4.4 Tem filhos? () Sim. Com quem eles estão: _____ () Não

4.5 Como era a relação com sua família: () Ótima () Boa () Regular () Ruim

Comente: _____

4.6 Mantêm contato com a família: () Sim. Com que frequência? _____ () Não. Há quanto tempo não os vê? _____

4.7 O(a) senhor(a) tinha alguma fonte de renda antes de morar na rua?

() Não () Sim. De que? _____

4.8 O(a) senhor(a) tinha uma profissão?

() Sim. Qual? _____ () Não

4.9 O (a) senhor (a) já contribuiu em algum momento para a Previdência Social?

() Sim, quanto tempo? _____ () Não

V – RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES:

5.1 Qual(is) das instituições abaixo já prestaram algum tipo de auxílio?

INSTITUIÇÃO	CONHECIMENTO SOBRE A INSTITUIÇÃO		CONTATO COM A INSTITUIÇÃO				AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS			
	Sim	Não	Diário	Semanal	Mensal	Raramente	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Centro Pop										
Amine Daou Lindoso										
Fraternidade O Caminho										
FAIC										
Nova Aliança										
Porto de Luz										

VI – PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

6.1 Você pensa sobre o futuro? () Sim, frequentemente () Sim, raramente

() Não

6.2 A saída da rua faz parte de seus planos para o futuro?

() Sim () Não () Não sei responder

Comente: _____

6.3 O que você espera alcançar no futuro (pode marcar mais de uma opção)?

() Conseguir emprego () Fazer tratamento de saúde () Reconciliar-se com a família

() Outro: _____



Roteiro de entrevista para os Coordenadores das Instituições Públicas de Atendimento à População em Situação de Rua

Nome do Entrevistado _____

Instituição: _____

- 1) Quais os serviços que são oferecidos pela Instituição à população usuária?
- 2) Quais as principais dificuldades que se interpõem para a realização do atendimento?
- 3) Quais os principais encaminhamentos realizados pela Instituição?
- 4) Em que sentido os serviços oferecidos podem contribuir na viabilização de direitos?
- 5) Conhece a Política Nacional para População em Situação de Rua? Se sim, qual a contribuição que ela traz para este segmento social?
- 6) Como as políticas públicas podem contribuir para o processo de saída das ruas?



Roteiro de entrevista para os Coordenadores das Instituições Religiosas de Atendimento à População em Situação de Rua

Nome do Entrevistado: _____

Instituição: _____

- 1) Quais os serviços que são oferecidos pela Instituição à população em situação de rua?
- 2) Quais os principais encaminhamentos realizados pela Instituição?
- 3) Como a Instituição faz para se manter?
- 4) Quais as principais dificuldades que se colocam para a realização do atendimento?
- 5) Como a Instituição busca contribuir para o processo de saída das ruas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
USUÁRIOS DO CENTRO POP PRESIDENTE VARGAS

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar da pesquisa **“HÁ ESPERANÇA NA RUA DA AMARGURA?”: população em situação de rua na cidade de Manaus**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Camila Cecília Mascarenhas Gibbs** e sua orientadora, **prof. Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade**.

Esta pesquisa se **JUSTIFICA** pela grande necessidade que se apresenta hoje em conhecer o universo da população em situação de rua em Manaus, sobretudo por não termos em nossa cidade estudos que contemplem a realidade destes sujeitos sociais. Este estudo nasceu do interesse da proponente em estudar o tema ora proposto, a partir de sua aproximação com a realidade das pessoas em situação de rua, mediante a participação em trabalhos de cunho eclesialístico e de leituras realizadas sobre a temática, as quais suscitaram o despertar de uma demasiada inquietude diante desta expressão da questão social, com parca visibilidade social e política, e que, atualmente, faz-se notória no cenário urbano das grandes e médias cidades brasileiras.

Temos por **OBJETIVOS**: Analisar a situação de rua como expressão da questão social na cidade de Manaus e as ações da política de assistência desenvolvidas para o seu enfrentamento. E por objetivos específicos: discutir como a situação de rua se configura enquanto uma expressão da questão social em Manaus; identificar a trajetória social dos sujeitos que habitam os logradouros públicos até a situação de rua e suas estratégias de sobrevivência e conhecer o atendimento prestado à população em situação de rua pelo poder público e instituições filantrópicas, na perspectiva dos usuários e coordenadores.

Informamos que **SUA PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA** e consistirá na aplicação de um formulário com perguntas abertas e fechadas, a fim de conhecermos a realidade das pessoas que se encontram em situação de rua: sua trajetória social, os fatores biográficos e estruturais que os levaram à situação de rua; sua visão acerca da rua enquanto espaço de moradia/sobrevivência e dos serviços realizados pelas Instituições que os atendem.

METODOLOGICAMENTE, optamos pelo paradigma dialético-crítico, adotando como perspectiva metodológica a abordagem quantitativa, pois entendemos que o conjunto de dados não se opõem, mas se complementam mutuamente. Quanto a técnica utilizada, será a documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica e documentação direta com a aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas. Os sujeitos da pesquisa serão as pessoas em situação de rua, usuários atendidos pelo CENTRO POP Presidente Vargas. A amostra será espontânea. **O critério de Inclusão**: pessoas que estejam na rua há pelo menos um mês; pessoas que façam da rua locus de moradia e sobrevivência e pessoas que aceitem participar livre e espontaneamente da pesquisa. **Critério de Exclusão**: Pessoas que estejam cadastradas na Instituição, mas que não a frequente com assiduidade, pessoas que não aceitem participar da pesquisa por motivos pessoais ou que não se identifiquem com o que o projeto propõe pesquisar. Todos os sujeitos envolvidos serão esclarecidos

antecipadamente sobre os objetivos da pesquisa, sendo a participação livre, atendendo aos cuidados éticos com pesquisas desenvolvidas com seres humanos. A aplicação dos formulários será realizada nas dependências da instituição, onde solicitaremos aos participantes que assinem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. No caso daqueles que não souberem escrever, teremos a opção da assinatura datiloscópica, aquela que se faz com a impressão digital.

DOS RISCOS DECORRENTES: sabemos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, embora mínimos, e estes podem ser: desconforto, constrangimento em algum momento da entrevista, sendo que trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados ou, caso aconteçam, a pesquisadora se compromete em ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo. Para tanto, trabalharemos com identificação por meio de números, de modo que o (a) Sr. (a) não seja identificado.

FORMAS DE REPARAÇÃO/INDENIZAÇÃO: Se por algum motivo algo prejudicial acontecer aos participantes, as responsáveis pela pesquisa providenciarão os meios para que seja reparado o possível dano, verificando acompanhamento psicológico ou uma possível indenização dos participantes e seus acompanhantes, se assim for o caso, ressaltando que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados à transporte e alimentação, mas a tudo o que for necessário ao estudo, como consta na Resolução CNS N. 446 de 2012. **EM CASO DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO**, temos como instituição de referência o **Centro de Atenção Psicossocial Sul – CAPS-SUL**, no endereço: Rua Borba nº 1084 no bairro Cachoeirinha, próximo ao Terminal T2.

OS BENEFÍCIOS: Se você aceitar participar, estará contribuindo para que se gere mais conhecimento acerca da população em situação de rua na cidade de Manaus, até mesmo por esta temática ser pouco trabalhada, podendo que os resultados advindos da pesquisa sirvam, posteriormente, de parâmetro para outros estudos, além de também contribuir para a formulação de novos projetos ou, até mesmo, políticas públicas para o segmento social em questão.

Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. **O (A) SR (A) NÃO TERÁ NENHUMA DESPESA E TAMBÉM NÃO RECEBERÁ NENHUMA REMUNERAÇÃO.** Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, **MAS SUA IDENTIDADE NÃO SERÁ DIVULGADA, SENDO GUARDADA EM SIGILO.** Para qualquer outra informação, o (a) senhor (a) **pode entrar em contato com a pesquisadora na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**, localizado no Setor Norte do Campus Universitário no Instituto de Ciências Humanas e Letras, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado, pelo telefone (92) 3305-5678, **ou ainda com a orientadora Professora Doutora Roberta Ferreira Coelho de Andrade**, no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, situado no mesmo endereço acima mencionado. Poderá, ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, **CEP-UFAM**, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone: 3305-5130.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

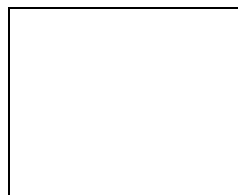
Eu, _____ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em 2 vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e outra pelo

participante, ambas as partes ficam com uma via do termo, que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura da Pesquisadora

Data: ____/____/____

Assinatura da Pesquisadora



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO⁹

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar da pesquisa “**HÁ ESPERANÇA NA RUA DA AMARGURA?**”: **população em situação de rua na cidade de Manaus**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Camila Cecília Mascarenhas Gibbs** e sua orientadora, **prof. Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade**.

Esta pesquisa se **JUSTIFICA** pela grande necessidade que se apresenta hoje em conhecer o universo da população em situação de rua em Manaus, sobretudo por não termos em nossa cidade estudos que contemplem a realidade destes sujeitos sociais. Este estudo nasceu do interesse da proponente em estudar o tema ora proposto, a partir de sua aproximação com a realidade das pessoas em situação de rua, mediante a participação em trabalhos de cunho eclesialístico e de leituras realizadas sobre a temática, as quais suscitaram o despertar de uma demasiada inquietude diante desta expressão da questão social, com parca visibilidade social e política, e que, atualmente, faz-se notória no cenário urbano das grandes e médias cidades brasileiras.

Temos por **OBJETIVOS**: Analisar a situação de rua como expressão da questão social na cidade de Manaus e as ações da política de assistência desenvolvidas para o seu enfrentamento. E por objetivos específicos: discutir como a situação de rua se configura enquanto uma expressão da questão social em Manaus; identificar a trajetória social dos sujeitos que habitam os logradouros públicos até a situação de rua e suas estratégias de sobrevivência e conhecer o atendimento prestado à população em situação de rua pelo poder público e instituições filantrópicas, na perspectiva dos usuários e coordenadores.

Informamos que **SUA PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA** e se dará por meio da concessão de uma entrevista com a autorização prévia para o uso de gravador, todavia, se isto representar algum tipo de incômodo, não o utilizaremos, lançando mão da escrita para que o Sr (a) nos fale acerca dos serviços ofertados pela Instituição, quais os principais encaminhamentos, dificuldades encontradas para realização do atendimento e as principais alternativas oferecidas para a saída das ruas. A Instituição foi escolhida por ser a principal referência pública de atendimento para a população em situação de rua.

⁹ Informamos que este modelo de TCLE foi usado para os coordenadores do: Centro POP Presidente Vargas, o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) Amine Daou Lindoso e as demais instituições religiosas, a saber: Fraternidade Amigos e Irmãos da Caridade (FAIC), Fraternidade O Caminho e Comunidade Nova e Eterna Aliança.

METODOLOGICAMENTE, optamos pelo paradigma dialético-crítico, adotando como perspectiva metodológica a abordagem quantiquantitativa, pois entendemos que o conjunto de dados não se opõem, mas se complementam mutuamente. Quanto a técnica utilizada, será a documentação indireta, por meio de pesquisa bibliográfica e documentação direta com o uso da técnica de entrevista com roteiro estruturado, sendo todas as entrevistas áudio gravadas. Os dados obtidos serão analisados por meio da análise de conteúdo. Os sujeitos da pesquisa serão os coordenadores das instituições públicas e filantrópicas que realizam atendimento à população em situação de rua. A amostra será intencional. **O critério de Inclusão:** Sujeitos envolvidos diretamente em atividades ligadas à prestação de serviços com a população em situação de rua. **Critério de Exclusão:** Qualquer sujeito que se recusar a fazer a pesquisa por não concordar com o instrumental de coleta de dados ou por outros motivos pessoais. A coleta de dados ocorrerá após prévio agendamento de dia e hora para as entrevistas, onde será solicitado aos participantes que assinem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Todos os sujeitos envolvidos serão esclarecidos antecipadamente sobre os objetivos da pesquisa, sendo a participação livre, atendendo aos cuidados éticos com pesquisas desenvolvidas com seres humanos. Todas as entrevistas serão áudio gravadas com uso de gravador de voz, sendo posteriormente transcritas em sua íntegra. A análise dos dados será realizada com a técnica de análise de conteúdo que constitui em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo das falas dos entrevistados.

DOS RISCOS DECORRENTES, sabemos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, embora mínimos, e estes podem ser: desconforto, constrangimento em algum momento da entrevista, sendo que trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados ou, caso aconteçam, a pesquisadora se compromete em ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo. Para tanto, trabalharemos com identificação por meio de números, de modo que o (a) Sr. (a) não seja identificado.

FORMAS DE REPARAÇÃO/INDENIZAÇÃO: Se por algum motivo algo prejudicial acontecer aos participantes, as responsáveis pela pesquisa providenciarão os meios para que seja reparado o possível dano, verificando acompanhamento psicológico ou uma possível indenização dos participantes e seus acompanhantes, se assim for o caso, ressaltando que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados à transporte e alimentação, mas a tudo o que for necessário ao estudo, como consta na Resolução CNS N. 446 de 2012. **EM CASO DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO**, temos como instituição de referência o **Centro de Atenção Psicossocial Sul – CAPS-SUL**, no endereço: Rua Borba nº 1084 no bairro Cachoeirinha, próximo ao Terminal T2.

OS BENEFÍCIOS: Se você aceitar participar, estará contribuindo para que se gere mais conhecimento acerca da população em situação de rua na cidade de Manaus, até mesmo por esta temática ser pouco trabalhada, podendo que os resultados advindos da pesquisa sirvam, posteriormente, de parâmetro para outros estudos, além de também contribuir para a formulação de novos projetos ou, até mesmo, políticas públicas para o segmento social em questão.

Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. **O (A) SR (A) NÃO TERÁ NENHUMA DESPESA E TAMBÉM NÃO RECEBERÁ NENHUMA REMUNERAÇÃO.** Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, **MAS SUA IDENTIDADE NÃO SERÁ DIVULGADA, SENDO GUARDADA EM SIGILO.** Para qualquer outra informação, o (a) senhor (a) **pode entrar em contato com a pesquisadora na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**, localizado no Setor Norte do Campus Universitário no Instituto de Ciências Humanas e Letras, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroadó, pelo telefone (92) 3305-5678, **ou ainda com a orientadora Professora Doutora Roberta Ferreira Coelho de Andrade**, no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do

Amazonas, situado no mesmo endereço acima mencionado. Poderá, ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, **CEP-UFAM**, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone: 3305-5130.

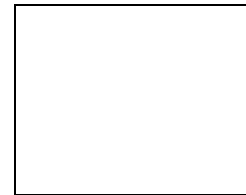
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em 2 vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e outra pelo participante, ambas as partes ficam com uma via do termo, que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura da Pesquisadora

Data: ____/____/____

Assinatura da Pesquisadora



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

ANEXOS



SECRETARIA MUNICIPAL DA
MULHER, ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS
SEMMASDH

TERMO DE ANUÊNCIA

A Secretária da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos - SEMMASDH está ciente dos objetivos e concorda com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**HÁ ESPERANÇA NA RUA DA AMARGURA?**”: **população em situação de rua no centro de Manaus**, da pesquisadora responsável Camila Cecília Mascarenhas Gibbs, aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, assumindo o compromisso de permitir o desenvolvimento da referida pesquisa.



MARIA GORETH GARCIA DO CARMO RIBEIRO
Secretária Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos

Obs: Este termo de anuência, expedido pela Secretária da SEMMASDH, destinou-se à autorização da pesquisa junto aos coordenadores das duas instituições públicas partícipes da pesquisa: Centro POP Presidente Vargas e SAI Amine Daou Lindoso.



**COMUNIDADE CATÓLICA NOVA E ETERNA
ALIANÇA**



TERMO DE ANUÊNCIA

O Coordenador (a) Francilene de Souza da Silva está ciente dos objetivos e concorda com a execução do projeto de pesquisa intitulado **HÁ ESPERANÇA “NA RUA DA AMARGURA?”: população em situação de rua no centro da cidade de Manaus**”, da pesquisadora responsável Camila Cecília Mascarenhas Gibbs, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição.

Francilene de Souza da Silva

Coordenador (a)
Comunidade Católica Nova e Eterna Aliança



FRATERNIDADE AMIGOS E IRMÃOS DA CARIDADE

TERMO DE ANUÊNCIA

O Coordenador Leandro Monte da Silva está ciente dos objetivos e concorda com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**HÁ ESPERANÇA NA RUA DA AMARGURA?: população em situação de rua no centro da cidade de Manaus**”, da pesquisadora responsável Camila Cecília Mascarenhas Gibbs, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição.

Leandro Monte da Silva

Coordenador (a)
Fraternidade Amigos e Irmãos da Caridade - FAIC



TERMO DE ANUÊNCIA

O Coordenador Frei Isaac do Amor Eucarístico está ciente dos objetivos e concorda com a execução do projeto de pesquisa intitulado "**HÁ ESPERANÇA NA RUA DA AMARGURA?: população em situação de rua no centro da cidade de Manaus**", da pesquisadora responsável Camila Cecília Mascarenhas Gibbs, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição.

Frei Isaac do Amor Eucarístico, rjc.

Coordenador
Fraternidade O Caminho